



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

COVID-19

CAPA DE PROCESSO

EX-140

PROCESSO: 27/000989/2020 DATA: 02/04/2020
ORGÃO...: SES...SECRETARIA DE EST. DE SAÚDE
ORIGEM...: SESSCVS SUP.GERAL DE VIGILANCIA EM SAÚDE.C.INT: 63/2020
CIDADE...: CAMPO GRANDE UF: MS
ASSUNTO...: AQUISIÇÃO
INTERESSADO(S): CPF/RG/CNPJ/IE:
SETOR DIRETORIA G DE VIG EM SAÚDE 0

ASSUNTO COMPLEMENTAR:

AQUISIÇÃO DE MASCARAS PFF2(N95).....
.....
.....
.....
.....



PROCESSO / SES / MS
27 / 000989 / 20
02 ABR 2020 Fls. 02

ABERTURA DE PROCESSO

SIGLA DO ÓRGÃO	NÚMERO	DATA
SES/DGVS	63	02/04/2020
De: Diretoria Geral de Vigilância em Saúde-DGVS/SES		
Para: Coordenadoria de Gestão de Compras/SES		
Discriminação da despesa:		
Abertura de processo para aquisição de 20.000 máscaras PFF2(N95)		
Justificativa:		
A aquisição visa atender a demanda do setor saúde, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19). As máscaras serão utilizadas pelos profissionais que lidam diretamente com pacientes ou profissionais de saúde e de laboratório. Justificamos a compra do mesmo, despesas prevista na Portaria 1378/13 artigo 9º.		
Órgão ou local de destino:	Município:	
Secretaria Estadual de Saúde	Campo Grande//MS	
Localizador:	Fonte de recursos:	
Vigilância em Saúde	248000002	
Plano de trabalho:	Número da Portaria/Convênio:	Conta corrente da Portaria/Convênio:
20.27901.10.305.2043.4068.0014	1378/2013	42625-3
Valor Estimado:	Valor das parcelas:	Quantidade de parcelas
600.000,00		
Número da ata de registro:	Item da Ata de Registro de Preço:	Quantidade:
N. Despesa:	Fiscal de contrato:	
33903036	Carlos Augusto da Silva Fontoura- Mar.94290022	

Atenciosamente


De Acordo


Larissa Domingues Castilho de Arruda
Diretoria Geral de Vigilância em Saúde/SES

A Contabilidade para:

☒ Verificar ND


☐ Informar ND



Classificação Orçamentária

☒ CORRETA ☐ INCORRETA

CORRIGIR PARA

 03/04/20

Antonio de Almeida Ribeiro
Gestor Oper. e Anal. Admin.
GCOM/PROSES
Ponto 41-3242



Ministério da Saúde
Gabinete do Ministro

PROCESSO / SES / MS	
27 / 000989 / 20	
Data: 02 ABR 2020	Fls. 03

PORTARIA Nº 1.378, DE 09 DE JULHO DE 2013

Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta as responsabilidades e define as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 2º A Vigilância em Saúde constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

Art. 3º As ações de Vigilância em Saúde são coordenadas com as demais ações e serviços desenvolvidos e ofertados no Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a integralidade da atenção à saúde da população.

Art. 4º As ações de Vigilância em Saúde abrangem toda a população brasileira e envolvem práticas e processos de trabalho voltados para:

I - a vigilância da situação de saúde da população, com a produção de análises que subsidiem o planejamento, estabelecimento de prioridades e estratégias, monitoramento e avaliação das ações de saúde pública;

II - a detecção oportuna e adoção de medidas adequadas para a resposta às emergências de saúde pública;

III - a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis;

IV - a vigilância das doenças crônicas não transmissíveis, dos acidentes e violências;

V - a vigilância de populações expostas a riscos ambientais em saúde;

VI - a vigilância da saúde do trabalhador;

VII - vigilância sanitária dos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos, serviços e tecnologias de interesse a saúde; e

VIII - outras ações de vigilância que, de maneira rotineira e sistemática, podem ser desenvolvidas em serviços de saúde públicos e privados nos vários níveis de atenção, laboratórios, ambientes de estudo e trabalho e na própria comunidade.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS Seção I

Da União

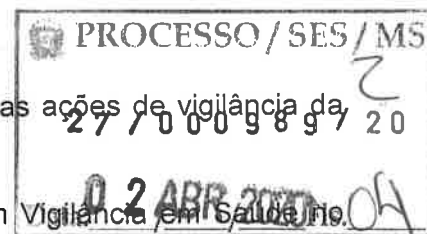
Art. 5º Compete ao Ministério da Saúde à gestão das ações de vigilância em saúde no âmbito da União, cabendo:

I - à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) a coordenação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde; e

II - à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 6º Compete à SVS/MS:

I - ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, a vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, a vigilância de populações expostas a riscos ambientais em saúde, gestão de sistemas de informação de vigilância em saúde



de âmbito nacional e que possibilitam análises de situação de saúde, as ações de vigilância da saúde do trabalhador e ações de promoção em saúde;

II - participação na formulação de políticas, diretrizes e prioridades em Vigilância em Saúde no âmbito nacional;

III - coordenação nacional das ações de Vigilância em Saúde, com ênfase naquelas que exigem simultaneidade nacional ou regional;

IV - apoio e cooperação técnica junto aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios para o fortalecimento da gestão da Vigilância em Saúde;

V - execução das ações de Vigilância em Saúde de forma complementar a atuação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos previstos em lei;

VI - participação no financiamento das ações de Vigilância em Saúde;

VII - normalização técnica;

VIII - coordenação dos sistemas nacionais de informação de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo:

a) estabelecimento de diretrizes, fluxos e prazos, a partir de negociação tripartite, para o envio dos dados para o nível nacional;

b) estabelecimento e divulgação de normas técnicas, rotinas e procedimentos de gerenciamento dos sistemas nacionais; e

c) retroalimentação dos dados para as Secretarias Estaduais de Saúde;

IX - coordenação da preparação e resposta das ações de vigilância em saúde, nas emergências de saúde pública de importância nacional e internacional, bem como cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios em emergências de saúde pública, quando indicado;

X - coordenação, monitoramento e avaliação da estratégia de Vigilância em Saúde sentinela em âmbito hospitalar, em articulação com os Estados e Distrito Federal;

XI - monitoramento e avaliação das ações de Vigilância em Saúde;

XII - desenvolvimento de estratégias e implementação de ações de educação, comunicação e mobilização social referentes à Vigilância em Saúde;

XIII - realização de campanhas publicitárias em âmbito nacional e/ou regional na Vigilância em Saúde;

XIV - participação ou execução da educação permanente em Vigilância em Saúde;

XV - promoção e implementação do desenvolvimento de estudos, pesquisas e transferência de tecnologias que contribuam para o aperfeiçoamento das ações e incorporação de inovações na área de Vigilância em Saúde;

XVI - promoção e fomento à participação social nas ações de Vigilância em Saúde;

XVII - promoção da cooperação e do intercâmbio técnico-científico com organismos governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, na área de Vigilância em Saúde;

XVIII - gestão dos estoques nacionais de insumos estratégicos, de interesse da Vigilância em Saúde, inclusive o monitoramento dos estoques e a solicitação da distribuição aos Estados e Distrito Federal de acordo com as normas vigentes;

XIX - provimento dos seguintes insumos estratégicos:

a) imunobiológicos definidos pelo Programa Nacional de Imunizações;

b) seringas e agulhas para campanhas de vacinação que não fazem parte daquelas já estabelecidas ou quando solicitadas por um Estado;

c) medicamentos específicos para agravos e doenças de interesse da Vigilância em Saúde, conforme termos pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT);

d) reagentes específicos e insumos estratégicos para as ações laboratoriais de Vigilância em Saúde, nos termos pactuados na CIT;

e) insumos destinados ao controle de doenças transmitidas por vetores, compreendendo: praguicidas, inseticidas, larvicidas e moluscocidas - indicados pelos programas;

f) equipamentos de proteção individual (EPI) para as ações de Vigilância em Saúde sob sua responsabilidade direta, que assim o exigirem;

g) insumos de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, indicados pelos programas, nos termos pactuados na CIT; e

h) formulários das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) e de óbitos (DO);

XX - coordenação e normalização técnica das ações de laboratório necessárias para a Vigilância em Saúde, bem como estabelecimento de fluxos técnico operacionais, habilitação, supervisão e avaliação das unidades partícipes;

XXI - coordenação do Programa Nacional de Imunizações, incluindo a definição das vacinas componentes do calendário nacional, as estratégias e normalizações técnicas sobre sua utilização, com destino adequado dos insumos vencidos ou obsoletos, de acordo com as normas técnicas vigentes;

XXII - participação no processo de implementação do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, no âmbito da Vigilância em Saúde; e

XXIII - estabelecimento de incentivos que contribuam para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade das ações de Vigilância em Saúde.

Art. 7º Compete à ANVISA:

I - participação na formulação de políticas e diretrizes em Vigilância Sanitária no âmbito nacional;

II - regulação, controle e fiscalização de procedimentos, produtos, substâncias e serviços de saúde e de interesse para a saúde;

III - execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo esse atribuição ser supletivamente exercida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante pactuação na CIT;

IV - proposição de critérios, parâmetros e métodos para a execução das ações estaduais, distritais e municipais de vigilância sanitária;

V - monitoramento da execução das ações descentralizadas no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

VI - promoção da harmonização dos procedimentos sanitários no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

VII - apoio e cooperação técnica junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o fortalecimento da gestão da Vigilância Sanitária;

VIII - participação no financiamento das ações de Vigilância Sanitária;

IX - coordenação do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (LACEN), nos aspectos relativos à Vigilância Sanitária, com estabelecimentos de normas técnicas e gerenciais;

X - assessoria, complementar ou suplementar, das ações de vigilância sanitária dos Estados, Distrito Federal e Municípios para o exercício do controle sanitário;

XI - adoção das medidas para assegurar o fluxo, o acesso e a disseminação das informações de vigilância sanitária para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

XII - coordenação das ações de monitoramento da qualidade e segurança dos bens, produtos e serviços sujeitos à Vigilância Sanitária;

XIII - participação na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão da educação e do conhecimento no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

XIV - promoção, implementação e apoio, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, de estudos, pesquisas e ferramentas que contribuam para o aperfeiçoamento das ações e incorporação de inovações na área de Vigilância Sanitária;

XV - promoção da cooperação e do intercâmbio técnico-científico com organismos governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, na área de Vigilância Sanitária;

XVI - promoção e desenvolvimento de ações e estratégias que contribuam para a participação e o controle social em Vigilância Sanitária; e

XVII - participação no processo de implementação do Decreto nº 7.508/2011, no âmbito da Vigilância Sanitária.

Art. 8º As proposições de alteração de estratégias ou atribuições que gerem impacto financeiro adicional ou modificações na organização dos serviços serão pactuadas na CIT.

Parágrafo único. Em situações especiais e de emergência em saúde pública, a União adotará as medidas de saúde pública necessárias para o seu enfrentamento, que serão posteriormente comunicadas à CIT.

Seção II Dos Estados

Art. 9º Compete às Secretarias Estaduais de Saúde a coordenação do componente estadual dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária, no âmbito de seus limites territoriais e de acordo com as políticas, diretrizes e prioridades estabelecidas, compreendendo:

I - ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, a vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, a vigilância de populações expostas a riscos ambientais em saúde, gestão de sistemas de informação de vigilância de âmbito estadual que possibilitam análises de situação de saúde, as ações de vigilância da saúde do trabalhador, ações de promoção em saúde e o controle dos riscos inerentes aos produtos e serviços de interesse a saúde;

II - implementação das políticas, diretrizes e prioridades na área de vigilância, no âmbito de seus limites territoriais;

III - coordenação das ações com ênfase naquelas que exigem simultaneidade estadual, regional e municipal;

IV - apoio e cooperação técnica junto aos Municípios no fortalecimento da gestão das ações de Vigilância;

V - execução das ações de Vigilância de forma complementar à atuação dos Municípios;

VI - participação no financiamento das ações de Vigilância;

VII - normalização técnica complementar à disciplina nacional;

VIII - coordenação e alimentação, quando couber, dos sistemas de informação de interesse da vigilância em seu âmbito territorial, incluindo:

a) estabelecimento de diretrizes, fluxos e prazos para o envio dos dados pelos Municípios e/ou unidades regionais definidas pelo Estado, respeitando os prazos estabelecidos no âmbito nacional;

b) estabelecimento e divulgação de normas técnicas, rotinas e procedimentos de gerenciamento dos sistemas, em caráter complementar à atuação da esfera federal; e

c) retroalimentação dos dados às Secretarias Municipais de Saúde;

IX - coordenação da preparação e resposta das ações de vigilância, nas emergências de saúde pública de importância estadual, bem como cooperação com Municípios em emergências de saúde pública de importância municipal, quando indicado;

X - coordenação, monitoramento e avaliação da estratégia de Vigilância em Saúde sentinela em âmbito hospitalar, em articulação com os Municípios;

XI - desenvolvimento de estratégias e implementação de ações de educação, comunicação e mobilização social;

XII - monitoramento e avaliação das ações de Vigilância em seu âmbito territorial;

XIII - realização de campanhas publicitárias de interesse da vigilância, em âmbito estadual;

XIV - fomento e execução da educação permanente em seu âmbito de atuação;

XV - promoção da cooperação e do intercâmbio técnico-científico com organismos governamentais e não governamentais, de âmbito estadual, nacional e internacional;

XVI - promoção e fomento à participação social nas ações de vigilância;

XVII - gestão dos estoques estaduais de insumos estratégicos de interesse da Vigilância em Saúde, inclusive o armazenamento e o abastecimento aos Municípios, de acordo com as normas vigentes;

XVIII - provimento dos seguintes insumos estratégicos:

- a) Seringas e agulhas, sendo facultada ao Estado a solicitação da aquisição pela União;
- b) Medicamentos específicos, para agravos e doenças de interesse da Vigilância em Saúde, nos termos pactuados na CIT;
- c) Meios de diagnóstico laboratorial para as ações de Vigilância em Saúde, nos termos pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB);
- d) Insumos de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, indicados pelos programas, nos termos pactuados na CIB;
- e) Equipamentos de aspersão de inseticidas;
- f) EPI para todas as atividades de Vigilância em Saúde que assim o exigirem, em seu âmbito de atuação, incluindo:
 - 1. Máscaras faciais completas para nebulização de inseticidas a Ultra Baixo Volume para o combate a vetores; e
 - 2. Máscaras semi-faciais para a aplicação de inseticidas em superfícies com ação residual para o combate a vetores;
- g) Óleo vegetal para diluição de praguicida;

XIX - coordenação, acompanhamento e avaliação da rede estadual de laboratórios públicos e privados que realizam análises de interesse em saúde pública, nos aspectos relativos à vigilância, com estabelecimento de normas e fluxos técnico-operacionais, credenciamento e avaliação das unidades partícipes;

XX - garantia da realização de análises laboratoriais de interesse da vigilância, conforme organização da rede estadual de laboratórios e pactuação na CIB;

XXI - armazenamento e transporte adequado de amostras laboratoriais para os laboratórios de referência nacional;

XXII - coordenação do componente estadual do Programa Nacional de Imunizações, com destino adequado dos insumos vencidos ou obsoletos, de acordo com as normas técnicas vigentes;

XXIII - participação no processo de implementação do Decreto nº 7.508/2011, no âmbito da vigilância;

XXIV - colaboração com a União na execução das ações sob Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras, conforme pactuação tripartite; e

XXV - estabelecimento de incentivos que contribuam para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade das ações de Vigilância.

Parágrafo único. Os Estados poderão adquirir insumos estratégicos para uso em Vigilância em Saúde, em situações específicas, mediante pactuação na CIT entre as esferas governamentais, observada a normalização técnica e, em situações excepcionais, mediante a comunicação formal com a respectiva justificativa à SVS/MS.

Art. 10. As proposições de alteração de estratégias ou atribuições que gerem impacto financeiro adicional ou modificações na organização dos serviços serão pactuadas na CIB.

Parágrafo único. Em situações especiais e de emergência em saúde pública, o Estado adotará as medidas de saúde pública necessárias para o seu enfrentamento, que serão posteriormente comunicadas à CIB.

• Seção III Dos Municípios

Art. 11. Compete às Secretarias Municipais de Saúde a coordenação do componente municipal dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária, no âmbito de seus limites territoriais, de acordo com a política, diretrizes e prioridades estabelecidas, compreendendo:

I - ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, a vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, a vigilância de populações expostas a riscos ambientais em saúde, gestão de sistemas de informação de vigilância em saúde em âmbito municipal que possibilitam análises de situação de saúde, as ações de vigilância da saúde do trabalhador, ações de promoção em saúde e o controle dos riscos inerentes aos produtos e serviços de interesse a saúde;

II - coordenação municipal e execução das ações de vigilância;

III - participação no financiamento das ações de vigilância;

IV - normalização técnica complementar ao âmbito nacional e estadual;

V - coordenação e alimentação, no âmbito municipal, dos sistemas de informação de interesse da vigilância, incluindo:

a) coleta, processamento, consolidação e avaliação da qualidade dos dados provenientes das unidades notificantes dos sistemas de base nacional, de interesse da vigilância, de acordo com normalização técnica;

b) estabelecimento e divulgação de diretrizes, normas técnicas, rotinas e procedimentos de gerenciamento dos sistemas, no âmbito do Município, em caráter complementar à atuação das esferas federal e estadual; e

c) retroalimentação dos dados para as unidades notificadoras;

VI - coordenação da preparação e resposta das ações de vigilância, nas emergências de saúde pública de importância municipal;



1. OBJETO

1.1. Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de produtos de proteção individual (EPI's) indispensáveis para assegurar a proteção aos profissionais da área de saúde, nos termos do art. 4º, da Lei n. 13.979/2020, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento:

Itens						
Tipo	Item	Código	Descrição	Un. Aquisição	Qtd.	Period.
Item	1	0010322	Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para 1 poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação.	Unidade	20.000	1

1.2. Os objetos a serem ofertados pela contratante devem observar as características e especificações constantes da tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA AQUISIÇÃO E DO QUANTITATIVO

2.1. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarou que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, sendo que na data de 11 de março de 2020 acabou por declarar a pandemia do Covid-19, devendo-se estar atento que, como bem destacado por Rafael Carvalho Rezende Oliveira, "a pandemia, naturalmente, acarreta crise no sistema público e privado de saúde, bem como gera reflexos negativos na ordem econômica, desafiando as autoridades estatais e a população a adotarem medidas preventivas e repressivas para superação da crise".

2.2. A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454, de 20 de março de 2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.

2.3. Não restam dúvidas de que se está diante de uma situação de anormalidade, inclusive



há atos emanados de órgãos/entidades da Administração Pública Estadual pugnando por doações de materiais inclusive em próprio site oficial do Governo de Estado de Mato Grosso do Sul consta a informação de que a solicitação de doações de equipamentos de proteção individual (EPI's), no qual se enquadra os correlatos apontados na Tabela do item 1 do presente Termo de Referência, tem natureza de medida preventiva, ou seja, como uma medida alternativa em razão "da restrição mundial de oferta desses produtos já como consequência da própria expansão do Covid-19".

2.4. A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções de seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.

2.5. No Estado de Mato Grosso do Sul foi editado o Decreto nº 15.396, de 19 de março de 2020, que "Declara, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0), amplia as medidas de prevenção a serem adotadas no território sul-mato-grossense, e dá outras providências".

2.6. Tal regramento está atrelado a existência de Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

2.7. Recorrendo-se à Lei Estadual nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014 (que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá providências), e ao Decreto Estadual nº 15.209, de 15 de abril de 2019 (que reorganiza a Estrutura Básica da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e dá outras providências), constata-se que a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul detém a finalidade de atender à população em geral.

2.8. Até o dia 02 de abril de 2020, o Estado de Mato Grosso do Sul possui 53 (cinquenta e três) casos confirmados de coronavírus (Covid-19), 28 (vinte e oito) casos suspeitos e 1 (um) óbito, de acordo com o último boletim, divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

PROCESSO/SES/MS	
27 / 000989	2/20
Data: 2/4/20	Fls. 09

de Mato Grosso do Sul, o que demonstra a necessidade de o Poder Público adotar medidas de contenção à propagação do vírus.

2.9. Os objetos a serem adquiridos serão utilizados por profissionais de saúde que farão os testes rápidos em pacientes suspeitos de contaminação, bem como pelos profissionais do Laboratório Central/MS e Laboratório do Hospital Regional Rosa Predossian, para fins de proteção individual, não se podendo deixar de mencionar que esse tipo de (máscara PFF2 – Peça Facial Filtrante) possui 95% de eficiência de filtração de partículas e seu uso é indicado visando a proteção contra doenças por transmissão aérea, como no presente caso o novo Coronavírus (COVID-19).

2.10. Destaca-se, ainda, que não há os referidos itens em nossos estoques, o que acaba por colocar em situação de risco os profissionais da área de saúde pública do Estado de Mato Grosso do Sul, o que demonstra a necessidade de pronto atendimento, bem como caracterizada a situação de emergência, porquanto a sua falta pode ensejar a suspensão dos trabalhos ou tornar precário a execução daqueles.

2.11. Faz-se mister destacar que, embora a máscara máscara PFF2 (N95) seja considerada semi-descartável, por permitir o uso por mais de uma ocasião, a mesma deve ser individualizada, aumentando o consumo da mesma em razão da Pandemia Covid-19.

2.12. Repita-se: as máscaras serão utilizadas pelos profissionais que lidam diretamente com pacientes ou por profissionais de saúde e de laboratório.

2.13. Diante do exposto, resta caracterizada a real e objetiva emergência da aquisição, de forma que não é possível o processamento normal do certame licitatório que poderá perdurar por até 06 (seis) meses, dentre as fases legais de sua composição.

3. JUSTIFICATIVA DISPENSA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

3.1. Por se tratar de bem comum, conforme definição do objeto contida no item 7.1 deste instrumento, fica dispensada a elaboração de estudo técnico preliminar, nos termos do art. 4º-C, da Lei Federal nº 13.979/20.

3.2. Isso porque a definição do objeto parte da sua padronização, característica necessária para ser considerado comum, devendo-se estar atento que esta padronização não



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

	PROCESSO / SES / MS
	27 / 000989 720
	Data: 24/20 Fls. 50

necessita ser absoluta, razão pela qual um bem ou serviço será considerado comum quando suas qualidades e seus atributos são predeterminados, com características invariáveis sujeitas a diferenças mínimas e irrelevantes. Assim, o que caracteriza os bens e serviços comuns é a sua padronização, ou seja, a possibilidade de substituição de uns por outros com o mesmo padrão de qualidade e eficiência.

3.3. No caso em apreço, a aquisição dos correlatos máscara PFF2 (N95) atende a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho de qualidade, que se encontram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, constantes no Item 1 do presente documento.

4. DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO APRESENTADA

4.1 Buscando adotar medidas de contenção à propagação do vírus causador da pandemia Covid-19 e considerando que as máscaras serão utilizadas por profissionais de saúde que farão os testes rápidos em pacientes suspeitos de contaminação, bem como pelos profissionais do Laboratório Central/MS e Laboratório do Hospital Regional Rosa Predossian, para fins de garantir a proteção individual, razão pela qual, para fins de cumprimento à finalidade a que se destina, os produtos deverão atender aos requisitos enumerados na Tabela de item do presente Termo de Referência.

4.2. Ademais, por se cuidar de correlatos, a única solução que o mercado oferece é a aquisição dos mesmos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da aquisição abrangem o seguinte:

5.1.1. no que tange aos requisitos necessários para o atendimento da demanda, o Contratante deverá observar a descrição/especificação constante na Tabela de itens do presente instrumento;

5.1.2. A Contratante firmará declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens constantes na Tabela de itens do presente instrumento.

6. HABILITAÇÃO



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

PR. FESA/SES/MS
27 / 000989 / 20
Data: 2/4/20 Fls. 11

6.1. Como pré-requisito à aquisição e decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

6.2. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.3. Alvará de Licença Sanitária de titularidade da empresa contratada, expedido pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da contratada, pertinente com o



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

PROCLUSO/SES/MS	
27 / 00 098.9 / 20	
Data: 2/4/20	Fls. 12

objeto;

6.4. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) de titularidade da empresa licitante pertinente como objeto licitado em plena validade, conforme RDC 16/2014;

6.5. Certificado de Registro do produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou a respectiva publicação em DOU, disposto nas RDC nº185 de 22/10/2001 e RDC nº 24 de 21/05/2009, que regulamentam o registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Os objetos dessa aquisição são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas neste Termo de Referência, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.520/02 e do inciso II e § 1º do art. 3º do Decreto estadual n.º 15.327/19.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. A entrega será feita no prazo não superior a 10 (dez) dias após o recebimento da nota de empenho, assinatura de contrato ou instrumento equivalente em remessa única, no seguinte endereço:

8.1.1. Almoxarifado da Secretaria de Estado de Saúde Endereço: Rua Araçá, 1495 – Morada Verde – CEP: 79013-600 - Campo Grande/MS - Telefone: (67) 3355-4307 - Horário: 8h às 15h.

8.1.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

8.1.3. A entrega terá o acompanhamento da Comissão de Recebimento e Aceitação de Bens de Consumo ou Permanentes da Secretaria de Estado de Saúde, conforme RESOLUÇÃO “P” SES nº 72, de 21/03/2020, publicada no DOE nº 10.105, de 03/03/2020;

8.2. As despesas relativas à entrega dos materiais ofertados correrão por conta exclusiva da contratada.



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

	PROCESSO / SES / MS
27 / 000989 / 20	
Data: 2/4/20 Fls. 13	

8.3. A contratada obriga-se a entregar os objetos, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas neste termo de dispensa de licitação, sendo de sua inteira responsabilidade as plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido e/ou a sua substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

8.4. O recebimento dos objetos efetivar-se-á, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) "Provisoriamente", para efeito de posterior verificação das especificações, mediante "Termo de Aceite Provisório".

b) "Definitivamente", no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos objetos, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, mediante "Termo de Aceite Definitivo".

b.1) Na hipótese de a verificação a que se refere a alínea "b" deste subitem não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. Serão recusados os objetos licitados considerados imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no termo de dispensa de licitação e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.6 Os objetos deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

8.7. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos objetos contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

8.8 Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

8.9. A empresa deverá apresentar a Declaração de Compromisso de que, no ato da entrega, os produtos deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu



respectivo prazo de validade;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas neste Termo de Referência Simplificado e seus anexos ou dele decorrente:

9.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

9.1.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;

9.1.3. Proporcionar condições para a boa consecução dos objetos adquiridos;

9.1.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato, fixando prazo para a sua correção;

9.1.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

9.1.6. Fiscalizar o Contrato através do setor competente da Contratante;

9.1.7. Acompanhar a entrega dos objetos ofertados pela Contratada, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência Simplificado e seus anexos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão;

9.1.8. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber;

9.1.9. Disponibilizar a presente aquisição em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição, conforme art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 13.979/2020.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas neste Termo de Referência Simplificado e seus anexos ou deles decorrentes:



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

	PROCESSO / SES / MS
27 / 000989	20
Data: 21/4/20	Fls. 15

10.1.1. Qualquer ato que implique a substituição do Contratado por outra pessoa jurídica, como a fusão, cisão ou incorporação, somente será admitida mediante expresso e prévio consentimento da Secretaria De Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, mediante a formalização de Termo Aditivo, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos da contratada, observadas as ressalvas dos arts. 4º, § 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/20;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja qualquer prejuízo à boa execução das obrigações pactuadas.

10.1.3. Entregar os objetos ofertados, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência Simplificado e seus Anexos.

10.1.4. Responsabilizar-se pelas plenas condições de uso e funcionamento de bem adquirido quando não se tratar de equipamento novo, nos termos do art. 4º-A da Lei nº 13.979/20.

10.1.5. Somente divulgar informações acerca dos objetos, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização.

10.1.6. Manter-se, durante a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

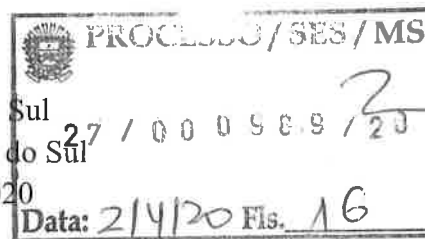
10.1.7. Instruir o fornecimento dos objetos do contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

10.1.8. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

10.1.9. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da aquisição, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte interno dos bens.



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020



10.1.10. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto, até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do disposto no art. 4º-I da Lei 13.979/2020.

10.1.11. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução deste contrato.

10.1.12. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante.

10.1.13. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas à execução.

10.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.1.15. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.16. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência Simplificado, o objeto com avarias ou defeitos.

10.1.17. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado servidor ou comissão responsável pela gestão do contrato e acompanhamento e fiscalização da entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

	PROCESSO / SES / MS
27 / 000989 / 20	2
Data: 2/4/20	Fls. 17

11.1.1. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato são:

a) Fiscal de Contrato: Carlos Augusto da Silva Fontoura - Matricula: 94290022

b) Gestor do Contrato: Larissa Domingues Castilho de Arruda -Matricula: 99603023;

11.1.2. O recebimento de bens de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados por ato da contratante.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

11.3. O servidor ou comissão designada para a gestão e fiscalização do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

11.5. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito ao Contrato.

11.6. A Contratante realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela Contratada e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

11.7. A avaliação será considerada pela Contratante para aquilatar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos produtos ofertados, para decidir sobre a



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

PROCESSO / SES / MS	
27 / 00 0 9 8.9	720
Data: 21/4/20	Fls. 18

conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento, decorrente do fornecimento dos objetos da aquisição, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos bens ofertados, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.1.1. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, observado o disposto no art. 4º-F da Lei n. 13.979/20.

12.2. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

12.3. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem 12.2 poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

12.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.5. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

12.6. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual. 12.6.1. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de



penalidade ou inadimplência contratual, o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da Contratada.

12.7. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na sua conta corrente.

12.8. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.9. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

12.10. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

12.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.12. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada.

12.13. As despesas com deslocamento de pessoal da Contratada ou de seus representantes serão de sua exclusividade responsabilidade.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, após o que poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.1.1. O valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá



qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

13.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) Apresentar documentação falsa ou declarar informações falsas;
- b) Ensejar retardamento na execução do objeto;
- c) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da aquisição;
- d) Fraudar a execução do Contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo; e
- f) Cometer fraude fiscal.

14.2. Nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato ou de inexecução total do objeto, a Contratada poderá ser apenada, isolada ou conjuntamente com as multas definidas nos itens 14.3., 14.4. e 14.5., com as seguintes penalidades:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos; e
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.3. No caso de inexecução parcial ou total do objeto, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa, nos seguintes termos:

14.3.1 Multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento). Após 20 (vinte) dias de atraso, a Contratante poderá reconhecer a inexecução parcial ou total do Contrato.

14.3.2 Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela inadimplida.

14.3.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

14.3.4. No caso de incidência nas condutas descritas na Tabela 1, a Contratada ficará sujeita às penalidades pecuniárias conforme descrito na Tabela 2:

Tabela 1 - Infrações		
Descrição	Aplicação	Grau
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	05
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Por dia e por unidade de atendimento	04
Manter funcionário sem qualificação para os serviços contratados	Por empregado e por dia	03
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	Por serviço e por dia	02



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

PROCESSO/SES/MS
27 / 000989720
Data: 2/4/20 Fls. 22

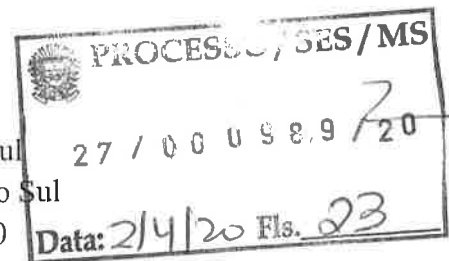
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente sem a anuência prévia da Contratante	Por empregado e por dia	03
Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	Por funcionário e por dia	01
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar de órgão fiscalizador	Por ocorrência	02
Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço	Por funcionário e por dia	01
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previsto nesta Tabela de Infrações, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do Contrato	Por item e por ocorrência	03
Deixar de indicar e manter durante a execução do Contrato, o preposto indicado no item 6.1.14	Por dia	01

Tabela 2 – Graus de Infração

Grau	Penalidade correspondente
1	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato
2	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020



3	0,8% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato
4	1,6% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato
5	3,2% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato

14.4. Em caso de subcontratação não autorizada, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor da parcela subcontratada. A reincidência por uma vez de subcontratação não autorizada configurará inexecução parcial do Contrato e ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor da parcela subcontratada, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, III e IV da Lei n. 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

14.6. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

14.6.1. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

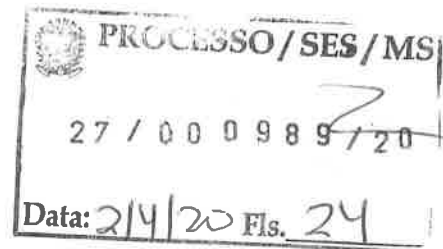
14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, surgirem indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópia do processo administrativo deverá ser remetida à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR visando à apuração da responsabilidade da empresa.

14.7.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.8. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020



lhes são inerentes.

14.8.1. A autoridade competente, quando da aplicação da penalidade, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação encaminhada pela autoridade competente, nos termos do item 3.2., podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da Contratante.

14.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do seu valor à Contratada, a multa será inscrita em dívida ativa e cobrada pela Procuradoria-Geral do Estado, acrescida dos consectários legais e contratuais devidos.

14.11. A aplicação das sanções previstas nos itens 14.1 a 14.7 não excluem a possibilidade de aplicação de outras constantes da legislação que rege o tema, nem afasta a responsabilidade da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública ou a terceiros.

14.12. As sanções serão registradas no Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul - CCF/MS.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS


15.1. Recorrendo-se à Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, quando do disciplinamento com relação ao termo de referência, delineou-se como um dos elementos a compô-lo a estimativa de preço obtido por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

- a) portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores (art. 4º-E, § 1º, VI).

15.2. No caso em apreço, o próprio legislador, levando em consideração os obstáculos, as



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul
Termo de Referência FESA/00188/2020

	PROCESSO / SES / MS
27 / 000989720	
Data: 2/4/20 Fls. 25	

dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, deixou expressamente consignado que aquele poderá recorrer a apenas uma fonte de pesquisa, não havendo necessidade de fazer a cesta de preços aceitáveis com utilização de diversos parâmetros. Ou seja, a legislação assegurou ao gestor uma celeridade na tramitação do processo, a fim de que o mesmo, quando da prolação de sua decisão, faça-a de forma eficaz e eficiente.

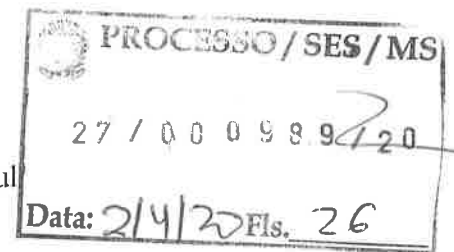
15.3. Como já enfatizado anteriormente, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), sendo que o Ministro de Estado de Saúde, por meio da Portaria n. 454, de 20 de março de 2020, declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) (art. 1º), que exige do gestor adoção de medidas de extrema celeridade para manutenção da saúde pública.

15.4. Não restam dúvidas de que o cenário posto pode ser apresentado como uma dificuldade/obstáculo a ser levado em consideração pelo gestor quando da adoção de determinada medida.

15.5. Logo, no caso em apreço, tem-se que a proteção da coletividade é o bem maior a ser perseguido pelo gestor quando da adoção de uma determinada medida, tudo para o fim de minimizar os riscos decorrentes da pandemia Covid-19.

15.6. Ademais, a indisponibilidade de equipamentos novos é uma realidade atual do mercado, inclusive o Ministério da Saúde, conforme OF. Nº 45/2020/CGIES/DLOG/SE/MS, requisita a totalidade dos bens já produzidos e disponíveis a pronta entrega, bem como a totalidade dos bens cuja produção se encerre nos próximos 180 (cento e oitenta) dias às empresas fabricantes de ventiladores pulmonares, bem como reportagem de 27/03/2020 do jornal O Estadão

15.7. In casu, para aquisição da máscara hospitalar, tipo respirador, classe PFF2 (N95), peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos, com válvula de exalação, o órgão requisitante realizou pesquisa de preço com os fornecedores (Rioclarense, Accordfarma, Maiorca Soluções, Mailtrack, Cristália, Universal Produtos



Hospitales Ltda, SPV Produtos Hospitalares Eireli, e Mega Comércio de Produtos Hospitalares Eireli), sendo que somente as sociedades Universal Produtos Hospitalares Ltda, SPV Produtos Hospitalares Eireli e Mega Comércio de Produtos Hospitalares Eireli apresentaram cotação.

15.8. Dessa forma, constata-se que o devido respeito à Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, já que o presente órgão utilizou como parâmetro pesquisa com potenciais fornecedores (art. 4º-E, § 1º, inciso IV, alínea “e”).

15.9. Considerando que o presente cenário exige do gestor a prolação de decisão administrativa de forma célere, com eficácia e eficiência no atendimento do interesse público (salvaguardar a saúde pública), fator esse passível de classificação como dificuldade/obstáculo real ao qual se depara o agente público, para fins de formação do valor de referência, utilizou-se o critério “menor preço”, adotando o cotado pela empresa Mega Comércio de Produtos Hospitalares Eireli, **porém no que tange a escolha definitiva do fornecedor, será realizada através de procedimento de cotação eletrônica no Sistema de Compras do Governo** a fim de assegurar o menor preço.

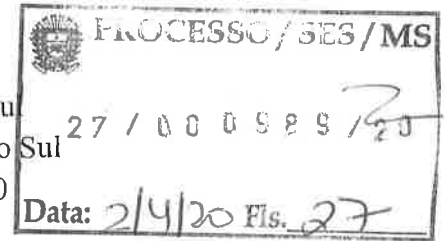
16. DA VIGÊNCIA

16.1. A vigência do presente instrumento será de 60 (sessenta) dias, com início na data da assinatura do contrato e/ou recebimento da nota de empenho e encerramento, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 de importância nacional (ESPIN), declarada pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, aplicável por força do art. 17, do Decreto Estadual nº 15.391/2020 e especialmente no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.396/2020.

16.2. Haverá, se for o caso, encerramento antecipado da vigência contratual caso:

16.2.1. concluído processo licitatório para aquisição do objeto ora contratado; ou

16.2.2. cessada a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência em saúde pública em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 de importância nacional (ESPIN), declarada pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do



Ministério da Saúde, aplicável por força do art. 17, do Decreto Estadual nº 15.391/2020 e especialmente no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.396/2020.

17. FRAUDE E CORRUPÇÃO

17.1 A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.1.1 Para os propósitos de prevenção à fraude e corrupção, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; ee) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



17.1.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

17.1.3. Considerando os propósitos dos subitens acima, a Contratada concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA, em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que dispõe de Recurso Financeiro, conforme detalhamento abaixo:

Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Exercício
20.27901.10.305.2043.4068.0014	33903036	248000002	2020

18.2. A Contratante reserva-se no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária prevista.

18.3. As despesas efetuadas no próximo exercício correrão à conta do respectivo orçamento, dentro da mesma programação financeira.

Antônio Cesar Naglis
Ordenador de Despesas/SES
Matrícula: 27896027

Campo Grande/MS 03 de abril de 2020

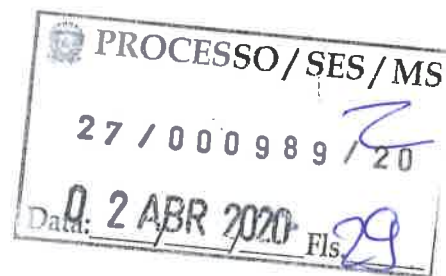
Assunto: Re: Cotação máscaras

De: Rafaela Arruda <rafaela.arruda@rioclarense.com.br>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Tue, 31 Mar 2020 14:31:52 -0300

Boa tarde.



Agradecemos a cotação, mas não temos os produtos solicitados.

Qualquer dúvida por gentileza entrar em contato.

Uma ótima tarde.

Atenciosamente,



 www.rioclarense.com.br

 @rioclarense.official

   \Rioclarense



Rafaela S. Corbanez de Arruda

Teleprefeitura

Tel/Fax: (19) 3522-5800

E-mail: rafaela.arruda@rioclarense.com.br

www.rioclarense.com.br

Confira as novidades da Rioclarense: facebook.com/rioclarense

Em ter., 31 de mar. de 2020 às 13:06, RAQUEL P. MARTINS <rmartins@saude.ms.gov.br> escreveu:

Boa Tarde,

Solicitamos cotação URGENTE, conforme anexOo.

Att.

RAQUEL P. MARTINS

Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS

(67)3318-1705 / 1721

Uma ação

SES
Secretaria de Estado
de Saúde



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul



Assunto: RES: Cotação máscaras

De: "Rafael de Oliveria Facundes" <rafael@accordfarma.com.br>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Tue, 31 Mar 2020 16:34:38 -0300

Boa tarde

Informo que não comercializamos os medicamentos solicitados.

Atenciosamente

Rafael de Oliveira Facundes

Vendas / Licitações

Tel: +55 11 5516-3296

Cel/Whatshap: +55 11 976768114

Skype: rafael.facundes2

www.accordfarma.com.br

De: RAQUEL P. MARTINS [mailto:rmartins@saude.ms.gov.br]

Enviada em: terça-feira, 31 de março de 2020 16:34

Para: vendas11@asthamed.com.br; hellen@maiorcasolucoes.com.br; briato.ferreira@gmail.com; vendas8@cirurgicaestilo.com.br; vendas@cfcarehospitar.com.br; vendas06.espsantohospitales@gmail.com; licitacao2@hmedic.com.br; hos13312@crystaliafv.com.br; rafael@accordfarma.com.br; vendas@aglon.com.br; andrenes@medcomerce.com.br; licitacao@jw.com.br

Assunto: Cotação máscaras

Boa Tarde,

Solicitamos cotação URGENTE, conforme anexo.

Att.

RAQUEL P. MARTINS

Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721

Uma ação

SES
Secretaria de Estado
de Saúde



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

Anexos (3)

[Download All Attachments](#)

- [image001.png](#) PNG image - 10 KB
- [image002.jpg](#) JPEG image - 2 KB
- [image003.png](#) PNG image - 15 KB

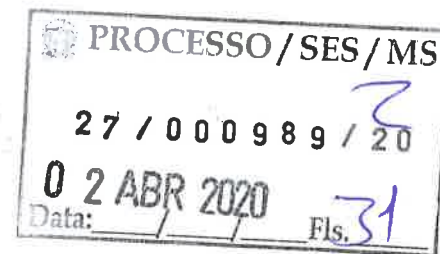
Assunto: Re: Cotação máscaras

De: Hellen - Maiorca Soluções <hellen@maiorcasolucoes.com.br>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Tue, 31 Mar 2020 15:56:39 -0400

Boa tarde Raquel



Infelizmente não conseguimos atender cotações de máscaras, visto que nossos fornecedores estão com a produção tomada por 180 dias. Conseguimos iniciar a negociação com o prazo de entrega acima.

Atenciosamente

=====
Hellen Oliveira
Vendas
Fone: (67) 3301-7007
Maiorca Soluções
Cnpj nº 24.259.043/0001-54
Campo Grande - MS
=====

<?xml:namespace prefix = "o" ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

--
Mail created using EssentialPIM Free - www.essentialpim.com

Em 31/03/2020 às 15:34, RAQUEL P. MARTINS <rmartins@saude.ms.gov.br> escreveu:

Boa Tarde,

Solicitamos cotação URGENTE, conforme anexo.

At.

RAQUEL P. MARTINS
Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721

Uma ação

SES
Secretaria de Estado
de Saúde



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

Assunto: Re: Cotação máscaras

De: ESPIRITO SANTO DISTRIBUIDORA <vendas06.espsantohospitales@gmail.com>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Tue, 31 Mar 2020 16:44:01 -0300



Olá, Boa tarde,

No momento não temos estes itens disponíveis.

Agradeço contato e fico a disposição para novos orçamentos.

Atenciosamente



Sender notified by
Mailtrack

Em ter., 31 de mar. de 2020 às 16:34, RAQUEL P. MARTINS <rmartins@saude.ms.gov.br> escreveu:

Boa Tarde,

Solicitamos cotação URGENTE, conforme anexo.

Att.

RAQUEL P. MARTINS
Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721



Att,

-Setor de Compras Diretas-

Espirito Santo Distribuidora (27) 3030-1134 opção 2

Assunto: RES: Cotação máscaras

De: HOSPITALAR - Gabriel Masselli Rodrigues da Cunha <gabriel.cunha@cristalia.com.br>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Tue, 31 Mar 2020 21:15:50 +0000

Boa tarde !!



Sem cotação.

Gabriel Masselli Rodrigues da Cunha

Vendedor Propagandista - Divisão Hospitalar

Fone: (67) 98113-5383

gabriel.cunha@cristalia.com.br

Rua Padre Eugenio Lopes, 361 – Vila Progredior – São Paulo – SP – CEP: 05615-010

CRISTÁLIA
PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

www.cristalia.com.br

| SAC: 0800 7011918

De: RAQUEL P. MARTINS <rmartins@saude.ms.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 31 de março de 2020 15:34

Para: vendas11@asthamed.com.br; hellen@maiorcasolucoes.com.br; briato.ferreira@gmail.com; vendas8@cirurgicaestilo.com.br; vendas@cfcarehospitalar.com.br; vendas06.espsantohospitales@gmail.com; licitacao2@hmedic.com.br; HOSPITALAR - Gabriel Masselli Rodrigues da Cunha <gabriel.cunha@cristalia.com.br>; rafael@accordfarma.com.br; vendas@aglon.com.br; andrenes@medcommerce.com.br; licitacao@jw.com.br

Assunto: Cotação máscaras

Boa Tarde,

Solicitamos cotação URGENTE, conforme anexo.

Att.

RAQUEL P. MARTINS

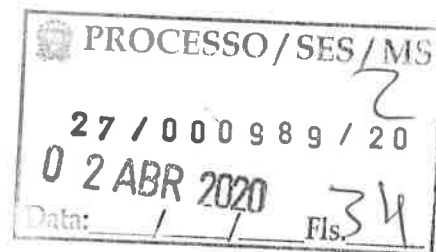
Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721



Anexos (1)

CRISTÁLIA
PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

- [image001.gif](#) GIF image - 4 KB



Assunto: Re: Cotação máscaras

De: Universal MS <cotacao.universalph@gmail.com>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Thu, 2 Apr 2020 15:38:17 -0400

Boa tarde,

Vimos por meio deste, oferecer cotação dos itens solicitados.
Segue anexo.

Setor de licitações

Universal Produtos Hospitalares LTDA.

Rua Buenos Aires, 240, Vila Margarida

CEP: 79023-210, Campo Grande/MS

Tel: (67) 3043-6474 / 3043-6454

CNPJ: 10.918.870/0001-06

Em qui., 2 de abr. de 2020 às 12:49, RAQUEL P. MARTINS <rmartins@saude.ms.gov.br> escreveu:

Boa Tarde.

Segue planilha de item, para nova cotação URGENTE , atentar para a quantidade da (N95) que aumentou!

Att.

RAQUEL P. MARTINS
Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721



Anexos (2)

[Download All Attachments](#)

- [Proposta Detalhe - máscaras univ - fundo especial de saúde.pdf](#) PDF Document - 39 KB
- [Proposta Detalhe - máscaras univ - fundo especial de saúde.pdf](#) PDF Document - 39 KB

| PROPOSTA DE PREÇO | | MODALIDADE | | NÚMERO | | TIPO | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------|----------------|------------------|-------------|------------------|
| | | DISPENSA DE LICITAÇÃO | | | | Menor Preço | |
| Órgão: Fundo Especial de Saúde de MS CNPJ: 03.517.102/0001-77 | | | | | | | |
| Processo Nº: | | | | | | | |
| Proponente: Universal Produtos Hospitalares LTDA | | | | | | | |
| Endereço: Rua Buenos Aires, 240, Vila Margarida | | | | | | | |
| Cidade: Campo Grande MS | | | | | | | |
| Telefone: (67) 3043-6474 Email: rafael.universalph@gmail.com | | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA E MODELO | PRAZO DE ENTREGA | PREÇO UNIT | PREÇO TOTAL |
| LOTE 001 | | | | | | | |
| 1 | Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95);un
Dados Complementares: peça semifacial filtrante para
poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com
válvula de exalação. | | 20.000 | Grazia | 20 dias | R\$ 60,00 | R\$ 1.200.000,00 |
| Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de <u>60</u> dias, com pagamento através do banco <u>01</u>
agência nº <u>2959-9</u> c/c nº <u>25843-1</u>
Campo Grande, 02 de março de 2020 | | | | | | | |
| CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE (contendo o CNPJ) | | | | | | | |

10.918.870/0001-061

UNIVERSAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME

RUA BUENOS AIRES, 240

VILA MARGARIDA - CEP: 79023-210

CAMPO GRANDE - MS

PROCESSO / SES / MS
27 / 000 989 / 20
02 ABR 2020 Fls. 35

Wagner G Martins
CPF nº 815.629.341-04
RG nº 839.192/MS

Assunto: Re: Cotação máscaras

De: COTAÇÃO SPV <cotacaospv@gmail.com>

Para: "RAQUEL P. MARTINS" <rmartins@saude.ms.gov.br>

Thu, 2 Apr 2020 15:49:31 -0400

Boa tarde,
segue orçamento anexo.
Att,

Licitações SPV EIRELI

Em qui., 2 de abr. de 2020 às 12:51, RAQUEL P. MARTINS <rmartins@saude.ms.gov.br> escreveu:

Boa Tarde.

Segue planilha de item, para nova cotação URGENTE , atentar para a quantidade da (N95) que aumentou!.

Att.

RAQUEL P. MARTINS
Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721



Anexos (2)

[Download All Attachments](#)

- [spv Masc. N95 fesa.pdf](#) PDF Document - 80 KB
- [spv Masc. N95 fesa.pdf](#) PDF Document - 80 KB



PROPOSTA DE PREÇO

Órgão/Entidade Solicitante: **Fundo Especial de Saúde de MS CNPJ: 03.517.102/0001-77**

| | |
|-------------|--------------------------------------|
| Proponente: | SPV PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI |
| Endereço: | Rua Paraíso n. 113, Coronel Antonino |
| Cidade: | Campo Grande MS |
| Telefone: | (67) 9297-4100 |
| Email: | cotacaospv@gmail.com |

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA E MODELO | PRAZO DE ENTREGA | PREÇO UNIT | PREÇO TOTAL |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|----------------|------------------|------------|------------------|
| LOTE 001 | | | | | | | |
| 1 | 00103022 - Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2un (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | | 20.000 | KSN | 15 dias | R\$ 75,00 | R\$ 1.500.000,00 |

Validade da proposta: de 60 dias
Campo Grande, MS, 02 DE ABRIL DE 2020

CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE (contendo o CNPJ)

Gabriel Salvi
CPF 039.172.371-56

36 170 856-7 SSP/SP
039 172 371-56
Gabriel Melo Matos de Salvi
Representante Legal

PROCESSO / SES / MS

27 / 000989 / 20

Data: 02/ABR/2020 fls. 37

| | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|------------|---------|---------------------|-----|
| PROPOSTA DE PREÇO | MODALIDADE | Nº MERO | TIPO
Menor Preço | FLS |
| Órgão: Fundo Especial de Saúde de MS CNPJ: 03.517.102/0001-77 | | | | |
| Processo: | | | | |

| | | | | | | | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|----------------|-------------------------|------------|----------------|
| Proponente: | MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | | | | CNPJ 07.729.499/0001-11 | | |
| Endereço: | RUA BUENOS AIRES 288 VILA LUCINDA | | | | | | |
| Cidade: | CAMPO GRANDE MS | | | | | | |
| Telefone: | 67 3025-2818 | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA E MODELO | PREÇO DE ENTREGA | PREÇO UNIT | PREÇO TOTAL |
| LOTE 01 | | | | | | | |
| 1 | 00103022 - Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | un | 20.000 | Nutriex | 10 dias | R\$ 29,99 | R\$ 599.800,00 |

Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima, a validade da proposta 90 dias, com pagamento através do banco 001 agência nº 4211-0 c/c nº 16257-4.

Campo Grande, 01 de abril de 2020.

CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE

07.729.499/0001-11

MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

RUA BUENOS AIRES, 288
VILA LUCINDA - CEP: 79.023-210
CAMPO GRANDE - MS

Emerson Ludwig Representante Legal
RG nº 51687159 SESP/PR
CPF: 779.996.659-91

PROCESSO / SES / MS

27 / 000989 / 20

02 ABR 2020 Fls. 38

A(o) DE, após autuação encaminhamos o
presente processo contendo páginas de 02 à 36
 devidamente assinadas.
 em 02 ABR/2020 Ass.: Alde



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Página: 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Nome Empresarial
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA | | | |
| Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)
54 6 0009241-5 | CNPJ
07.729.499/0001-11 | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo
07/11/2005 | Situação
REGISTRO ATIVO |
| Número do Arquivamento
54600092415 | Data do Arquivamento
06/06/2017 | Descrição
TRANSFORMACAO | |
| Atos Subsequentes Arquivados | | | |
| Não há nenhum arquivamento subsequente. | | | |

VIA ÚNICA

Esta Certidão de Inteiro Teor Digital é originária da VIA ÚNICA do Processo 17/0608913

| | |
|----------------------------------------|--------------------------------------|
| Data da Expedição
08/06/2017 | Hora da Expedição
08:42:27 |
|----------------------------------------|--------------------------------------|



17/070965-5

Local, data
CAMPO GRANDE - MS, 08 de junho de 2017

IVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETARIO GERAL

Este documento possui 6 folhas, incluindo capa e ordens judiciais.

Documento Assinado por meio digital conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E C nº 32 de 11/09/2001 - Art. 2º.
Art. 1º. Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade desta certidão de inteiro teor poderá ser confirmada na página oficial da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul na internet, no endereço http://certidaodigital.jucems.ms.gov.br/valida_certidao_inteiro_teor.php, por meio do código abaixo:
XQVLEBHWR54600092415

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

NIRE (da sede for 6) **54201**

1 - RE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/06/2017
SOB O NÚMERO: 54600092415
Protocolo: 17/060891-3, DE 26/05/2017

MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
ILMO. SR. PRESIDENTE

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

NOME: **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DO PRO 1602625

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
17/060891-3

Nº FCN/RE
MS2201700150530

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|
| 1 | 002 | 046 | 1 | ALTERACAO TRANSFORMACAO |

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

CAMPO GRANDE - MS
Local

23 Maio 2017
Data

Nome: EMERSON LUDWIG
Telefone de Contato: (67) 3393-3440
Assinatura: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☒ NÃO 29.05.2017 _____
Data Responsável

☒ NÃO 29.05.2017 _____
Data Responsável

Processo em Ordem A decisão

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

06 JUN 2017
Data

Inêz P. Wake
Analista de Abx. Mercantis
Mat. 106091021
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CERTIFICO REGISTRO EM 06/06/2017 SOB Nº 54600092415.
PROTOCOLO: 170608913 DE 26/05/2017.
EMPRESA: 54600092415
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

Nivaldo Domingos da Rocha
38242014
SECRETÁRIO GERAL.

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|
| MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DARF | | 02 PERÍODO DE APURAÇÃO
25/05/2017 | 03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ
07.729.499/0001-11 | 04 CÓDIGO DA RECEITA
6621 | 05 NÚMERO DE REFERÊNCIA
25/05/2020 | 06 DATA DE VENCIMENTO
25/05/2020 | 07 VALOR DO PRINCIPAL
21,00 | 08 VALOR DA MULTA
0,00 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|

01 NOME / TELEFONE
 MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
 EIRELI 33833440

Domicílio tributário do contribuinte:
 CAMP ☒ NÃO ☐ ALIS AR ☐

856806

COBAN:55491 LOJA:0024 PDV:0430
 25/05/2017 BANCO DO BRASIL 10:17:00
 711428778 0074

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE:
 AGENCIA: 0000-0 CONTA: 0-0

AGENTE ARRECADADOR
 CNC 001 - 7114 - AGENCIA AV. MASCARENHAS MORAES
 CODIGO DE BARRAS 85680000000 21000153014
 61077294990 00168217145

DATA DO PAGAMENTO 25/05/2017
 PERÍODO DE APURAÇÃO
 NÚMERO DO CPF/CNPJ
 CÓDIGO DA RECEITA
 NÚMERO DE REFERÊNCIA
 DATA DO VENCIMENTO
 RECEITA BRUTA ACUMULADA
 PERCENTUAL
 VALOR DO PRINCIPAL
 VALOR DA MULTA
 VALOR DOS JUROS
 VALOR TOTAL 21,00

NR. AUTENTICAÇÃO D. A15. E4A. 5E9. FE8. 405

Modelo Aprovado pela SRF - AOE
 Conjunto Geral/Código 001, DE 2006

Emissão - OK



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 CERTIFICADO REGISTRO EM 06/06/2017 SOB Nº 54600092415.
 PROTOCOLO: 170608913 DE 26/05/2017.
 EMPRESA: 54600092415
 MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.



Nivaldo Domingos da Rocha
 385410340 GERAL

**ATO DE TRANSFORMAÇÃO DO REGISTRO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA EM EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA –
EIRELI**

MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

EMERSON LUDWIG, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Sagitaria, nº. 206, Bairro Carandá Bosque, CEP 79.032-410, nascido aos 30 de maio de 1972, portador da cédula de Identidade RG 51687159, SESP/PR e do CPF: 779.996.659-91.

Único sócio componentes da sociedade gira sob o nome empresarial de **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP** com sede na Rua Buenos Aires, n.º 288, Vila Lucinda, CEP 79023-210, Campo Grande, MS, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul, sob n.º 54200849926, em sessão de 07 de Novembro de 2005, e no CNPJ N.º 07.729.499/0001-11, resolvem assim, alterar seu contrato social.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica transformada a sociedade empresária limitada em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, sob o nome empresarial de **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA: O acervo da sociedade transformada, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), passa a constituir o capital da EIRELI mencionada na cláusula anterior.

Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor a seguir:

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA – EIRELI**

Pelo presente instrumento, o Sr. **EMERSON LUDWIG**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Sagitaria, nº. 206, Bairro Carandá Bosque, CEP 79.032-410, nascido aos 30 de maio de 1972, portador da cédula de Identidade RG 51687159, SESP/PR e do CPF: 779.996.659-91, resolve com fundamento no artigo 980-A, da Lei nº. 10.406/02, constituir uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, a qual será regida pelas



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CERTIFICO REGISTRO EM 06/06/2017 SOB Nº 54600092415
PROTOCOLO: 170608913 DE 26/05/2017.
EMPRESA: 54600092415
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI



cláusulas e condições seguintes, observando, nas omissões, as regras previstas para a sociedade limitada.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa gira sob o nome empresarial de **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** e terá sede e domicílio à Rua Buenos Aires, n.º 288, Vila Lucinda, CEP 79023-210, Campo Grande, MS.

CLAUSULA SEGUNDA: Terá por objeto: COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR, FARMACÊUTICO, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E ORTOPÉDICO, ENSINO, PESQUISA, SANEANTE DOMISSANITARIO, COSMÉTICOS, PERFUMARIA, PRODUTOS DE HIGIENE E DE LIMPEZA e COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPLEMENTOS ALIMENTÍCIOS, SUPLEMENTOS ALIMENTÍCIOS E ALIMENTOS ESPECIAIS.

CLAUSULA TERCEIRA: O Capital é de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), dividido em 2.800 (duas mil e oitocentas) quotas, no valor nominal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), cada uma, o qual está, neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA: A empresa iniciou sua atividade na data de seu registro e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da empresa caberá ao titular **EMERSON LUDWIG**, autorizado o uso do nome empresarial, com os poderes e atribuições de administrar os negócios da empresa.

CLÁUSULA SEXTA: O exercício encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano civil, data em que será procedido o levantamento de um inventário, de um Balanço Patrimonial e da demonstração de Resultado do Exercício, sendo que os lucros ou prejuízos apurados serão suportados pelo próprio titular.

CLÁUSULA SETIMA: Declara o titular, para os devidos fins e efeitos de direito, que não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade, ou seja, que não é titular de outra EIRELI já registrada no território nacional.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

CLÁUSULA NONA: A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, pôr lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou pôr se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CERTIFICO REGISTRO EM 06/06/2017 SOB Nº 54600092415.
PROTOCOLO: 170608913 DE 26/05/2017.
EMPRESA: 54600092415
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.



Nivaldo Domingos da Rocha
388-18974-4
SECRETÁRIO GERAL.

Campo Grande, MS, 22 de maio de 2017.

EMERSON LUDWIG

6

Rua 15 de Novembro, 428 - Centro - CEP: 79.002-140 - Campo Grande - MS - Fone: (07) 3382 2590
 LIZIAS GOMES FERRO - Tabelião - e-mail: lizias@tabelionatferro.com.br

VERDADE CH Ala ROSE HELEN DE ALBUQUERQUE SILVA

FUNADEP: R\$0,60 FUNDAP103: R\$ 0,60 TOTAL R\$1,10

O texto poderá ser conferido no site: www.tjma.jus.br

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/06/2017
NÚMERO: 54600082415 DE 26/0

CERTIFICADO O REGISTRO
NÚMERO: 54600082415

CERTIFICADO O REGISTRO EM:
SOB O NÚMERO: 54600082415
Protocolo: 17/060891-3, DE 26/05/2017

MEGA COMERCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES
EIRELI

NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CERTIFICO REGISTRO EM 06/06/2017 SOB Nº 54600092415
PROTOCOLO: 170608913 DE 26/05/2017.
EMPRESA: 54600092415.
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

32384024



Nivaldo Domingos da Rocha
38548974
SECRETARIO GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Processo N.º 27/ 989/ 20
Data 2/4/20 Fis. 42
Rubrica 75

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

| | | | |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|
| Nome Empresarial: | MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | | |
| Natureza Jurídica: | EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA) | | |
| Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE | CNPJ | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo | Data de Início de Atividade |
| 5460009241-5 | 07.729.499/0001-11 | 07/11/2005 | 07/11/2005 |

Endereço Completo:

RUA BUENOS AIRES 288 - BAIRRO VILA LUCINDA CEP 79023-210 - CAMPO GRANDE/MS

Objeto Social:

COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR, FARMACEUTICO, ODONTOLOGICO, LABORATORIAL E ORTOPEDICO, ENSINO, PESQUISA, SANEANTE DOMISSANITARIO, COSMETICOS, PERFUMARIA, PRODUTOS DE HIGIENE E DE LIMPEZA E COMERCIO ATACADISTA DE COMPLEMENTOS ALIMENTICIOS, SUPLEMENTOS ALIMENTICIOS E ALIMENTOS ESPECIAIS.

| | | | |
|---------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Capital Social: | R\$ 500.000,00 | Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06) | Prazo de Duração

INDETERMINADO |
| QUINHENTOS MIL REAIS | | | |
| Capital Integralizado: R\$ 500.000,00 | | | |
| QUINHENTOS MIL REAIS | | | |

Titular/Administrador

CPF/NIRE Nome

779.996.659-91 EMERSON LUDWIG

Término Mandato Função

xxxxxxx TITULAR / ADMINISTRADOR

Status: TRANSFORMADA

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 14/05/2018

Número: 54522496

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior

Nire

Número Aprovação

UF

Tipo Movimentação

MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

5420084992-6

54600092415

xx

TRANSFORMACAO

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ

Endereço

NADA MAIS#

Campo Grande, 27 de Fevereiro de 2020 16:33

NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMS (<http://www.jucems.ms.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C200000093127 e visualize a certidão)



20/020.106-9

06/12/2018

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

| |
|-------------------------|
| Processo N.º 271.989/20 |
| Data 21/4/20 Fis. 43 |
| Assinatura Rg |

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NUMERO DE INSCRIÇÃO
07.729.499/0001-11
MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA
07/11/2005 |
| NOME EMPRESARIAL
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
MEGA HOSPITALAR | | | PORTE
DEMAIS |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.49-1-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresari | | | |
| LOGRADOURO
R BUENOS AIRES | NUMERO
288 | COMPLEMENTO | |
| CEP
79.023-210 | BAIRRO/DISTRITO
VILA LUCINDA | MUNICÍPIO
CAMPO GRANDE | UF
MS |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO
dirconec@uol.com.br | | TELEFONE
(67) 3383-3440 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
07/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL
***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

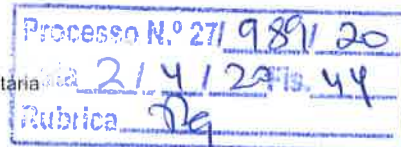
Emitido no dia 06/12/2018 às 16:34:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ

07.729.499/0001-11

Endereço Completo

RUA BUENOS AIRES Nº 288 - VILA LUCINDA CEP: 79.023-210 - CAMPO GRANDE/MS

Telefone

(67) 3025-2818

Responsável Técnico

NATALIA FERRAZ DA SILVA

Responsável Legal

EMERSON LUDWIG

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

8.03.421-0 (U707X0XXM2YL)

Data do Cadastro

10/12/2006

Situação**Nº do Processo**

25351.298819/2006-41

Cadastro

8 - Produtos para Saúde (Correlatos)

Atividades / Classes

Armazenar

- Correlato

Distribuir

- Correlato

Expedir

- Correlato

Transportar

- Correlato

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa

Linhas de Certificação

Data de

Vencimento do

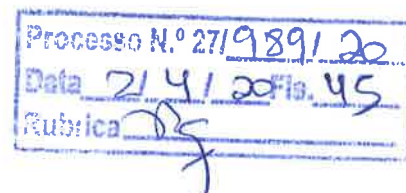
Solicitante**Vigentes****Publicação****Certificado**

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)**Empresa
Solicitante****Linhas de Certificação
Vigentes****Data de
Publicação****Vencimento do
Certificado**

Nenhum registro encontrado

[Voltar](#)



SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG

Nº 101972/ 20- 89

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

CPF/CNPJ: **07.729.499/0001-11**

ENDEREÇO: RUA RUA BUENOS AIRES

Nº:288

COMPLEMENTO:

BAIRRO:VILA LUCINDA

CIDADE: CAMPO GRANDE/MS

UF:MS CEP:79023-210

Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados, CERTIFICAMOS para fins de direito que esta Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restrita ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado.

NÃO CONSTATAMOS A EXISTÊNCIA DE DÉBITOS em nome do Contribuinte até a presente data para com a Fazenda Municipal.

O prazo de validade da presente CNDG será de 120 (Cento e Vinte dias) a contar da data a contar da data de sua emissão.

A presente certidão foi emitida de acordo com a denominação oficial do contribuinte, tem eficácia até a data de validade desde que sem rasuras, devidamente assinada pelos responsáveis e acompanhada da guia DAM paga.

Validade até: 12/06/2020

Campo Grande - MS, 13 fevereiro 2020


Welington José de Lacerda
Divisão de Arrecadação
SEMRE

Certidão emitida em conformidade com o Decreto nº. 12124 de 22/04/13.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet,
no endereço eletrônico <http://capital.ms.gov.br/semre>

Código de Autenticidade: 2ECE419745F775BF72B0E4B06D6B951



SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DAM

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

| | | | | | | | | |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------|------------|---------------|-------------|----------|-------|
| CÓDIGO DEBITO
78460/20 - 28 | NOSSO NÚMERO
78460/20 - 28 | DATA EMISSÃO
13/02/2020 | | | | | | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL
05460040010 | CONTRIBUINTE
MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE | | | | | | | |
| CPF_CNPJ
03501509000106 | ENDEREÇO
AVENIDA AFONSO PENA, 3297 QUADRA: 00000 LOTE:00000 | | | | | | | |
| BAIRRO
VILA CIDADE | | | CIDADE/UF
CAMPO GRANDE | | | | CEP | |
| IDENTIFICAÇÃO | PAR | VENCIMENTO | TR | TRIBUTO | VALOR LANÇADO | MULTA/JUROS | DESCONTO | VALOR |
| 2020680101012 | 01 | 16/03/2020 | 68 | REC AVULSA | 25,58 | 0,00 | 0,00 | 25,58 |

Certidão Nº101972/20-89
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CPF/CNPJ: 07729499000111

Valor Principal já com correção monetária

| | | | | | |
|-----------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|----------------|
| DATA VALIDADE
14/03/2020 | VALOR LANÇADO
25,58 | VALOR ATUALIZADO
0,00 | MULTA/JUROS
0,00 | DESCONTO
0,00 | TOTAL
25,58 |
|-----------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|----------------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

**RECIBO DO
CONTRIBUINTE**



SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DAM

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

| | | | | | | | | |
|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------------|--|--|--|---------------------------|--|
| CÓDIGO DEBITO
78460/20 - 28 | NOSSO NÚMERO
78460/20 - 28 | DATA DE EMISSÃO
13/02/2020 | | | | | | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL
05460040010 | CONTRIBUINTE
MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE | | | | | | | |
| CPF/CNPJ
03501509000106 | ENDEREÇO
AVENIDA AFONSO PENA, 3297 QUADRA: 00000 LOTE:00000 | | | | | | | |
| BAIRRO
VILA CIDADE | | | CIDADE/UF
CAMPO GRANDE | | | | CEP | |
| LOCAL DE PAGAMENTO
REDE BANCÁRIA CONVENIAUA | | | | | | | VENCIMENTO
14/03/2020 | |
| INSTRUÇÕES | | | | | | | VALOR LANÇADO
25,58 | |
| | | | | | | | VALOR ATUALIZADO
0,00 | |
| | | | | | | | MULTA/JUROS
0,00 | |
| | | | | | | | DESCONTO
0,00 | |
| | | | | | | | OUTROS ACRESCIMOS
0,00 | |
| | | | | | | | TOTAL
25,58 | |

81650000000-4 25580868202-5 00316689399-4 90784602028-3



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA - VIA BANCO



Boletos, Convênios e outros

Processo N.º 27/989/20
Data 24/20 Fis. 46
Rubrica 79

G333141535889824012
14/02/2020 15:43:25

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
14/02/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.43.25
4211004211

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: M COM PROD HOSP LTDA ME
AGENCIA: 4211-0 CONTA: 16.257-4
EFETUADO POR: BRUNA S REZENDE

Convenio PREF MUN CAMPO GRANDE
Codigo de Barras 8165000000-4 25580860202-5
00316689399-4 90784602020-3
Data do pagamento 14/02/2020
Valor em Dinheiro 25,58
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 25,58

DOCUMENTO: 021405
AUTENTICACAO SISBB:
9.E58.207.79F.C36.2E1

Transação efetuada com sucesso por: JC689264 BRUNA SANDIN REZENDE.



SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DAM

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

| | | | | | | | | |
|------------------------------------|-----|----------------------------------------------------------------|----|----------------------------|---------------|-------------|----------|-------|
| CÓDIGO DEBITO
78460/20 - 28 | | NOSSE NUMERO
78460/20 - 28 | | DATA EMISSÃO
13/02/2020 | | | | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL
05460040010 | | CONTRIBUINTE
MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE | | | | | | |
| CPF/CNPJ
03501509000106 | | ENDEREÇO
AVENIDA AFONSO PENA, 3297 QUADRA: 00000 LOTE:00000 | | | | | | |
| BARRIO
VILA CIDADE | | CIDADE/UF
CAMPO GRANDE | | CEP | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO | PAR | VENCIMENTO | TR | TRIBUTO | VALOR LANÇADO | MULTA/JUROS | DESCONTO | VALOR |
| 2020080101012 | 01 | 16/03/2020 | 68 | REC AVULSA | 25,58 | 0,00 | 0,00 | 25,58 |

Certidão Nº101972/20-89
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CPF/CNPJ: 07729499000111

Valor Principal já com correção monetária

| | | | | | |
|-----------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|----------------|
| DATA VALIDADE
14/03/2020 | VALOR LANÇADO
25,58 | VALOR ATUALIZADO
0,00 | MULTA/JUROS
0,00 | DESCONTO
0,00 | TOTAL
25,58 |
|-----------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|----------------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

**RECIBO DO
CONTRIBUINTE**



SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DAM

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

| | | | | | |
|------------------------------------------------|--|----------------------------------------------------------------|--|-------------------------------|--|
| CÓDIGO DEBITO
78460/20 - 28 | | NOSSE NUMERO
78460/20 - 28 | | DATA DE EMISSÃO
13/02/2020 | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL
05460040010 | | CONTRIBUINTE
MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE | | | |
| CPF/CNPJ
03501509000106 | | ENDEREÇO
AVENIDA AFONSO PENA, 3297 QUADRA: 00000 LOTE:00000 | | | |
| BARRIO
VILA CIDADE | | CIDADE/UF
CAMPO GRANDE | | CEP | |
| FORMA DE PAGAMENTO
REDE BANCÁRIA CONVENIADA | | | | | |
| VENCIMENTO
14/03/2020 | | | | | |
| VALOR LANÇADO
25,58 | | | | | |
| VALOR ATUALIZADO
0,00 | | | | | |
| MULTA/JUROS
0,00 | | | | | |
| DESCONTO
0,00 | | | | | |
| OUTROS ACRESCIMOS
0,00 | | | | | |
| TOTAL
25,58 | | | | | |

8165000000-4 25580868202-5 00316689399-4 90784602028-3

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA VIA BANCO





| |
|-------------------------|
| Processo N.º 27/ 989/20 |
| Data 2/4/20 Fis. 47 |
| Rubrica R5 |

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS NÚM : 048592/2020

Contribuinte:MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CCE: 28.337.760-7

Certifico que, verificando os registros relativos aos controles de créditos do Estado, constatou-se, que até a presente data, não constam dívidas decorrentes de créditos tributários constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, ou crédito não tributário inscritos na dívida ativa, pendentes de pagamento, em nome do contribuinte acima identificado.

Fica ressalvado o direito de o Estado de Mato Grosso do Sul apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários e não tributários anteriores e posteriores, inclusive no período compreendido nesta certidão.

Esta certidão refere-se a situação fiscal do contribuinte do âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado.

Certidão expedida com base no art. 294 da Lei n. 1.810, de 22 de dezembro de 1.997, emitida às 15:26:47 horas do dia 21/02/2020 (hora e data - MS).

Certidão válida até sessenta dias a contar da data de sua expedição.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado de Fazenda (www.sefaz.ms.gov.br) ou da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.ms.gov.br).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certidão nº: 3117137/2020

Expedição: 03/02/2020, às 11:44:19

Validade: 31/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.729.499/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

| |
|------------------------|
| Processo N.º 271989/20 |
| Data 21/4/20 Fto. 49 |
| Rubrica Rg |



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.729.499/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:46:07 do dia 03/02/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/08/2020.

Código de controle da certidão: **D29F.639A.A964.266D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais

Mapa Comparativo de Menor Preço 001

| PROCESSO: 27/000.989/2020 - FESA | | | | CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: GLOBAL | | | | |
|----------------------------------|--------|---------|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Órgão: FESA | | | | Geração do Mapa: TODOS | | | | |
| Tipo de Julgamento: Menor Preço | | | | | | | | |
| Item | Qtde | Un. | Código | Descrição | Fornecedor | Origem | Valor Unit. | Valor Total |
| ITEM 001 | | | | | | | | |
| 1 | 20.000 | 1 - Un. | 001032
2 | Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | Pesquisa de Preço - Processo | 29,99 | 599.800,00 |
| | | | | | UNIVERSAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME | Pesquisa de Preço - Processo | 60,00 | 1.200.000,00 |
| | | | | | RESULTADO | | 29,99 | 599.800,00 |
| | | | | | | TOTAL | 29,99 | 599.800,00 |
| | | | | | | TOTAL GERAL | | 599.800,00 |
| Elaborado por: Jose | | | | | | | Data: 03/04/2020 09:25 | |

| Resultado do Item | | | | | | | |
|-------------------|----------|---------|------------------------------|---------------------------|--|--|--|
| Item | Tipo | Código | Valor de referência unitário | Valor de referência total | | | |
| 1 | ITEM 001 | 0010322 | 29,99 | 599.800,00 | | | |

Resultado Geral

| | |
|----------------------------------|------------|
| Valor total de referência | 29,99 |
| Valor total de referência Total: | 599.800,00 |

Observação:

processo nº 27/000.989/2020
Data: 03/04/2020
Rubrica: 30

Encaminhamos o presente processo à:

☒ CAOP para reserva orçamentária de acordo c/ mapa fls.

☐ DAF para assinatura fls.

☐ CEOF para pré-empenho/cota financeira.

☐ CJUR para parecer jurídico

☐ CEOF para empenho.


Em: 3/4/20 Rubrica:


José Torcal Machado
Mestr. GERAL
Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES

Após encaminhar a CTE/SES para
Parecer jurídico.
Em, 3/4/20


José Torcal Machado
Mestr. GERAL
Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E SUPORTE TÉCNICO - COGEPLAN
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E PROJETOS - CAOP
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - GAO

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| PROCESSO: 27/989/20 |
| DATA: 03.04.20 FLS.: 51 |
| RUBRICA:  |

() CDS / DGGE / SES

SETOR PARA ENCAMINHAR: () CEOF / DGA / SES

() CGC / SGAF / SES

() GAB / SES

() ATE / SES

() GTC / DGAS / SES

INFORMAMOS ABAIXO A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A PRESENTE DESPESA:

| | | | |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------|
| PROCESSO N.º | 27/989/20 | GCONT N.º | *** |
| CI DE ABERTURA DE PROCESSO N.º | 063/20 | DATA CI: | 02.04.20 |
| TIPO RESERVA ORÇAMENTÁRIA (INICIAL/ADEQUAÇÃO/CANCELAMENTO) | INICIAL | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA N.º | RO00180/20 | DATA RO | 03.04.20 |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | 20.27901.10.305.2043.4068.0014 | | |
| LOCALIZADOR | Vigilância em Saúde | | |
| SOLICITANTE | DGVS/SES/MS | | |
| FONTE DE RECURSO | 248000002 | | |
| NATUREZA DESPESA | 33903036 | | |
| VALOR DA DESPESA | 599.800,00 | | |
| ESPECIFICAÇÃO | AQUISIÇÃO DE MASCARAS HOSPITALARES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA FOLHAS 07 ATÉ 28. PARA ATENDER A DEMANDA DESCRITA FOLHA 002. | | |

| |
|-------------------------------|
| CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2020 |
|-------------------------------|

| | | | | | |
|-----|-----|-----|------------|-----|-----|
| JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN |
| | - | - | 599.800,00 | - | - |

| | | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
| - | - | - | - | - | - |


ERICA BARBOSA PINTO

MATRICULA N.º 435364021

Erica Barbosa



MANIFESTAÇÃO JURÍDICA ATE/SES/MS Nº 549/2020

PROCESSO 27/000989/2020

INTERESSADO: Diretoria Geral de Vigilância em Saúde – DGVS/SES

ASSUNTO: SECRETARIA DA SAÚDE. LICITAÇÃO. DISPENSA. SITUAÇÃO EMERGENCIAL. AQUISIÇÃO DE INSUMO PARA O ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL. PANDEMIA. COVID-19. ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020. CALAMIDADE PÚBLICA. DECRETO ESTADUAL Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020. OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 26, DA LEI DE LICITAÇÕES.

Submetem-se ao crivo desta Assessoria Técnica Especializada, em conformidade com o parágrafo único do art. 38 da Lei nº. 8.666/93, os autos do processo em epígrafe para emissão de Manifestação Jurídica visando a aquisição de insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, fundamentada na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e do Decreto Estadual n. 15.396, de 19 de março de 2020.

Inaugura o presente expediente documentação da Diretoria Geral de Vigilância em Saúde – DGVS/, em que justifica a necessidade de aquisição de insumos (MÁSCARAS PFF2 – Tipo Respirador), em razão de tratarem de materiais de proteção individual indispensáveis para assegurar a proteção aos profissionais da área da saúde, quanto à possibilidade de seu objeto configurar hipótese licitação dispensável, nos termos da Lei nº 13.979/2020.

Instruem os autos os seguintes documentos: CI nº 63/2020, Portaria n. 1.378, de 9 de julho de 2013, Termo de Referência, cotações, proposta de fornecimento e documentação da empresa Mega Comércio de Produtos Hospitalares, Mapas Comparativo de Menor Preço, disponibilidade orçamentária, dentre outros.

É o breve relatório.

Passa-se às considerações.

1. A Organização Mundial da Saúde reconheceu, no dia 11 de março de 2020, que o coronavírus, responsável pela doença catalogada como COVID-19, espalhou-se por diversas partes do mundo, a ponto de tal situação merecer ser caracterizada como uma pandemia. No Brasil, já há vários casos e a totalidade do território nacional já foi considerada em situação de transmissão comunitária,



aquela em que não é mais possível rastrear a origem da contaminação. Tal realidade favorece o aumento drástico do contágio viral e dificulta o combate à situação pandêmica.

2. Com isso, os governos federal, estaduais, distrital e municipais têm adotado severas medidas de combate à transmissão do coronavírus, almejando que, assim, os danos causados pela COVID-19 à saúde da população e à economia da nação brasileira sejam o menor possível. Nesse ponto, ressalta-se a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

3. Cumpre de antemão esclarecer que, não obstante tratar-se de dispensa de licitação fundamentada em situação de emergência, a análise jurídica da aquisição pretendida será realizada com base na Lei Federal nº 13.979/20, e não no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

4. Nesse viés, importante transcrever o art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, com a redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, assim dispõe:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e



IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. § 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.



§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput.

Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

5. Destaca-se que, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Decreto Estadual nº 15.396, de 19 de março de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o seu território:

Art. 1º - Declara-se, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais – COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE 1,5.1.1.0). (...)

Art. 3º O Poder Executivo Estadual poderá proceder à aquisição direta de bens e à contratação direta de obras e de serviços imprescindíveis ao desenvolvimento das ações de combate à pandemia, com dispensa do processo regular de licitação, considerada a urgência da situação vigente.

Parágrafo único. Para a aquisição direta de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, deverá ser observado o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e suas alterações.” (NR)

6. No que tange às aquisições emergenciais, extrai-se da lição de Marçal Justen Filho, conforme citado no Parecer Referencial nº 00011/2020/CONJUR0MS/CGU/AGU, vejamos

“No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.”¹

46. Assim, deve ser evidenciado o nexo causal entre a contratação direta e a eliminação do risco de dano com a efetiva demonstração da relação entre a necessidade a ser atendida e a solução concreta adequada.

47. Comprovando que a contratação emergencial é a via adequada e efetiva para a eliminação do risco, a Administração Pública somente poderá contratar nos limites estabelecidos na lei: “dispensa de licitação é

¹ (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética, 12a edição, 2008, p. 292).

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA | Processo nº 27/000989/2020
Data 03/04/2020 fls. 56
Rubrica  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

temporária", "aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", não sendo possível ultrapassar tais limites.

48. Assim, para a configuração da contratação direta emergencial por dispensa de licitação, devem ser preenchidos os seguintes pressupostos:

- a) Demonstração concreta e efetiva de que a aquisição de bens e insumos de saúde serão destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco.

7. Assim, tem-se que nas contratações com fulcro no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/20, a circunstância emergencial é presumida, tendo em vista a impossibilidade de se aguardar pela conclusão do procedimento licitatório, sob pena de perecimento do bem da vida que se pretende atender, que, nesse caso, é a saúde pública, devendo ser demonstrada a relação do objeto a ser adquirido sem licitação e o combate à situação de calamidade pública causada pelo novo coronavírus.

8. Nesse sentido, a justificativa para a presente contratação constante do Termo de Referência anexo aos autos administrativos (f. 07-28), evidencia que

“Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPI's) indispensáveis para assegurar a proteção aos profissionais da área da saúde, nos termos do art. 4º, da Lei 13.979/2020 (...)

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020 declarou que o surto do novo coronavírus (2019-nCov) constitui uma emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, sendo que na data de 11 de março de 2020 acabou por declarar a pandemia do Covid-19, devendo-se estar atento que, como bem destacado por Rafael Carvalho Rezende de Oliveira, “a pandemia, naturalmente, acarreta crise no sistema público e privado de saúde, bem como gera reflexos negativos na ordem econômica, desafiando as autoridades estatais e a população a adotarem medidas preventivas e repressivas para superação da crise.”

A transmissão do coronavírus no Brasil foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454, de 20 de março de 2020, com possibilidade de aumento e agravamento dos casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.

Não resta dúvida que se está diante de uma situação de anormalidade, inclusive há atos emanados de órgãos/entidades da Administração Pública Estadual pugnando por doações de materiais, (...) ou seja, como uma medida alternativa em razão “da restrição mundial de oferta desses produtos já como consequência da própria expansão do Covid-19”.

A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções de seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários. (...)



Os objetos a serem adquiridos serão utilizados por profissionais de saúde que farão os testes rápidos em pacientes Suspeitos de contaminação, bem como pelos profissionais do Laboratório Central/MS e Laboratório do Hospital Regional Rosa Pedrossian, para fins de proteção individual, não se podendo deixar de mencionar que esse tipo de (máscara PFF2 – Peça Facial Filtrante) possui 95% de eficiência na filtração de partículas e seu uso é indicado visando a proteção contra doenças por transmissão a´rea, como no presente caso o novo Coronavírus (COVID-19). (...) “

9. Destarte, além da suficiente justificativa apresentada pelo setor competente, afigura-se notória a necessidade premente de aquisição de máscara hospitalar objetivando o enfrentamento da pandemia que assola a população a nível mundial.

10. Conforme consta do sítio eletrônico do Ministério da Saúde (<https://coronavirus.saude.gov.br>), uma das formas de contágio pelo coronavírus é contato pessoal próximo, por gotículas de saliva, muitas vezes transmitidas através de espirro ou tosse, sendo, portanto, de extrema necessidade o uso de máscaras, em estabelecimentos de saúde.

11. A Lei nº 13.979, de 2020, é um diploma específico e destinado ao enfrentamento de uma situação temporária e excepcional. Desse modo, sua aplicação ocorre nas situações extraordinárias destinadas ao combate ao coronavírus e sua interpretação deve sempre estar focada nessa finalidade, de modo que eventuais entraves legais ao enfrentamento da pandemia atualmente vivida devem ser superados sob pena de um mal maior à saúde da população brasileira.

12. Focada nesse intuito de atender às demandas de combate à transmissibilidade do coronavírus, assim como aos efeitos da doença COVID-19, a Lei nº 13.979, de 2020, simplificou consideravelmente o procedimento de contratação, afastando, total ou parcialmente, a aplicação de alguns institutos exigidos pelo regime geral de contratação pública, previsto na Lei nº 8.666, de 1993. Ou seja, no aspecto procedimental, deve-se recorrer à Lei nº 8.666, de 1993, nas contratações por dispensa de licitação destinadas ao enfrentamento do coronavírus apenas naquilo que não conflite, expressa ou implicitamente, com o procedimento e com a finalidade premente de proteção da saúde, previstos na Lei nº 13.979, de 2020.

13. Nessa linha, apontamos que a Lei de Combate ao Coronavírus expressamente simplifica o procedimento de contratação por dispensa de licitação nos seguintes pontos:

- a. Dispensa da elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns (art. 4º-C);
- b. O gerenciamento de risco não é exigido na fase da contratação, mas apenas na execução do contrato (art. 4º-D);



c. Aceitação de projeto básico simplificado, o qual contenha os elementos previstos no art. 4-E, § 1º da Lei em comento;

d. Possibilidade de, excepcionalmente, o gestor dispensar, mediante justificativa, a estimativa de preço exigida pelo § 1º, inciso VI, do art. 4-E da Lei nº 13.979, de 2020; e

e. Dispensa da apresentação dos documentos relativos à habilitação, excepcionalmente e mediante justificativa, nas situações em que houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, ressalvadas as habilitações relativas à regularidade com a Seguridade Social e o cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição (trabalho de menores) (art. 4º-F).

14. Da análise das regras acima citadas, verifica-se que a Lei nº 13.979, de 2020, não excetuou a aplicação do art. 26 do procedimento de contratação por dispensa de licitação para o enfrentamento da emergência em decorrência do coronavírus. Assim, também devem ser observadas as disposições do art. 26 da Lei Geral de Licitações, que assim preconiza:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

15. Com isso, o procedimento de contratação por dispensa de licitação para o combate ao coronavírus deve ainda respeitar as seguintes etapas: a) ratificação do reconhecimento da dispensa pela autoridade superior; b) publicação do ato de dispensa no órgão de imprensa oficial; c) razão da escolha do fornecedor; e d) a justificativa do preço contratado. Quanto aos demais requisitos previstos no art. 26 acima transcrito, entendemos que ou foram afastados pela Lei nº 13.979, de 2020, ou não se aplicam à hipótese de contratação ora analisada.



16. Quanto à publicação do ato de reconhecimento da dispensa, ressaltamos que a Lei nº 13.979, de 2020, impõe uma superpublicização da dispensa de licitação para combate ao coronavírus, pois, além da publicidade do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, é exigida a disponibilização dessa espécie de contratação no sítio oficial do órgão contratante, devendo constar aí os elementos exigidos pelo § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e mais: a) o nome do contratado; b) o número de sua inscrição junto à Receita Federal do Brasil (CNPJ); c) o prazo contratual; d) o valor do contrato; e e) o processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979, de 2020).

17. Apreciando aos autos encaminhados a essa área de assessoramento jurídico, verificamos que constam os requisitos mínimos exigíveis, sendo que no tocante a justificativa de preço, foram juntados cotações anteriores, o que não exime de ser efetuada uma justificativa específica.

18. No tocante a razão de escolha, também merece reparo quanto a esse ponto.

19. Com efeito, é de conhecimento público a propagação do vírus COVID-19, sendo urgente a tomada de todas as medidas necessárias no seu combate. Sendo assim, a proteção contra a propagação do vírus é essencial para a segurança no sentido de conter a epidemia, restando assim, configurada a hipótese em que se autoriza a Administração Pública a contratar diretamente, independente de procedimento licitatório, podendo ser realizada a compra direta.

DO CONTRATO

20. Os contratos prescindem do instrumento contratual formatado nos termos do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993. De acordo com o art. 62, § 4º, da citada Lei Geral de Licitação, o instrumento de contrato pode ser substituído por outra espécie de documento simplificado, independentemente do valor do negócio, nas situações de aquisição com entrega imediata e integral sem que haja obrigações futuras, como é o caso, vejamos:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.

(...)

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
|  | ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA | Processo nº 27/000989/2020
Data 03/04/2020 fls. <u>60</u>
Rubrica <u>2</u> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

21. Vê-se que diante do valor da futura aquisição, vislumbramos a necessidade de elaboração de contrato, na forma do art. 62, da Lei n.º 8.666/93, cuja minuta aprovada pela Procuradoria Geral do Estado, segue anexa.

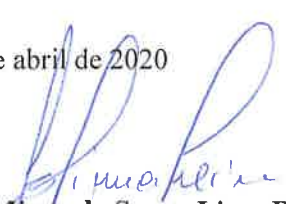
22. Ante o exposto, conclui-se, ressaltado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria, bem como considerando as justificativas mencionadas, estarem presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, tratando-se de licitação dispensável na forma da **Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020**.


23. É de bom alvitre recomendar ainda:

- a) que o processo deve seguir o seu curso, passando pela ratificação da autoridade superior e as consequentes publicações no órgão da imprensa oficial e no sítio eletrônico oficial da entidade contratante, observadas as exigências do art. 8º, § 3º, da Lei de Acesso à Informação AI e do § 2º do art. 4º da Lei nº 13.979/2020;
- b) que seja observada as orientações da Procuradoria Geral do Estado, publicada em de 31 de março de 2020, no que diz respeito a observância das minutas-padrão, lista de verificação e Certidão, editadas pela mesma;
- c) considerando que a Administração não apresentou a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, lembramos, que para a presente regularidade do processo merece reparo quanto a esses pontos, conforme art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993; e
- d) que sejam adotadas medidas com relação a representação dos fornecedores quanto aos valores acima de mercado, se for o caso, visto que pode configurar crime contra a economia popular; e

24. É o entendimento SMJ.

Campo Grande/MS, 3 de abril de 2020


Balbina Mirna de Souza Lima Barbeta
OAB/MS n. 5.854 - Advogada
Assessoria Técnica Especializada /SES

*De acordo
 com parecer
 em 03/04/2020*



| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA | Processo nº 27/000989/2020
Data 03/04/2020 fls. <u>61</u>
Rubrica <u></u> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

À

CGC/SES:

Seguem os autos, contendo Manifestação Jurídica, para as devidas providências.

Em: 6 de abril de 2020


Balbina Mirna de Souza Lima Barbeta
OAB/MS n. 5.854 - Advogada
Assessoria Técnica Especializada /SES



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais

Proc. nº 271/989/2020
Data: 06/01/2020 Fls. 62
Rubrica: -

Solicitação de Compras

Data: / /
Rubrica

| DADOS DO PROCESSO | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| Processo: 27/000.989/2020 | Órgão/Entidade Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul |
| Solicitante: FESA/27901 | Contato: Telefone: |
| Objeto: Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs) | |

| DADOS DA PLANILHA | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Tipo de Planilha: Material | Número da Planilha: 001/2020 |
| Descrição Global do Serviço | Qtd Meses |
| Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs) | |
| Observações: | |

| DADOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|-----------------|--------------|----------|----------------------------|------------|------------|
| Órgão | Exercício | Nº Nota Dotação | Item Despesa | Natureza | Plano Interno | Fonte de | Valor |
| FESA | 2020 | | 33903036 | 339030 | 10305204340680014 - SEM PI | 0248000002 | 599.800,00 |
| | | | | | | Total: | 599.800,00 |

| DADO(S) DO(S) ITEM(NS) | | | | | | | | |
|------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------|--------------|--------|----------------|--------------|
| Item | Código | Descrição | Un. | Tipo | Item Despesa | Qtde. | Valor Unitário | Valor Global |
| 1 | 0010322 | Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | 1 - Un. | ITEM 001 | 33903036 | 20.000 | 29,99 | 599.800,00 |
| | | | | | | | Total: | 599.800,00 |

| | | |
|-----------------------|------------|------------------------------------------------------|
| Valor Total do Pedido | 599.800,00 | (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais) |
|-----------------------|------------|------------------------------------------------------|

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|
José Tarcisio Machado
Matr. 129242024
Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES
Elaborado por
Carimbo e Assinatura |
Raquel Pereira Martins
Matr. 129242024
Coord. de Gestão de Compras/DGA/SES
Solicitante
Carimbo e Assinatura e Silva
Matr. 126410024
Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES |
Antonio Cesar Naglis
Matr. 27896027
Ordenador de Despesas/SES
Matr. 27896027
Carimbo e Assinatura |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais

| |
|------------------------------|
| Proc. nº 271 989 / 2020 |
| Data: 06 / 04 / 2020 Fls. 63 |
| Rubrica: - |

Solicitação de Compras

Resumo Geral - Solicitação de Compras

| DADOS DO PROCESSO | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| Processo: 27/000.989/2020 | Órgão/Entidade Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul |
| Solicitante: FESA/27901 | Contato: Telefone: |
| Objeto: Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs) | |
| Valor Total | 599.800,00 |

| GASTOS POR DOTAÇÃO | | | | | |
|--------------------|----------------|-------------|------------------------------------|------------------|------------------|
| Órgão | Número da Cota | Natureza de | Progr. de Trabalho / Plano Interno | Fonte de Recurso | Valor da Reserva |
| FESA | | 339030 | 10305204340680014 - SEM PI | 0248000002 | 599.800,00 |
| Total: | 599.800,00 | | | | |

| GASTOS POR FONTE | |
|------------------|------------------------|
| Fonte(s) | Total da(s) reserva(s) |
| 0248000002 | 599.800,00 |
| Total: | 599.800,00 |

| GASTOS POR ITEM DESPESA | |
|-------------------------|------------------------|
| Item(ns) Despesa(s) | Total da(s) reserva(s) |
| 33903036 | 599.800,00 |
| Total: | 599.800,00 |



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER EXECUTIVO

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Processo nº: 27/984/2020
Data: 06/04/2020 Fls: 64
Rubrica: *[assinatura]*

Senhor Ordenador,

Considerando as disposições art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, solicitamos autorização no valor abaixo discriminado, a fim de atender a realização da despesa na Modalidade de Dispensa de Licitação, conforme especificações e custos demonstrados às folhas de n.º _____ neste processo.

PAM. N.º **020/2020**

FP: 20.27901.10.305.2043.4068.0014

Fonte: 0248000002

Natureza de Despesa: 33903036

Valor Total R\$ 599.800,00 (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais)

Campo Grande - MS 06/04/20

[assinatura]

RAQUEL PEREIRA MARTINS

Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS

[assinatura]
Renata R. Sessa e Silva
Matr: 12610024
Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES

Autorizo, conforme descrito acima e a efetivação da reserva orçamentária junto ao SIAFEM.

Campo Grande - MS _____/_____/_____

[assinatura]
Antonio Cesar Naglis
Ordenador de Despesas/SES/MS
Matr: 27896027

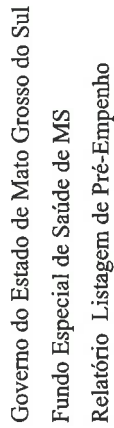
Ordenador de Despesas/SES/MS

Encaminhado o presente processo à:

- ☐ CAOP para recurso orçamentária
- ☐ DAF para assinatura
- ☐ CJUR para parecer jurídico
- ☒ CECF para ~~empenho~~ C.F.
- ☐ CECF para empenho.


Em 06/04/2006 Rubrica

Paulo E. M. de Araújo
Matr. 23675021
Coord. de Gestão de Contas/SCAF/SES



Número do Pré-Empenho : 2020PE003521

| Data de Emissão: 06/04/2020 | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------|---------------------|------------------------|--------------------|---------------------|------------------|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|--------------|------------|------------------|----------------------|------------------|------------------|-----------------------|
| Nº Prê-Empenho | Unidade Gestora | Data de Solicitação | Data de Contabilização | Número do Processo | Natureza da Despesa | Fonte de Recurso | Funcional Programática | Título do Localizador | Credor | Tipo | Situação | Total Autorizado | Total Não Autorizado | Data Autorização | Total Solicitado | Pre-Empenho vinculado |
| 2020PE003521 | 270901 | 06/04/2020 | 06/04/2020 | 2700098992020 | 339030 | 0248000002 | 20.27901.10.305.204
3.4068.0014 | Apões de Vigilância em Saúde, Prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.
- Na Região Estado - Vigilância em Saúde | 25.400.000/0000-00 - Credor Licitação | 3- LICITAÇÃO | AUTORIZADA | 599.800,00 | 0,00 | 06/04/2020 | 599.800,00 | - |
| | | | | | | | | | | | | 599.800,00 | 0,00 | | 599.800,00 | 0 |

PROCESSO: 27/ 989/20
Data 06/04/20 Fls. 65
Nome: 

A CGC

Pre-autorizado.

em: 06-04-20 DS 10:26

Maria Nilsa



| |
|---------------------------|
| Processo N.º 271.989/2020 |
| Data 7/4/2020 fls. 66 |
| Rubrica Requill |

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

À Superintendência de Gestão de Compras e Materiais:

Tendo em vista o apontamento contido na Manifestação Jurídica ATE/SES/MS n. 549/2020 exarada em 03 de abril de 2020, esclarecemos que no caso em apreço, a aquisição dos correlatos (máscara PFF2 (N95)) atende a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho de qualidade, que se encontram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

No presente processo, de acordo seu Termo de Referência, foi o menor valor, nesse caso o apresentado pela empresa Mega Comércio de Produtos Hospitalares Ltda (R\$ 29,99 a unidade de máscara) fls. 38, porém constam ainda às folhas 29-37 outras cotações bem como negativas de fornecimento.

Elucidados estes pontos, solicitamos que, tendo em vista que atualmente surgiu grande demanda do referido produto no mercado, devido à pandemia que afeta o mundo, houve grande alteração em seu valor comercial, **tornando-se fundamental sua publicação para cotação eletrônica, com a finalidade de garantir o menor preço.**

Campo Grande/MS, 07 de abril de 2020.

Antonio César Naglis
Ordenador de Despesas/SES/MS

[Voltar](#)[Imprimir](#)

PROCESSO Nº 271 989/20
Data: 7/4/20 Fm: 67
Assinado: [assinatura]



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.729.499/0001-11
Razão Social: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L
Endereço: BUENOS AIRES 288 / VILA LUCINDA / CAMPO GRANDE / MS / 79023-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032201540650753883

Informação obtida em 07/04/2020 09:15:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

A Central de Compras/SAD para:

☐ Licitação

☒ Compra Direta

Em: 714120 Rubrica:

[Assinatura]

Matr. 62024

Coord. de Gestão de Compras/SCAT/SIS



Processo n. 27/000.989/2020
Data: 07/04/2020 fl. 68


Rubrica: Luciano

À Coordenadoria Compras Diretas.

Srº. Coordenador,

Encaminha-se o presente processo para providências, nos termos do Decreto Estadual n. 11.393/2003.

Campo Grande - MS, 07 de abril de 2020.


Ana Carolina Araujo Nardes
Secretária Especial
Superintendente de Gestão de Compras e Materiais

Cgde/ms, 07 abril 2020.

| | |
|--------------|---------------------|
| Processo N.º | 27/000.989/20 |
| Data | 07/04/20 |
| Fls. | 69 |
| Rubrica | <i>[assinatura]</i> |

Solicitação de Vistos

Universal Products Prod. Ltda. ME, emp. 10.518.870/0001-06,
em nome de seu representante Sr. Weber G. Martins,
solicita vistos ao consulado n. 27/000.989/2020.

Ats.

[assinatura]

Em 13 Vistos ao Brasil -
01562934104 NOME -

| | |
|--------------------------------------|----------------|
| Protocolo: | 55105183612020 |
| Sistema de Protocolo Integrado - SPI | |
| Data: | 07/04/2014 |
| Simone | |



Consulta de Compra Direta

Visualizar Consultar Publicação Imprimir Imprimir Página da Formatação Necessária

Processo N.º 23/000.969/20
Data 07/04/2020 Fls. 70
Rubrica

Problema ao enviar notificação. Não foi possível enviar email para o(s) Fornecedor(es): GIROGAZ COMERCIAL DE OXIGÊNIO EIRELI EPP, NOVARTIS BIOCIENTIAS SA, NOREM PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, G2 PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, M.S. DIAGNOSTICA LTDA, COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, MOACIR CORREA DE OLIVEIRA, PRO MEDIC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CREMER S/A, LUZINETE SALVADOR-ME, GP MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES - EIRELI - EPP, HS MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA - EPP, CARLA DE OLIVEIRA CORREA - EPP, MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, JKLAB PRODUTOS E SOLUCOES PARA LABORATORIOS EIRELI, BAYER S.A., VERNAL & MACHADO LTDA, P.R.P BORGES COMERCIO EIRELI - EPP, ATMED ASSISTENCIA TÊC. COM. E REPRES DE PRODUTOS E EQUIP. MEDICO-HOSPITALAR LTDA, COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES CAMPO GRANDE LTDA, REDE GENÉRICO FARMA LTDA, BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA, HD MIYAHARA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP, BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO E CORRELATOS LTDA EPP, I.A. CAMPAGNA JÚNIOR & CIA LTDA, DANAVOX APARELHOS AUDITIVOS LTDA-EPP, ROSS MEDICAL LTDA, QL MED - MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - ME, PORTO E SILVA LTDA, C. L. R. COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, SANEANTE, GÊNERO ALIMENT. E MÉDICO HOSP. EIRELI, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, NOVA SAÚDE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - EPP, COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CAMPO GRANDE, LABORDIDÁTICA MEDICAL EIRELI, STRYKER DO BRASIL LTDA, APS WORK COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, TOSHIBA MEDICAL DO BRASIL LTDA, CM HOSPITALAR S.A., DADE BEHRING LTDA, SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA, AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA, SEVEN GEL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, SAMTRONIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, ONCO PROD DISTR. DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA, DEPIERI & DEPIERI LTDA, ALKA TECNOLOGIA EM DIAGNOSTICOS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS LTDA, CIRUMED COMÉRCIO LTDA, GAMBRO DO BRASIL LTDA, BRIATO COMÉRCIO MÉDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI - EPP, LURATEX INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL E HOSPITALAR LTDA, BIOAGENCY BIOTECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA, J.C. LINE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S.A., GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA - EPP, AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, TAPAJÓS FARMACEUTICA LTDA, MIDY COMERCIO S/A-ME, DIAGONAL EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA, SERROU INSTRUMENTOS ANALÍTICOS LTDA - ME, DARROW LABORATORIOS S/A, HOSPAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A, SHANON MODA EIRELI EPP, HOSP-LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PRÓ SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, INTERPRISE - INSTRUMENTOS ANALÍTICOS LTDA, NOVARTIS BIOCIENTIAS S.A, MARCELO FERREIRA MELLO - ME, FRESSENIUS KABI BRASIL LTDA, BRASMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME, DL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CIRURGICA BIRIGUI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP, RUSSER BRASIL EIRELI, C.O.M. COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA-EPP, GF MEDICAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA, PECIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, LSS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, OPEN MEDICAL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA, LM FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, BRATLE BIOMÉDICA INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, FREELAB SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO INSTALAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE ÁREAS LIMPAS LTDA - ME, LUMINAL PRODUTOS MÉDICOS - EIRELI, INDALABOR INDATA LABORATORIOS FARMACEUTICO, SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CIRÚRGICA MS LTDA, CENTRAL LAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, M7 TÊCIDOS E ACESSÓRIOS EIRELI, AMERICA MEDICAL LTDA, MULTIFARMA COMERCIAL LTDA, INNOVAPHARMA LABORATÓRIO E MANIPULAÇÃO LTDA, HIDRAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-EPP, POLLO HOSPITALAR LTDA EPP, NUTRIMATIS MEDICAMENTOS EIRELI, LICBRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP, TEKMARKET INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, GUARÁ COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, MARKETMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PACOTAO COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI, CIRURGICA PARANAÍ - EIRELI, A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA, W.N. DIAGNOSTICA EIRELI, NOVA OPCAO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP, PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, FRANNER COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI, BAXTER HOSPITALAR LTDA, INTERJET COMERCIAL LTDA - EPP, HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA, SOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, KYOTECH COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - ME, ERNAINA RIBAS MATEUS ME, NORTE-SUL MEDICAMENTOS LTDA, PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S/A, N M DE SOUZA REGASSO EIRELI, THAIS DE ARRUDA PAIVA EIRELI - ME, DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, BMQUALITY PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, TECLA CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA, DRAGER INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DATAMED LTDA, ANDREIA LORENZI, AGLOM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA, JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA, ACCORD FARMACEUTICA LTDA, ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA, UNITED MEDICAL LTDA, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, EDEGAR ALMEIDA REZENDE & CIA LTDA - EPP, ABBVIE FARMACEUTICA LTDA, PROFARMA SPECIALTY S.A, CASULA & VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO EPP, ABBOT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA, NATCOFARMA DO BRASIL LTDA, HMEDIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, GOLDEN FARM DISTRIBUIDORA LTDA, MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA, ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA, VIVA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI, HAROLD O CAMPO, LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A, AUROBINDO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, CIRÚRGICA CENTRO AMÉRICA LTDA, Alcon Laboratórios do Brasil Ltda, ALFAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, HOME CARE MEDICAL LTDA, FHAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, AVENTIS PHARMA LTDA, SERONO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, MD INTERNATIONAL, EQUIPAMENTOS MEDICOS, COMERCIO E SERVIÇO LTDA, MEDSTORY COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CASA CASTEL LTDA, LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD. PARA BIOTECNOLOGIA LTDA., GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA, SHIGEMOTO & CIA LTDA - EPP, NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA, LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA, MAMED COMERCIAL LTDA, RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI.

Consulta publicada com Sucesso.

1(ram) notificado(s) 994 fornecedor(es).

Informações do Processo Licitatório

Processo: 27/000.969/2020 Órgão: FESA
Objeto: Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em raz : DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13979/2020
Critério de Classificação: Total por Tipo

Informações da Consulta de Compra Direta

Número da Consulta: 0192/2020 Exclusivo ME/EPP/MEI: Não
Unidade Gestora: 29 - Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul Situação: Publicada
Data / Hora Abertura: 07/04/2020 11:24 Data / Hora Encerramento: 07/04/2020 17:30
Prazo de Entrega: Conforme Termo de Referência Local de Entrega: Endereço: Rua Araújo, 1495 Morada Verde CEP: 79013-600 - Campo Grande/MS
Prazo de Validade da: 0 dias

Processo N.º 27/200.989/20
Data 07/04/20 Fls. 71
Rubrica *[assinatura]*

Proposta:

Contato:

Jose Torcat Machado

Telefone:

3318-1698

Observações/Exigências:

O FORNECEDOR VENCEDOR DEVERÁ ATENDER TODAS AS CONDIÇÕES / EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, E DISPONIBILIZADO PARA VISUALIZAÇÃO.

| Item | Código | Descrição | Unid | Tipo | Qtde | Valor Previsto | |
|------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------|--------|----------------|---------|
| 1 | 0010322 | Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos | 1 - Unidade | ITEM 001 | 20.000 | R\$ 599.800,00 | excluir |

Anexos da Consulta

| Tipo de Documento | Arquivo Anexado | Criado Por | Data de Criação | Anexo | |
|---------------------|-------------------------------------------------|---------------------|-----------------|----------|---------|
| Termo de Referência | Termo de Referência - 27-000.989-2020 - SES.pdf | Sinval Perez Zorato | 07/04/2020 | Download | excluir |

[Voltar](#)

[Cancelar Publicação](#)

[Imprimir](#)

[Imprimir Relação de Fornecedores Notificados](#)



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais
Relatório de Participantes da Compra Direta

| | |
|--------------|---------------|
| Processo N.º | 27/000.989/20 |
| Data | 07/04/20 |
| Fls. | 72 |
| Rubrica | |

Processo: 27/000.989/2020

Consulta: 0192/2020

Órgão: FESA - Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul

Objeto: Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs)

Não houve participantes.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais

| | |
|--------------|---------------------|
| Processo N.º | 27/000.989/20 |
| Data | 07/04/20 |
| Fls. | 73 |
| Rubrica | <i>[assinatura]</i> |

PROPOSTAS DE FORNECEDOR DE COTAÇÃO ELETRÔNICA

| Cotação Eletrônica | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------|
| Processo: 27/000.989/2020 | Órgão: Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul | Consulta: 0192/2020 |
| Objeto: Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs) | | |

Não houve propostas web para este processo.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais

Mapa de Apuração

| Mapa de Apuração | | DATA/HORA | MODALIDADE | | Nº Compra | ORGÃO | PROCESSO |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------------------|--------------|--------------|-----------------------------------------------|-----------------|
| | | 07/04/2020
18:26:19 | DISPENSA DE LICITAÇÃO
LEI 13979/2020 | | | Fundo Especial de Saude de Mato Grosso do Sul | 27/000.989/2020 |
| OBJETO: | Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs) | | | | | | |
| Item | Previsão | Clas. | Qtd. | Fornecedores | | | |
| | | | | Unitário | Total | Razão Social | |
| ITEM 001 | | | | | | | |
| 1 | 599.800,00 | 1 | 20.000 | 29,99 | 599.800,00 | MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | |
| 1 | 599.800,00 | | 20.000 | 60,00 | 1.200.000,00 | UNIVERSAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME | |
| 1 | 599.800,00 | | 20.000 | 75,00 | 1.500.000,00 | SPV PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | |

Sem Resultado 599.800,00

Observação: Foi publicada no dia 07/04/2020 às 11:24H a Consulta de Compra Direta nº 0192/2020, com encerramento no dia 07/04/2020 às 17:30H, no site da Central de Compras. Foram notificados 994 fornecedores que possuem a linha de fornecimento relativo ao objeto no cadastro, E-Fornecedor. Não houve empresa interessada em enviar proposta de cotação eletrônica. No processo, o Órgão solicitante anexou as 03(três) propostas que serviram de referência. Vale ressaltar que, a documentação exigida, referente ao fornecedor e ao objeto, vieram a texas ao processo, e foram providenciadas pelo Órgão contratante, sob sua inteira responsabilidade. Estamos emitindo a autorização de compra.

Valor de Reserva dos itens licitados: 599.800,00

Valor Total dos itens vencedores: 599.800,00

Economia: R\$ 0,00

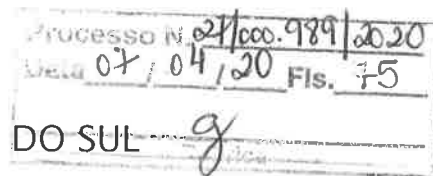
Processo N.º 27/000.989/20
Data 07/04/20 Fls. 74
Rubrica



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Licitação

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CERCA



| Certificado de registro cadastral | | | |
|-----------------------------------|------------|------------|----------|
| Número do certificado | Emissão | Validade | Situação |
| 518/2017 | 04/09/2008 | 16/05/2020 | Válido |

| Dados do fornecedor | | | |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------|
| Nome Empresarial: | MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | | |
| Natureza jurídica: | Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária) | Porte: | OUTROS |
| Endereço: | R: Buenos Aires | Nº: | 288 |
| Bairro: | Vila Lucinda | Complemento: | |
| Cidade: | Campo Grande | UF: | MS |
| CNPJ | 07.729.499/0001-11 | Insc. Municipal: | 123469003 |
| Telefone: | (67) 3025-2818 | Insc. Estadual: | 28.337.760-7 |
| E-mail: | mega.ph@terra.com.br ;
rafael.megahospitalar@gmail.com | | |

| Quadro administrativo | | | | |
|-----------------------|----------|----------|--------------------------------|----------|
| Nome | Ocupação | RG | CPF/CNPJ/Documento Estrangeiro | Telefone |
| Emerson Ludwig | DIRETOR | 51687159 | 779.996.659-91 | - |

| Linha de fornecimento | Tipo |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| 3007 GENEROS DE ALIMENTACAO | Material |
| 3009 MATERIAL FARMACOLOGICO | Material |
| 3010 MATERIAL ODONTOLOGICO | Material |
| 3011 MATERIAL QUIMICO | Material |
| 3022 MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO | Material |
| 3035 MATERIAL LABORATORIAL | Material |
| 3036 MATERIAL HOSPITALAR | Material |
| 3040 MATERIAL BIOLOGICO | Material |
| 3206 MEDICAMENTOS DA FARMACIA BASICA | Material |
| 3210 MEDICAMENTOS/OUTROS MATER.- MANDADO JUDICIAL | Material |
| 3215 GENEROS ALIMENTICIOS,ALIM PARENTERAL E AFINS | Material |
| 3219 MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO- HOSPITALARES | Material |
| 5108 MATERIAIS UTENSILIO UTILIZACAO OFICINA ACESSÓRIOS PEÇAS DE MAQUINAS VEÍCULOS AP INST | Material |
| 5208 APAR.EQUIP.UTENS.MEDICO ODONTOL.LAB.HOSPITAL | Material |
| 5242 MOBILIARIO EM GERAL | Material |

| Documentos/Certidão | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Regularidade fiscal e trabalhista | |
| FGTS | Vencimento: 04/02/2020 |
| Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União | Vencimento: 01/02/2020 |
| Certidão Quanto a Tributos Municipais | Vencimento: 14/02/2020 |

A autenticidade deste certificado poderá ser confirmada no site da Central de Compras do Estado de Mato Grosso do Sul - www.centraldecompras.ms.gov.br

| Data impressão | Usuário | Número de inscrição do certificado | Felipe Micharki Vavas |
|---------------------|---------|------------------------------------|-----------------------|
| 07/04/2020 17:58:26 | | 518/2017 | Presidente CCCF |



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD

Superintendência de Licitação

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CERCA

Processo N.º 21/000.989/2020
Data 07/04/2020 Fls. 16

| | |
|-------------------------------------------|------------------------|
| Certidão Quanto a Tributos Estaduais | Vencimento: 14/02/2020 |
| Certidão de Falência e Concordata | Vencimento: 06/02/2020 |
| Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas | Vencimento: 31/01/2020 |
| Alvará de localização e funcionamento | Vencimento: 18/02/2020 |

Qualificação econômica financeira - Balanço patrimonial

| | | | | | |
|-------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------|------------|
| Ano base: | 2018 | Data balanço: | 31/12/2018 | Data de vencimento balanço: | 31/05/2020 |
| Ativo circulante: | R\$ 2.821.520,61 | Patrimônio líquido: | R\$ 1.506.800,76 | | |
| Ativo não circulante: | R\$ 0,00 | Liquidez geral: | 1,00 | | |
| Total ativo: | R\$ 4.306.401,69 | Solvência geral: | 1,53 | | |
| Passivo circulante: | R\$ 2.799.600,93 | Liquidez corrente: | 1,00 | | |
| Passivo não circulante: | R\$ 0,00 | Obs: A comprovação de boa situação será aferida com base nos índices maior ou igual a um (>= 1) | | | |

o constitutivo

| | |
|---------------------------|----------------|
| Nº junta comercial: | 54200849926 |
| Data fundação: | 07/11/2005 |
| Capital integralizado: | R\$ 140.000,00 |
| Data da última alteração: | 06/06/2017 |

Qualificação técnica - Entidade de classe

| | | |
|---------------------------------------------------|-----------|------------|
| ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | Validade: | 08/05/2020 |
| CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA | Validade: | 17/01/2020 |

| Penalidades | Situação |
|-------------|----------|
| ADVERTÊNCIA | Inativo |
| ADVERTÊNCIA | Inativo |
| ADVERTÊNCIA | Inativo |
| ADVERTÊNCIA | Inativo |
| ADVERTÊNCIA | Inativo |
| MULTA | Inativo |
| ADVERTÊNCIA | Inativo |
| MULTA | Inativo |
| MULTA | Inativo |
| MULTA | Inativo |

A autenticidade deste certificado poderá ser confirmada no site da Central de Compras do Estado de Mato Grosso do Sul - www.centraldecompras.ms.gov.br

| | | | |
|---------------------|---------|------------------------------------|-----------------------|
| Data impressão | Usuário | Número de inscrição do certificado | Felipe Micharki Vavas |
| 07/04/2020 17:58:26 | | 518/2017 | Presidente CCCF |

Parque dos Poderes - Bloco I - Pavimento Superior - Campo Grande/MS - CEP 79031-902

Telefone: (0xx67) 3318- 1377 - Fax: (0xx67) 3318- 1352



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Processo N. 27/000.989/2020
Data 07/04/20 Fis. 77
Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certidão nº: 8086026/2020

Expedição: 07/04/2020, às 19:32:58

Validade: 03/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.729.499/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

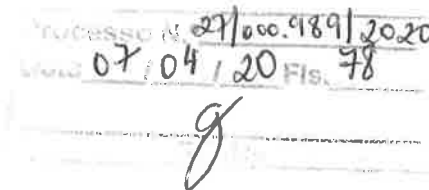
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.729.499/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:46:07 do dia 03/02/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/08/2020.

Código de controle da certidão: **D29F.639A.A964.266D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD
Superintendência de Gestão de Compras e Materiais
Coordenadoria de Licitação

Processo N.º 27/000.989/20
Data 07/04/20 Fls. 79
Rubrica [assinatura]

Resultado de Licitação

| | | | |
|-----------------------|-----------------------------------------------|--------------|-----------------|
| Autorização de Compra | 34163 | Processo N.º | 27/000.989/2020 |
| Unidade: | Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul | | |
| Elaborado por: | Guilherme Muller Candelorio | | |

| | | | | |
|-----------------|-----------------------------------------------|---------------------|--------------|--------------|
| Fornecedor | MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | | Tel | |
| Endereço: | R: Buenos Aires | | Bairro: | Vila Lucinda |
| Cidade: | Campo Grande | | UF: | MS |
| CNPJ: | 07729499000111 | Inscrição Estadual: | 28.337.760-7 | |
| Conta Corrente: | | Agência: | | Banco: |
| Número Empenho: | | | | |

| | |
|----------------------------------------|--|
| Prazo Entrega/Prestação de Serviço: | |
| Local Entrega/Prestação de Serviço: | |
| Área Solicitante/Prestação de Serviço: | |
| E-mail da Área do Solicitante: | |
| Prazo de Validade da Proposta: | |
| Prazo de Garantia/Validade: | |

Dados da Dotação Orçamentária

| Órgão | Exercício | Nº Nota Dotação | Item Despesa | Natureza | Plano Interno | Fonte Recurso | Valor |
|-------|-----------|-----------------|--------------|----------|----------------------------|---------------|------------|
| FESA | 2020 | | 33903036 | 339030 | 10305204340680014 - SEM PI | 0248000002 | 599.800,00 |

| Item | Tipo | Código | Descrição | Unidade | Marca | Qtd | Valor | |
|-------------|----------|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---------|--------|------------|------------|
| | | | | | | | Unitário | Total |
| 1 | ITEM 001 | 001032 2 | Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | 1 - Un. | Nutriex | 20.000 | 29,99 | 599.800,00 |
| Valor Total | | | | | | | 599.800,00 | |

Observação (Consulta de Compra Direta):

O FORNECEDOR VENCEDOR DEVERÁ ATENDER TODAS AS CONDIÇÕES / EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, E DISPONIBILIZADO PARA VISUALIZAÇÃO.

Certidões Negativas: CND - INSS, CRF - FGTS, CNDT

VISTO EM: 07/04/20

[assinatura]
Guilherme Muller Candelorio
Matrícula: 47247623
SUCOMP/SAD/MS

VISTO EM: 07/04/20


[assinatura]
Ana Carolina Araujo Nardes
Sec. Esp. e Superintendente de Gestão
de Compras e Materiais
SAD/MS

AUTORIZADO EM ____/____/____

Ocorrências

| Dados do Processo | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nº Processo: | 27/000.989/2020 |
| Objeto: | Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs) |
| Orgão: | FESA |
| Dados da Ocorrência | |
| Responsável | Data |
| Guilherme Muller Candelório | 07/04/2020 18.38.09 |
| Descrição | |
| Após emitimos a autorização de compra nº 34163, encaminhamos o processo para a Superintendência de Gestão de Compras e Materiais, para as devidas providências. | |


 Guilherme Muller Candelório
 Matrícula 47747023
 SUCOM/FESA/MS

Processo N.º 27/000.989/20
 Data 07/04/20 Fls. 80
 Rubrica 



Processo n. 27/000.989/2020
Data: 07/04/2020 fl. 81
Rubrica: *Simão*

Processo: 27/000.989/2020
Objeto: Aquisição de máscaras N95

DEPACHO

Senhor Secretário,

Trata-se de processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL objetivando a aquisição de máscaras PFF2 (N95), a fim de atender a necessidade da Secretaria de Estado de Saúde.

Importante consignar que, o pronunciamento quanto à aquisição pretendida, não exime o ordenador de despesas do órgão contratante das responsabilidades perante os órgãos de controle interno e externo, conforme disposto no §5º do art. 4º do Decreto Estadual n. 11.393/03, veja-se:

Art. 4º Os processos de despesas com fundamento na dispensa ou inexigibilidade de licitação, nas hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ao serem encaminhados à Superintendência de Compras e Suprimento, deverão ser instruídos com os seguintes documentos: (Redação dada pelo Decreto nº 11.494, de 03.12.2003, DOE MS de 04.12.2003, com efeitos a partir de 16.09.2003).

§ 5º O pronunciamento da Superintendência de Compras e Suprimento quanto aos procedimentos de dispensa ou inexigibilidade representa somente um ato de supervisão e controle, não eximindo o ordenador de despesas das responsabilidades perante os órgãos de controle interno ou externo.

Para tanto, o art. 2º, inciso I, alínea 'a' do Decreto Estadual n. 7.881/94, atribui aos ordenadores de despesas as seguintes responsabilidades. Confira-se:

Art. 2º - A responsabilidade pela regularidade e correção na realização e comprovação da despesa pública, apurada em relação à ação ou a omissão do servidor no exercício de suas atribuições, cabe:

I - aos ordenadores de despesa:

a) na autorização, homologação, dispensa e inexigibilidade de licitação, assim como na adjudicação e contratação do seu objeto, sem observância das normas gerais e específicas sobre licitações e contratos;

Note-se que as justificativas para embasar o presente processo, foram todas exaradas pelo órgão solicitante no Termo de Referência fls. 07/28, sendo ratificadas por meio da MANIFESTAÇÃO JURÍDICA ATE/SES/MS Nº 549/2020 (fls.52/60), pelo qual opinou pela regularidade e prosseguimento do feito com fulcro no artigo 4º da Lei n. 13.979/20

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

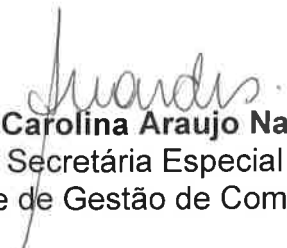
Cumpre mencionarmos, que o caso em tela está atrelado ao fato de que precisamos priorizar neste momento o atendimento das demandas de compras emergenciais relacionadas à pandemia e das que se destinem a manutenção dos serviços essenciais do estado.

Ressaltamos, que é de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas a homologação e execução deste processo na forma em que nos foi apresentado, como também levando em consideração os aspectos legais descritos neste ofício, é que os argumentos a se justificar tal contratação devem ser por ele (ordenador) avaliados quanto a pertinência, legalidade e regularidade, para assim, homologá-lo.

Ao órgão competente para o devido e regular prosseguimento do feito, caso entendam pertinente.

Atenciosamente,

Campo Grande – MS, 07 de abril de 2020.


Ana Carolina Araujo Nardes
Secretária Especial
Superintendente de Gestão de Compras e Materiais



Gestão de Contratos - Manter Dados do Contrato

[Voltar para Listagem](#)

| Instr. Contratual | Número | Situação | Vigência | Prazo de Execução | Valor | Data Assinatura | Data Publicação |
|-------------------|--------|----------|-------------------------|-------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Contrato | 13429 | Ativo | 03/04/2020 à 07/05/2020 | 119 Dias | R\$ 599.800,00 | | |

[Salvar Contrato](#)[Cancelar Contrato](#)[Atualizar Contrato](#)

Contratante

Órgão * FESA

Ordenador de Despesas * GERALDO RESENDE PEREIRA

Unidade Orçamentária FESA.

[Adicionar Intervenientes](#)

Processo

Dados do Processo ☒ Importar ☐ Não Importar

Tipo Processo ☒ Licitatório ☐ Utilização

Número do Processo Licitatório * 27/000 989/2020

Modalidade do Processo DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13979/2020

Número da Minuta

Número do Edital

Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs)

Objeto *

Fornecedor

Fornecedor *

[Buscar](#)

Lista de Fornecedores

| CNPJ/CPF/Número do Documento | Razão Social/Nome | Telefone | Principal | Editar |
|------------------------------|-----------------------------------------------|----------|-----------|--------|
| 07.729.499/0001-11 | MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | 0 | | |

Dados Gerais

Tipo do Documento * Contrato

Tipo de Aquisição * Locação e Fomento de Bens

Subtipo * Compras

Exercício * 2020

Processos Versões Anteriores

Contrato sem Valor

Nº Contrato Órgão * 01/2020

Período de vigência * 08/04/2020 a 07/05/2020 30 dias

UF * MS

Município de Execução Contratual * Campo Grande

FABRIM

▼ Informações do Contrato

Proc. N.º 27/ 989/20
Data 08/04/20 Fis. 84
Rubrica put

| | |
|-------------------------------------|------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Dados Gerais |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Dados Orçamentários |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Planejamento Físico-Financeiro |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Item e Serviços |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Cronograma de Parcelas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Cronograma Financeiro |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Formalização |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Garantia Contratual |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Cláusulas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Assinaturas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Celebração |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Publicação no Diário Oficial |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Outras Informações |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Parecer |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Registro de Ocorrências |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Gestor/Fiscal/Comissão |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Anexos |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Histórico do Contrato |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Renovações Contratuais |
| Execução | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Liquidações |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Pagamentos |
| Consultas e Dados Anteriores | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Planejamento da Execução |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Consultar Cronograma Físico Anterior |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Consultar Cronograma Financeiro Anterior |

Informações

Atividade Elaboração
Recebido Em 08/04/2020
• Enviar Contrato para Celebração
• Enviar Contrato para Orçamentária

Imprimir

+ Mais

Gcont Afunizno

conferme p/s 051

~~Arwaldo F. Kling~~

Analisis FA containil

08/04/20

PROCESSO N.º 27/000.989/2020

Ratifico a dispensa de licitação, conforme justificativa no processo relativo à Aquisição de máscaras PFF2 (N95) para atender a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em favor da Empresa:

MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, no valor de **R\$ 599.800,00 (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais)**;

Nos termos do art. 4º caput da Lei 13.979 de 2020.

ORDENADOR/RATIFICO: **ANTONIO CESAR NAGLIS**

DATA: 08 de abril de 2020.

| | |
|-----------------|--------|
| Proc. No. 277 | 989/25 |
| Date 08/04/2010 | 86 |
| Rubrica | Pw |

FubliC

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO PELA ORDENADORA DE DESPESAS.

Amparo Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 11.676/2004 e 11.818/2005 e Subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Favorecido: COMERCIAL T & C LTDA | Data: 08/04/2020 |
| Processo: 57/500.232/2019 | Empenho: 2020NE000282 |
| | Valor: 41.120,00 |
| Objeto: Empenho para atender aquisição de Kit material de construção - Contém: 1 caixa d'água 500l em polietileno; 1 tábua 1A não aparelhada 2,5cmx30cmx4,50m; 1 viga não aparelhada 6cmx16cmx3,50m; 1kg prego com cabeça 18x24cm; 1 chapa de madeira compensada plastificada 2,20 mx1,10mx10mm; 1l aditivo estabilizador p/ argamassa; 71 Cumeeira com 41cm p/ telhado; 920 telhas romanas 41cm., referente fornecimento de investimento social com retorno para os beneficiários selecionados no Projeto Lote Urbanizado, Lei nº 4.888 de 20/07/2016, município de Terenos/MS. | |
| Favorecido: KPS COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA | Data: 08/04/2020 |
| Processo: 57/500.232/2019 | Empenho: 2020NE000283 |
| | Valor: 41.120,00 |
| Objeto: Empenho para atender aquisição de Kit material de construção - Contém: 1 caixa d'água 500l em polietileno; 1 tábua 1A não aparelhada 2,5cmx30cmx4,50m; 1 viga não aparelhada 6cmx16cmx3,50m; 1kg prego com cabeça 18x24cm; 1 chapa de madeira compensada plastificada 2,20 mx1,10mx10mm; 1l aditivo estabilizador p/ argamassa; 71 Cumeeira com 41cm p/ telhado; 920 telhas romanas 41cm., referente fornecimento de investimento social com retorno para os beneficiários selecionados no Projeto Lote Urbanizado, Lei nº 4.888 de 20/07/2016, município de Terenos/MS. | |
| Favorecido: COMERCIAL T & C LTDA | Data: 08/04/2020 |
| Processo: 57/500.073/2019 | Empenho: 2020NE000284 |
| | Valor: 128.500,00 |
| Objeto: Empenho para atender aquisição de Kit material de construção - Contém: 1 caixa d'água 500l em polietileno; 1 tábua 1A não aparelhada 2,5cmx30cmx4,50m; 1 viga não aparelhada 6cmx16cmx3,50m; 1kg prego com cabeça 18x24cm; 1 chapa de madeira compensada plastificada 2,20 mx1,10mx10mm; 1l aditivo estabilizador p/ argamassa; 71 Cumeeira com 41cm p/ telhado; 920 telhas romanas 41cm., referente fornecimento de investimento social com retorno para os beneficiários selecionados no Projeto Lote Urbanizado, Lei nº 4.888 de 20/07/2016, município de Ribas do Rio Pardo/MS. | |
| Favorecido: KPS COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA | Data: 08/04/2020 |
| Processo: 57/500.072/2020 | Empenho: 2020NE000285 |
| | Valor: 39.750,00 |
| Objeto: Empenho para atender aquisição de Kit material de construção - Contém: 1 caixa d'água 500l em polietileno; 1 tábua 1A não aparelhada 2,5cmx30cmx4,50m; 1 viga não aparelhada 6cmx16cmx3,50m; 1kg prego com cabeça 18x24cm; 1 chapa de madeira compensada plastificada 2,20 mx1,10mx10mm; 1l aditivo estabilizador p/ argamassa; 71 Cumeeira com 41cm p/ telhado; 920 telhas romanas 41cm., referente fornecimento de investimento social com retorno para os beneficiários selecionados no Projeto Lote Urbanizado, Lei nº 4.888 de 20/07/2016, município de Camapuã/MS. | |

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ

Ordenador de despesas

Agencia de habitação Popular do estado de MS/AGEHAB

ATOS DE LICITAÇÃO

Secretaria de Estado de Saúde

PROCESSO Nº 27/000.973/2020

Ratifico a dispensa de licitação, conforme justificativa no processo relativo à Aquisição de kits laboratoriais tipo amplificação de DNA e RNA para atender a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em favor da Empresa **PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA**, no valor de **R\$ 66.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais)**; nos termos do art. 4º caput da Lei 13.979 de 2020.

ORDENADOR/RATIFICO: **ANTONIO CESAR NAGLIS**

DATA: 08 de abril de 2020.

PROCESSO Nº 27/000.989/2020

Ratifico a dispensa de licitação, conforme justificativa no processo relativo à Aquisição de máscaras PFF2 (N95) para atender a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em favor da Empresa **MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, no valor de **R\$ 599.800,00 (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais)**; nos termos do art. 4º caput da Lei 13.979 de 2020.

ORDENADOR/RATIFICO: **ANTONIO CESAR NAGLIS**

DATA: 08 de abril de 2020.



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>

Encaminhamos o presente processo à:

() CAGE para reserva orçamentária.

() DAF para assinatura fls. _____.


() DAF para assinatura. Após, encaminhar à CEOF para pré-empenho.

() CJUR para parecer jurídico _____.

() CEOF para pré-empenho.

☒ CEOF para empenho.

08/04/20


Renata R. Sessa e Silva
Matr. 126410024
Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Nota de Empenho - NE

PROCESSO: 27/989/2020
Data: 08/04/2020 Fls. 98
Nome: _____

Nº do Documento: 2020NE003805

Data de Emissão: 08/04/2020

Unidade Gestora: 270901 - FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

Nº do Processo: 27/000.989/2020

Credor: MEGA COMERCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA-EPP

CPF/CNPJ: 07.729.499/0001-11

Endereço: R BUENOS AIRES,, 288 - VILA LUCINDA

UF: MS

CEP: 79023210

Cidade: CAMPO GRANDE

Origem Material: 1 - ORIGEM NACIONAL

| | | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Evento:
400091 - EMPENHO DA
DESPESA. | Esfera:
20 - Orçamento da Seguridade
Social | UO:
27901 - FUNDO ESPECIAL DE
SAÚDE DE MS | Funcional Programática:
20.27901.10.305.2043.4068.0014 -
Vigilância em Saúde |
| Fonte:
0248000002 | Natureza de Despesa:
339030 | UG Responsável
270901 - FUNDO ESPECIAL DE
SAÚDE DE MS | Ref. Dispensa:
8.666/93 |
| Empenho Origem: | Acordo:
2 - CONTRATO | Licitação:
5 - DISPENSA | Modalidade:
5 - GLOBAL |

Número do Contrato:

13429

Valor Total do Empenho:

599.800,00

Categoria do Empenho:

1 - Normal

Quinhentos e Noventa e Nove Mil Oitocentos Reais

Item de Despesa:

| | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------|------|------|-------------------|-----------------------|--------------------|------|------|
| Natureza de Despesa: | | 33903036 - MATERIAL HOSPITALAR | | | | | | | | | |
| Valor Solicitado: | | 599.800,00 | | | | | | | | | |
| Jan. | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Dez. |
| | | | 599.800,0 | | | | | | | | |
| Descrição dos Itens: | | | | | | | | | | | |
| Item | Unid. Medida | Especificação | | | | | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total | | |
| 1 | Unidade | 0010322-Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. NUTRIEX Prazo de entrega 10 dias. Fls 38 | | | | | 20.000,00 | 29,99 | 599.800,00 | | |

Local: Campo Grande-MS

Total ou a transportar: R\$ 599.800,00

Observação: Aquisição de 20.000 máscaras PFF2 (N95), para atender a DGVS. Ci 63//ses/ms

Justificativa:

Conformidade
Diária de Acordo
08/04/2020
Ivone Aparecida Guimarães
Coordenadora de Gestão de Recursos do SUS/SES

Data Entrega: 06/04/2020

Responsável pela Emissão:

063.018.002-49

Maria Nilsa Vieira da Silva

Responsável pela Impressão:

063.018.002-49

Maria Nilsa Vieira da Silva

Ordenador de Despesa:

237.604.511-87

ANTONIO CESAR NAGLIS

Identificador Único:

7f96871f-db4a-4360-b86c-cd383852b953


08/04/2020 17:41

Página 1 de 1

A
ATE

para elaboração de Contrato.

Em. 08/04/2020


Ivone Aparecida Guimarães
Contratada pelo Centro de Recursos do SUS
Matrícula 10/62803

Recebido em: 13/04/2020
Hora: 8h43m
Ass: Jucimara

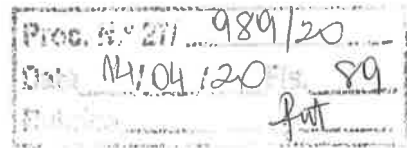
ATE / Apoio:

para elaboração
de Contrato e uniformizar
minuta para o PAR.

13/4/2020



Balbina Mirna de Souza Lima
Advogada - OAB/MS 5854
Assessoria Técnica Especializada - SES/MS



Assunto: Re: ASSINATURA DE CONTRATO - SES

De: Mega Hospitalar <comercial.megaph@gmail.com>

Para: "ATE/SES" <cjur@saude.ms.gov.br>

Mon, 13 Apr 2020 16:37:45 -0400

Boa tarde Bruno,
conforme falado com a Raquel da SES a aquisição do produto se trata da **0010322** - Máscara hospitalar -
Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras,
névoas, fumos e gases ácidos;

O contrato e o empenho saíram com a informação Requisito: com válvula de exalação não sendo o produto cotado.

Aguardo retorno,

Att,

Vanessa Ferreira

67 3025-2818

Em seg., 13 de abr. de 2020 às 12:20, ATE/SES <cjur@saude.ms.gov.br> escreveu:

Boa tarde,

Segue anexo o **Contrato n. 104/2020**, para que seja providenciada assinatura, e posteriormente, seja devolvido a esta ATE, em duas vias, no **endereço** elencado abaixo:

Secretaria de Estado de Saúde

Assessoria Técnica Especializada

Avenida Poeta Manoel de Barros, s/n

Parque dos Poderes, Bloco VII

Campo Grande/MS – CEP 79.031-350;

Encaminho cópia da Nota de Empenho do referido Contrato e Comprovante de Entrega de Empenho que deverá ser assinado e devolvido fisicamente junto com as duas vias do Contrato.

Prazo de entrega: 10 dias corridos contados a partir do recebimento da NE.

Ademais, peço que encaminhe as certidões de Regularidade Fiscal devidamente atualizadas (INSS, FGTS, CNDT, Débitos Municipais - Mobiliário e Débitos Estaduais - Tributário).

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Bruno de Pádua Leite

Assessoria Técnica Especializada

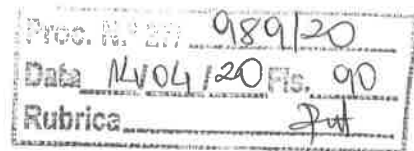
GAB/SES/MS

(67) 3318-1607

A CGC,
p/ verificar informação trazida pela empresa.

Em: 13/04/20

Dia 4.
MESES

**Assunto: Proc: 27/000.989/2020****De: "RAQUEL P. MARTINS"**
<rmartins@saude.ms.gov.br>**Para: cjur@saude.ms.gov.br****Tue, 14 Apr 2020 07:50:09 -0400****Bruno,**

Considerando questionamento da empresa **MEGA Hospitalar**, quanto ao descritivo das máscaras, informo que:

1) A primeira planilha enviada para cotação continha os 2 descritivos abaixo (cód. 0014728 e 00103022). Quando a empresa informou que não poderia cotar o item 001 e também pelo fato de não termos recebido nenhuma cotação para o mesmo.

| | Descritivo | Quantidade | Valor |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------|
| Item 001 | 0014728 - Máscara - Tipo: respirador; Requisito: com válvula de exalação; Classe: PFF2; Dados Complementares: semifacial. | 10.000 un | |
| Item 002 | 00103022 - Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | 10.000 un | |

2) Diante da dificuldade de cotação e a necessidade de aquisição dos itens, fizemos alteração do quantitativo e mantivemos apenas o código (00103022), conforme abaixo e a empresa MEGA Hospitalar enviou a cotação que serviu de base para o processo emergencial, sagrando-se vencedora pelo menor preço:

| | Descritivo | Quantidade | Prazo de entrega | Valor |
|--|------------|------------|------------------|-------|
|--|------------|------------|------------------|-------|

| | | | | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--|--|
| Item
001 | 00103022 - Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | 20.000 un | | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--|--|

| |
|------------------------|
| Proc. nº 27/000.989/20 |
| Data 14/04/20 Fls. 91 |
| Rubrica P.M. |

Att.

RAQUEL P. MARTINS

Coordenadora de Gestão de Compras/SES/MS
(67)3318-1705 / 1721

Uma ação

SES
Secretaria de Estado
de Saúde



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

À ATE,

Para providências.

14/04/20

Rt

Renata R. Sessa e Silva

Matr. 126410024

Coord. de Gestão de Compras/SGAF/SES



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

| | |
|--------------|------------|
| Processo N.º | |
| Data | 11/02/2020 |
| Relatório | 92 |

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.729.499/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:46:07 do dia 03/02/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/08/2020.

Código de controle da certidão: **D29F.639A.A964.266D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

| | |
|-------------|------------|
| Processo Nº | |
| Data | 11/04/2020 |
| Folha | 93 |
| Assinatura | |



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.729.499/0001-11
Razão Social: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L
Endereço: BUENOS AIRES 288 / VILA LUCINDA / CAMPO GRANDE / MS / 79023-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032201540650753883

Informação obtida em 01/04/2020 09:47:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

| | |
|-------------|------------|
| Processo nº | |
| Data | 11/08/2020 |
| Folha | 94 |
| Assinatura | |

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certidão nº: 5308601/2020

Expedição: 26/02/2020, às 12:46:45

Validade: 23/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.729.499/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS NÚM : **048592/2020**

Contribuinte:MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CCE: **28.337.760-7**

Certifico que, verificando os registros relativos aos controles de créditos do Estado, constatou-se, que até a presente data, não constam dívidas decorrentes de créditos tributários constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, ou crédito não tributário inscritos na dívida ativa, pendentes de pagamento, em nome do contribuinte acima identificado.

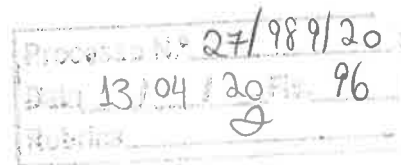
Fica ressalvado o direito de o Estado de Mato Grosso do Sul apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários e não tributários anteriores e posteriores, inclusive no período compreendido nesta certidão.

Esta certidão refere-se a situação fiscal do contribuinte do âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado.

Certidão expedida com base no art. 294 da Lei n. 1.810, de 22 de dezembro de 1.997, emitida às 15:26:47 horas do dia 21/02/2020 (hora e data - MS).

Certidão válida até sessenta dias a contar da data de sua expedição.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado de Fazenda (www.sefaz.ms.gov.br) ou da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.ms.gov.br).



**SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG

Nº 101972/ 20- 89

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

CPF/CNPJ: **07.729.499/0001-11**

ENDEREÇO: RUA RUA BUENOS AIRES

Nº:288

COMPLEMENTO:

BAIRRO:VILA LUCINDA

CIDADE: CAMPO GRANDE/MS

UF:MS CEP: 79023-210

Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados, CERTIFICAMOS para fins de direito que esta Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restrita ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado.


NÃO CONSTATAMOS A EXISTÊNCIA DE DÉBITOS em nome do Contribuinte até a presente data para com a Fazenda Municipal.

O prazo de validade da presente CNDG será de 120 (Cento e Vinte dias) a contar da data a contar da data de sua emissão.

A presente certidão foi emitida de acordo com a denominação oficial do contribuinte, tem eficácia até a data de validade desde que sem rasuras, devidamente assinada pelos responsáveis e acompanhada da guia DAM paga.

Validade até: 12/06/2020

Campo Grande - MS, 13 fevereiro 2020


Waldiney José de Lacerda
Divisão de Arrecadação
SEMRE

Certidão emitida em conformidade com o Decreto nº. 12124 de 22/04/13.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet,
no endereço eletrônico <http://capital.ms.gov.br/semre>

Código de Autenticidade: **2ECEE419745F775BF72B0E4B06D6B951**

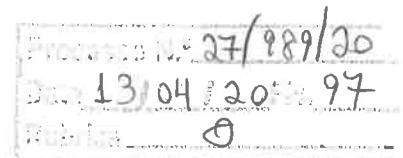


SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DAM

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

| | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|-----|------------|----------------------------------------------------------------|------------|---------------------------|----------------------------|--|-------------|--|----------|--|-------|
| CÓDIGO DÉBITO
78460/20 - 28 | | | NOSSO NÚMERO
78460/20 - 28 | | | DATA EMISSÃO
13/02/2020 | | | | | | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL
05460040010 | | | CONTRIBUINTE
MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE | | | | | | | | | |
| CPF_CNPJ
03501509000106 | | | ENDEREÇO
AVENIDA AFONSO PENA, 3297 QUADRA: 00000 LOTE:00000 | | | | | | | | | |
| BAIRRO
VILA CIDADE | | | | | CIDADE/UF
CAMPO GRANDE | | | | | CEP | | |
| IDENTIFICAÇÃO | PAR | VENCIMENTO | TR | TRIBUTO | | VALOR LANÇADO | | MULTA/JUROS | | DESCONTO | | VALOR |
| 2020680101012 | 01 | 16/03/2020 | 68 | REC AVULSA | | 25,58 | | 0,00 | | 0,00 | | 25,58 |



Certidão N°101972/20-89
MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CPF/CNPJ: 07729499000111

Valor Principal já com correção monetária

| | | | | | |
|-----------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|----------------|
| DATA VALIDADE
14/03/2020 | VALOR LANÇADO
25,58 | VALOR ATUALIZADO
0,00 | MULTA/JUROS
0,00 | DESCONTO
0,00 | TOTAL
25,58 |
|-----------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|----------------|

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

**RECIBO DO
CONTRIBUINTE**



SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DAM

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

| | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------|--|--|-----|---------------------------|--|--|--|--|
| CÓDIGO DÉBITO
78460/20 - 28 | NOSSO NÚMERO
78460/20 - 28 | DATA DE EMISSÃO
13/02/2020 | | | | | | | | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL
05460040010 | CONTRIBUINTE
MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE | | | | | | | | | |
| CPF/CNPJ
03501509000106 | ENDEREÇO
AVENIDA AFONSO PENA, 3297 QUADRA: 00000 LOTE:00000 | | | | | | | | | |
| BAIRRO
VILA CIDADE | CIDADE/UF
CAMPO GRANDE | | | | CEP | | | | | |
| LOCAL DE PAGAMENTO
REDE BANCÁRIA CONVENIADA | | | | | | VENCIMENTO
14/03/2020 | | | | |
| INSTRUÇÕES | | | | | | VALOR LANÇADO
25,58 | | | | |
| | | | | | | VALOR ATUALIZADO
0,00 | | | | |
| | | | | | | MULTA/JUROS
0,00 | | | | |
| | | | | | | DESCONTO
0,00 | | | | |
| | | | | | | OUTROS ACRESCIMOS
0,00 | | | | |
| | | | | | | TOTAL
25,58 | | | | |

81650000000-4 25580868202-5 00316689399-4 90784602028-3

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA - VIA BANCO





Boletos, Convênios e outros

G333141535889824012
14/02/2020 15:43:25

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
14/02/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.49.25
4211004211

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: M COM PROD HOSP LTDA ME
AGENCIA: 4211-0 CONTA: 16.257-4
EFETUADO POR: BRUNA S REZENDE

Convenio PREF MUN CAMPO GRANDE
Codigo de Barras 8165000000-4 25500860202-5
00316689399-4 90784602028-3
Data do pagamento 14/02/2020
Valor em Dinheiro 29,58
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 29,58

DOCUMENTO: 021405
AUTENTICACAO SISBB:
9.E58.207.79F.C36.2E1

Processo N.º 27/989/20
Data 13/4/2020
Rubrica 98

Transação efetuada com sucesso por: JC688264 BRUNA SANDIN REZENDE.

SES

Secretaria de Estado
de Saúde



**GOVERNO
DO ESTADO**

Mato Grosso do Sul

Assessoria Técnica Especializada

Processo n. 27/000.989/2020

Data: 13/04/2020 Fls. 99

Rubrica:

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MS**



COMPROVANTE DE ENTREGA DE EMPENHO - "ANEXAR AO PROCESSO"

DESTINATÁRIO: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CTO 057/2020 - 13429
ENDEREÇO: Rua Buenos Aires, 288, Vila Lucinda, Campo Grande/MS
PROCESSO: Nº 27/000.989/2020 FONTE: 0248000002
EMPENHO: 2020NE003805 VALOR: R\$ 599.800,00 DATA DO EMPENHO: 08/04/2020
PRAZO DE ENTREGA: 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO / RECEBIMENTO DA NOTA
DE EMPENHO

RECEBI EM: 13/04/2020 NOME: Vanessa Figueira

ASSINATURA DO FORNECEDOR



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Assessoria Técnica Especializada

Processo n. 27/000.989/2020

Data: 13/4/2020 Fls. 100

Rubrica:

PUBLICADO NO D.O.E.

Nº 10.151 De: 17/04/20

Pág.: 12 Ass.:

Contrato n. 104/2020 - GCONT 13429, objetivando a aquisição de máscaras hospitalares, que entre si celebram, o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da **Secretaria de Estado de Saúde - SES** e a Empresa **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**.

O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da **Secretaria de Estado de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 02.955.271/0001-26, estabelecida no com sede na Avenida do Poeta, Bloco VII do Centro Administrativo do Parque dos Poderes, nesta Capital, com recursos do **Fundo Especial de Saúde**, CNPJ/MF sob o n. 03.517.102/0001-77, neste ato representada pelo seu titular, Sr. **Geraldo Resende Pereira**, brasileiro, casado, médico, portador do RG n. 298.929 SSP/MS e inscrito no CPF/MF n. 128.969.181-91, residente e domiciliado na Rua San Marino Park, n. 176, Casa 04, Condomínio Villagio San Marino Park, bairro Cidade Jardim, Campo Grande/MS, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa Empresa **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 07.729.499/0001-11, com sede na Rua Buenos Aires, 288, Vila Lucinda, nesta capital, neste ato representada pelo Sr. **Emerson Ludwig**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 51687159 SSP/PR e do CPF n. 779.996.659-91, residente e domiciliado na Rua Sagitária, 206 - Carandá Bosque, nesta capital, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n. 27/000.989/2020**, e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 926/2020, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor celebram entre si o presente contrato, decorrente da Dispensa de Licitação, em conformidade com o artigo 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com as alterações da MP nº 926/2020 e art. 9º, do Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020 c/c art. 3º, do Decreto Estadual nº 15.396, de 19 de março de 2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de máscaras hospitalares, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços da contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:


| Item | Descrição/ Especificação | Unidade de Medida | Quantidade | VI. Un. Máximo OU Valor de Referência |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|---------------------------------------|
| 1 | Máscara hospitalar - Tipo: respirador; Classe: PFF2 (N95); Dados Complementares: peça semifacial filtrante para poeiras, névoas, fumos e gases ácidos; Requisito: com válvula de exalação. | 1 - Unidade | 20.000 | R\$ 29,99 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

2.1. A legislação aplicável a este contrato será a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com alterações dada pela Medida Provisória nº 926/2020, o Decreto Estadual nº 15.391/2020 e Decreto Estadual nº 15.396/2020, bem como a Lei Federal n. 8.666/1993 e Lei federal n. 8.078/1990.

2.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado do Ordenador de Despesas da contratante.

2.3. Após a assinatura deste contrato, toda comunicação entre a Contratante e a Contratada será feita por meio de correspondência devidamente registrada ou correspondência eletrônica mediante confirmação do recebimento.

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <p align="center">ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
 Assessoria Técnica Especializada</p> | <p>Processo n. 27/000.989/2020
 Data: <u>13</u> / <u>4</u> / 2020 Fls. <u>101</u>
 Rubrica: <u>9</u></p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1. Integram este contrato os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

3.1.1. Termo de Referência, Proposta de Preços da Contratada e anexos, bem como a Documentação de Habilitação.

3.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

3.3. Qualquer alteração nas condições ora estipulada neste contrato deverá ser feita por meio de Termo Aditivo assinado pelos representantes legais das partes.

3.4. Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos citados no subitem 3.1.1. desta cláusula, estas serão dirimidas considerando-se sempre os documentos mais recentes com prioridade sobre os mais antigos, e em caso de divergências com este contrato, prevalecerá este último.

3.5. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais a Contratante não houver, por escrito, se declarado de acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

4.1. As obrigações da contratante são aquelas previstas no item 09 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. As obrigações da contratada são aquelas previstas no item 10 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. As regras para entrega e aceitação do objeto são aquelas previstas no item 08 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total deste contrato é de R\$ 599.800,00 (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática n. 20.27901.10.305.2043.4068.0014, Natureza de Despesa n. 33903036, Fonte n. 0248000002, conforme Nota de Empenho n. 2020NE003805, emitida em 08/04/2020, no valor de R\$ 599.800,00 (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. As regras de pagamento são aquelas previstas no item 12 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. As regras de reajuste são aquelas previstas no item 13 do Termo de Referência.

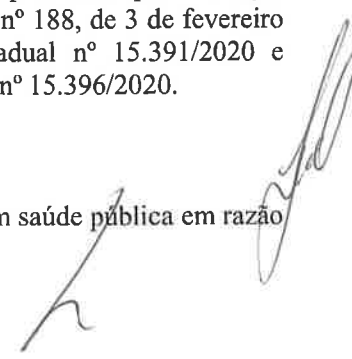
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1. A vigência do presente instrumento será de 180 (cento e oitenta dias), com início na data de 13/04/2020 e encerramento em 09/10/2020, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 de importância nacional (ESPIN), declarada pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, aplicável por força do art. 17, do Decreto Estadual nº 15.391/2020 e especialmente no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.396/2020.

11.2. Haverá, se for o caso, encerramento antecipado da vigência contratual caso:

11.2.1. concluído processo licitatório para aquisição do objeto ora contratado; ou

11.2.2. cessada a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência em saúde pública em razão





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Assessoria Técnica Especializada

Processo n. 27/000.989/2020

Data: 13 / 4 / 2020 Fls. 102

Rubrica:

da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 de importância nacional (ESPIN), declarada pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, aplicável por força do art. 17, do Decreto Estadual nº 15.391/2020 e especialmente no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.396/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. As regras de fiscalização são aquelas previstas no item 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

14.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 14 do Termo de Referência;

14.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

14.1.3. quando findar a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, consoante disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito ao prévio contraditório e ampla defesa.

14.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n. 8.666/1993.

14.4. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas no item 14 do Termo de Referência, até a completa indenização dos danos.

14.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante e comprovadamente realizadas pela Contratada, previstas no presente Contrato.

14.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

14.6.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste Contrato e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição da Contratante serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As regras que dispõem sobre fraude e corrupção são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <p align="center">ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
 Assessoria Técnica Especializada</p> | <p>Processo n. 27/000.989/2020
 Data: <u>13/4</u> /2020 Fls. <u>103</u>
 Rubrica: <u>2</u></p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

17.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em **até 50% (cinquenta por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme autoriza o art. 4º-I da Lei nº 13.979/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.979, de 2020, na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

19.1. A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação - Processo n. 27/000.989/2020, é feita com base no artigo 4º da Lei 13.979/2020, devendo o contratante disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA APROVAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

20.1. A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação - Processo n. 27/000.989/2020, com base no artigo 4º da Lei 13.979, de 2020 com as alterações da MP nº 926/2020 e art. 9º, do Decreto Estadual nº 15.391, de 2020 c/c art. 3º, do Decreto Estadual nº 15.396, de 2020, foi ratificada pelo Ordenador de Despesas/SES, Sr. Antonio Cesar Naglis, em 31/03/2020, publicada no Diário Oficial do Estado em 01/04/2020, conforme determinado pelo caput do artigo 26 da Lei n. 8.666, de 1993.

20.2. O presente Termo de Contrato se vincula a Dispensa de Licitação nos autos nº 27/000.989/2020 e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente contrato, à conciliação que será promovida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução PGE n. 242, de 30 de junho de 2017.

21.1.1. Não logrando êxito a conciliação, fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

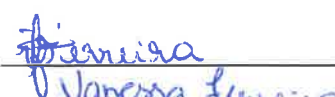
E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.


Campo Grande - MS, 13 de abril de 2020.


Geraldo Resende Pereira
CONTRATANTE


Emerson Ludwig
CONTRATADA

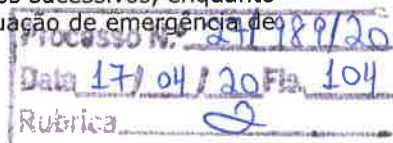
Testemunhas:


Vanessa Leme
RG: 001.835.789 SSP/MS


Natalia Lemos da Silva
CPF 05.072.171-28

Recurso 0100000000 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO, Natureza da Despesa 44905208 - APAR.EQUIP.UTENS.MEDICO ODONTOL.LAB.HOSPITAL
R\$ 1.485.000,00 (hum milhão e quatrocentos e oitenta e cinco mil de reais)
Valor Lei n. 8.666/93 e suas alterações.
Amparo Legal: O presente instrumento contratual terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.
Do Prazo: 31/03/2020
Data da Assinatura: Geraldo Resende Pereira e Weverton Luiz Coelho
Assinam:

Extrato do Contrato N° 0104/2020/SES **N° Cadastral: 13429**
Processo: 27/000.989/2020
Partes O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Objeto O objeto do presente Contrato é a aquisição de máscaras hospitalares, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços da contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
Ordenador de Despesas GERALDO RESENDE PEREIRA
Dotação Orçamentária Programa de Trabalho 10305204340680014 - Vigilância em Saúde, Fonte de Recurso 0248000002 - Desenvolvimento de ações de vigilância em saúde, Natureza da Despesa 33903036 - MATERIAL HOSPITALAR
Valor R\$ 599.800,00 (quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos reais)
Amparo Legal: Lei n. 8.666/93 e suas alterações.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento será de 180 (cento e oitenta dias), com início na data de 13/04/2020 e encerramento em 09/10/2020, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 de importância nacional (ESPIN), declarada pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, aplicável por força do art. 17, do Decreto Estadual nº 15.391/2020 e especialmente no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.396/2020.
Data da Assinatura: 13/04/2020
Assinam: Geraldo Resende Pereira e Emerson Ludwig



Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

RESOLUÇÃO SEDHAST/MS/Nº 0219, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Prorroga o Regime Excepcional de Teletrabalho na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.

A SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 74 da Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014;

Considerando a Resolução SEDHAST nº 218, de 31 de março de 2020 que implementou em caráter temporário e por prazo determinado o Regime Excepcional de Teletrabalho na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, e

Considerando o Decreto Estadual nº 15.411, de 1º de abril de 2020, que acrescentou o artigo 2-A ao Decreto nº 15.395, de 19 de março de 2020, prorrogando até a edição de ato normativo em sentido contrário, a vigência da autorização para a implantação do Regime Excepcional de Trabalho nas Secretarias de Estado,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, até a edição de ato normativo em sentido contrário, o período de vigência da autorização do Regime Excepcional de Teletrabalho de que trata o artigo 1º da Resolução Sedhast nº 218, de 31 de março de 2020.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande - MS, 16 de abril de 2020.

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE
Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



À

GAPP/CEOF/SES,

Após providências pertinentes quanto à elaboração, assinatura e publicação do **Contrato n. 104/2014 – GCONT 13429**, encaminho o presente processo para conhecimento e acompanhamento, bem como para aguardar a devida nota fiscal. Informo que o prazo de entrega do produto deve ser observado rigorosamente, e se houver necessidade, deve-se efetuar notificação para a empresa contratada.

Informo também, que a Resolução - TCE-MS n. 088, de 03 de outubro de 2018, dispõe que os documentos relativos às contratações com recursos federais originários de repasse ou convênios não deverão ser encaminhados ao Tribunal, devendo permanecer no órgão de origem independentemente de seus valores, para fins do exame da contrapartida dos recursos oriundos do Estado ou do Município, se houver.

Contudo, saliento que os documentos comprobatórios da regularidade perante as contribuições previdenciárias, FGTS, débitos trabalhistas e demais exigidos pela legislação, devem ser mantidos atualizados.

Campo Grande - MS, 17 de abril de 2020.

Bruno de Pádua Leite

ATE/SES/MS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROCESSOS E PAGAMENTOS

| | |
|-----------------|----------|
| Processo: 27/00 | 0989/20 |
| Data: 27/04/20 | Fls. 106 |
| Nome: | MARCOS H |

ATESTADO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL - ARM Nº.: 304/2020

Dados do Documento Fiscal:

Firma: **MEGA COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**


Fonte: **0248000002**

Empenho: **2020NE003805**

Processo: **27/000989/2020**

DANFE Nº: **15.778**

Valor R\$: **299.900,00**

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
|  | SPF/SES/MS |
| LQ: | 8272 |
| PD: | 10287 |
| | |
| | |

07. 88-3

Data de Recebimento do Documento Fiscal na GAPP/CEOF: **24/04/20**

Campo Grande - MS, 27/04/20.

Marcos Roberto C Hugueney
Gerência de Análise de Processos e Pagamentos

OBS: Esta Liquidação deve ser feita no prazo **máximo de 07 dias corridos**, após deverá ser verificado o prazo de validade das Certidões de **FGTS, CONJ. INSS, TRABALHISTA, MOBILIÁRIA e TRIBUTÁRIA**, caso esteja vencida, o servidor responsável pelo pagamento deverá imprimir nova certidão, para verificar se a empresa continua em dia com suas obrigações.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ADM. E FINANCEIRA
COORD. ADM. DE MATERIAL, SERV. TRANSPORTE
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

Processo: 27/00 0989/20
Data: 27/04/20 Fis. 107
Nome: MARCOS H

Número da ARM:

304/2020

Unidade Orçamentária:27901.....

Recebimento

1. Parcial
2. Total

1

ATESTADO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

| Funcional Programática | Natureza de Despesa | Fonte | Nº do Empenho | Valor Total da Nota de Empenho R\$ |
|--------------------------------|---------------------|------------|---------------|------------------------------------|
| 20.27901.10.305.2043.4068.0014 | 33903036 | 0248000002 | 2020NE03805 | R\$ 599.800,00 |

| Fornecedor | CNPJ |
|------------------------------------------------|--------------------|
| MEGA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP | 07.729.499/0001-11 |

| Endereço |
|-------------------------------------------|
| RUA BUENOS AIRES, 288 - CAMPO GRANDE – MS |

| Nº do Processo | Tipo de Material | Item |
|----------------|------------------|---------------------------------------------------|
| 27/000989/2020 | CONSUMO | 36-MÁSCARA HOSPITALAR TIPO RESPIRADOR CLASSE PFF2 |

| Nº da Nota Fiscal | Data da Nota Fiscal |
|-------------------|---------------------|
| 15.778 | 17/04/2020 |

| |
|-------------------------------------------|
| Valor Total da Nota Fiscal R\$ 299.900,00 |
|-------------------------------------------|

Recebemos em ordem e na quantidade devida, o(s) material(is) acima discriminado, que satisfaz às especificações e demais exigências do empenho.

Campo Grande/MS 23 Abril de 2020.

Jean Paulo Lopes dos Santos
Gestão Assistencial
Mat. 428151024


ALMOXARIFADO/SES/MS

Regina Inês Lemes Bra
GAP/CAMST/DAF/SES
Mat. 11209022

Robson A. Martinez
Mat. 67067021
GAP/CAAST/DAF/SES




Processo: 27/00 0989/20
Data 27/04/20 Fls. 108
Nome: MARCOS H

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
MEGA COMERCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES
EIRELLI
RUA BUENOS AIRES, 288
Bairro: VILA LUCINDA
79023-210 Campo Grande - MS

Fone: (67)3025-2818 | DANFE
DOCUMENTO
AUXILIAR DA NOTA
FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA 1 - SAIDA <input checked="" type="checkbox"/>

Nº 15.778
SÉRIE: 1
FOLHA: 1/1 | CONTROLE


CHAVE DE

Consu
www.f
Autori

DADOS DA |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

NATUREZA DA OPERAÇÃO
5102 VENDA DE MER ADQ REC D TERC

| | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|
| INSCRIÇÃO ESTADUAL
283377607 | INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO | CNPJ
07.729.499/0001-11 |
|---------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|

DESTINATÁRIO / REMETENTE

| | | | |
|------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|---------------|
| NOME / RAZÃO SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE SAUDE DE MS | | BAIRRO/DISTRITO
PARQUE DOS PODER | |
| ENDEREÇO
AV DO POETA, s/n BL 07 | MUNICÍPIO
Campo Grande | FONE / FAX
(067)3318-1783 | UF / MS
MS |
| | | INSCRIÇÃO ESTADUAL | |

FATURA/DUPPLICATAS
15778/1 - 27/04/20 - 299900,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

| | | | |
|---------------------------------|-------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| BASE DE CÁLCULO DO ICMS
0,00 | VALOR DO ICMS
0,00 | BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST
0,00 | VALOR DO |
| VALOR DO FRETE
0,00 | VALOR DO SEGURO
0,00 | DESCONTO
0,00 | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00 |

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

| | | | | |
|--------------|---------|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------|
| RAZÃO SOCIAL | | FRETE POR CONTA
0-EMITENTE
1-DESTINATÁRIO
<input checked="" type="checkbox"/> | CODIGO ANNT
0 | PI |
| ENDEREÇO | | MUNICÍPIO | | |
| QUANTIDADE | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | PESO BR |

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

| CODIGO
PRODUTO
NCM/S | DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO | CST
CFOP | UNID | QTDE | VALOR
UNITÁRIO | VALOR
DESC |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|------|------------|-------------------|---------------|
| 1450
63079010 | MASCARA HOSPITALAR PFF2 N95
Marca: ALLIANCE
Lote: 01 - 01/03/2028 Qtde: 10000,00 | 041
5102 | UN | 10000,0000 | 29,9900 | 0,00 |

FAVOR CONFERIR M

NO ATO DA EN

ASSINATURA

Carlo
Assi



MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E C.N.P.J: 07729499000111

| | |
|-----------------|-------------|
| Processo: 27/00 | 0989/20 |
| Data: 27/04/20 | Fis. 109 |
| Nome: MARCOS H | Página: 1/1 |

CC-e Carta de Correção

Informações da NF-e

Nº: 15778

Série: 1

Entrada/Saída: S

Data de emissão: 17/04/2020 00:00:00

Protocolo de Autorização: 150200010969278

Data/Hora da Autorização: 17/04/2020 15:05:14

Chave de acesso: 50200407729499000111550010000157781000385521

Destinatário/Remetente: FUNDO ESPECIAL DE SAUDE DE MS

Valor Total: R\$299.900,00

Informações da Carta de Correção

Lote: 2248

Sequencial do evento: 1

Data/Hora do evento: 17/04/2020 16:08:36

Texto da Carta de Correção

DESCRICAO DO PRODUTO: MASCARA HOSPITALAR PFF2 N95; MARCA: NUTRIEX

Condições de Uso da Carta de Correção

A Carta de Correcao e disciplinada pelo paragrafo 1o-A do art. 7o do Convenio S/N, de 15 de dezembro de 1970 e pode ser utilizada para regularizacao de erro ocorrido na emissao de documento fiscal, desde que o erro nao esteja relacionado com: I - as variaveis que determinam o valor do imposto tais como: base de calculo, aliquota, diferenca de preco, quantidade, valor da operacao ou da prestacao; II - a correcao de dados cadastrais que implique mudanca do remetente ou do destinatario; III - a data de emissao ou de saida.


Rivaldo Fernandes Colman
Assistente
Mat. 437438021

17.04.2020

**GOVERNO
DO ESTADO**

Mato Grosso do Sul

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MS - SES
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - SAF
COORD. ADMINIST. DE MATERIAL, SERV. E TRANSPORTE - CAMST
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - GAP**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO MATERIAL****EMPRESA: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI****EMPENHO Nº: 3805/2020****DANFE/NOTAL FISCAL Nº: 15778**

Declaro que recebi em caráter provisório os materiais constantes da DANFE/Nota Fiscal acima especificada.

- () Dentro do prazo de validade;
- () Embalagens e produtos íntegros;
- () N.º do lote confere com DANFE/NF;
- () Quantitativos em acordo com DANFE/NF;
- () Prazo de entrega em acordo com Nota de Empenho;
- () Declara o fornecedor que o material acondicionado em isopor não necessita de gelo para resfriamento/conservação de kits testes laboratoriais que assina.

LOTE: _____

VALIDADE: ____ / ____ / ____

O recebimento definitivo será feito após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação (art. 73 da lei 8.666/93).


Rivaldo Fernandes Coimam
Assistente
Mat. 437439021

ALMOXARIFADO

FORNECEDOR

Gabriel Melo Moraes de S.S.

CPF Nº

039.172.371-56

RG Nº

36.170.856-7

ÓRGÃO EXPEDIDOR

SSP/SP17 / 04 / 2020



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MS - SES
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - SAF
COORD. ADMINIST. DE MATERIAL, SERV. E TRANSPORTE - CAMST
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - GAP

Processo: 27/00 0989/20
Data: 27/10/20 Fls. 111
Nome: MARCOS H

VISTORIA TECNICA DEFINITIVA PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS

EMPRESA: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI

MATERIAL: MASCARA HOSPITALAR PFF2...

Vr. NF EMP: R\$ 599.800,00

Vr. Nota Fiscal: R\$ 299.900,00

EMP Nº: 3805/2020

**ITEM:
01**

DANFE/N.F. 15778

PROCESSO Nº 27/000989/2020

Especificações técnicas conferem com o P. A. M.? Sim ☒ Não ().

Observações:

Declaro que o(s), Itens _____, do Empenho, acima identificado estão dentro da(s), especificações técnicas(s), quantidade e característica(s), solicitadas(s), conforme P. A. M., e/ou Nota de Empenho referente.

Campo Grande - MS: 22/104 /2020

Nome e Matrícula do Técnico Vistoriante

Carlos Augusto da Silva Fontoura
Assistente de Serviços de Saúde
DGVS/SES/MS
Matrícula: 942900-22

| | |
|-----------|---------------|
| Processo: | 27/00_0989/20 |
| Data: | 27/04/20 |
| Fls.: | 112 |
| Nome: | MARCOS H |

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.729.499/0001-11

Razão Social: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L

Endereço: BUENOS AIRES 288 / VILA LUCINDA / CAMPO GRANDE / MS / 79023-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032201540650753883

Informação obtida em 24/04/2020 17:44:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

| | | |
|-----------|----------|----------|
| Processo: | 27/00 | 0989/20 |
| Data: | 27/04/20 | Fls. 113 |
| Nome: | MARCOS H | |

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.729.499/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:46:07 do dia 03/02/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/08/2020.

Código de controle da certidão: **D29F.639A.A964.266D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

| | |
|-----------------|-------------------|
| Processo: 27/00 | 0989120 |
| Data | 27/04/20 Fls. 114 |
| Nome: | MARCOS H |

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certidão nº: 9804437/2020

Expedição: 24/04/2020, às 17:45:58

Validade: 20/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.729.499/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



| | |
|-----------------|----------|
| Processo: 27/00 | 0989/20 |
| Data: 27/04/20 | Fls. 115 |
| Nome: | MARCOS H |

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS NÚM: 108716/2020

CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certifico que, verificando os registros relativos aos controles de créditos do Estado, constatou-se, que até a presente data, **não constam débitos decorrentes de créditos tributários constituídos**, inscritos ou não em dívida ativa, pendentes de pagamento, de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima indicada. Fica ressalvado o direito de o Estado de Mato Grosso do Sul apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários e não tributários anteriores e posteriores, inclusive no período compreendido nesta certidão.

Fica acrescentado que o número do CNPJ acima indicado corresponde ao número informado, sob a responsabilidade do próprio solicitante da certidão, circunstância que torna necessária a sua conferência pelo destinatário da certidão.

Esta certidão refere-se a situação fiscal do contribuinte do âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado.

Certidão expedida com base no art. 294 da Lei n. 1.810, de dezembro de 1.997, emitida às 09:22:53 horas do dia 27/04/2020 (hora e data - MS).

Certidão válida até sessenta dias a contar da data de sua expedição.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado de Fazenda (www.sefaz.ms.gov.br) ou da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.ms.gov.br).



SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIVISÃO DE ARRECAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG

Nº 101972/ 20- 89

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CPF/CNPJ: 07.729.499/0001-11

ENDEREÇO: RUA RUA BUENOS AIRES

Nº:288

COMPLEMENTO:

BAIRRO:VILA LUCINDA

CIDADE: CAMPO GRANDE/MS

UF: MS CEP: 79023-210

Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados, CERTIFICAMOS para fins de direito que esta Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restrita ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado.

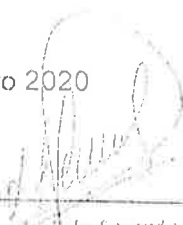
NÃO CONSTATAMOS A EXISTÊNCIA DE DÉBITOS em nome do Contribuinte até a presente data para com a Fazenda Municipal.

O prazo de validade da presente CNDG será de 120 (Cento e Vinte dias) a contar da data a contar da data de sua emissão.

A presente certidão foi emitida de acordo com a denominação oficial do contribuinte, tem eficácia até a data de validade desde que sem rasuras, devidamente assinada pelos responsáveis e acompanhada da guia DAM paga.

Validade até: 12/06/2020

Campo Grande - MS, 13 fevereiro 2020


Waldiney Lacerda
Direção de Arrecação
CNDG

Certidão emitida em conformidade com o Decreto nº. 12124 de 22/04/13.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet,
no endereço eletrônico <http://capital.ms.gov.br/semre>

Código de Autenticidade: 2ECEE419745F7758F72B0E4B06D6B951



GOVERNO DO ESTADO DE MS
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORD. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROC. E PAGAMENTOS

Processo N.º 27/000989/2020

Data: 27/04/20

Fls.: 117

Rubrica: MARCOS H.

Ao Senhor (a) Ordenador (a) de Despesas,
Para **Autorizar** Pagamento.

Encaminhamos a DANFE/Nota Fiscal para pagamento, conforme
ARM n.º 304/20.

Folhas de: 106 à 117.

Também informamos que às Certidões Negativas atualizadas de
FGTS, INSS, TRABALHISTA, DÉBITOS ESTADUAL OU PGE (Tributária), DÉBITOS
MOBILIÁRIOS (Municipal), estão com válidas conforme abaixo relacionadas:

1- EMPRESA: MEGA COMÉRCIO.

-FGTS: válida até 19/07/20 Fls.: 112.

-INSS (ATIVA DA UNIÃO): válida até 01/08/20 Fls.: 113.

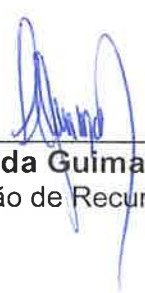
-Trabalhista (JUSTIÇA DO TRABALHO): válida até 20/10/20 Fls.: 114.

-Débitos Estaduais (SEC. FAZENDA): válida até 26/06/20 Fls.: 115.

-Débitos Mobiliários (MUNICIPAL): válida até 12/06/20 Fls.: 116.

Atenciosamente,

Campo Grande – MS, / / .

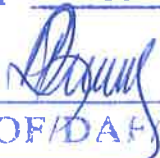

Ivone Aparecida Guimarães
Coord. de Gestão de Recursos do SUS


Antônio Cesar Naglis
Ordenador de Despesas/SES
Matrícula: 27896027

À CEOF

Parecer sobre continuidade

Larissa Mylena de Oliveira
Matrícula: 430562021
UAP/DGA/SES/MS
28.04.2020

| |
|------------------------------------------------------------------------------------|
| Recebido as <u>16:20</u> horas |
| Data: <u>29</u> / <u>04</u> / <u>20</u> |
| Do setor: <u>SESUAP</u> |
|  |
| CEO/DGA/SES |

Of. Parecer
371

Ofício n. 378/DGA/SES/2020

Campo Grande/MS, 7 de Maio de 2020.

Senhor (a),

Notificamos que iniciaremos **Procedimentos Administrativos de Penalização**, conforme determina o Edital, contra essa empresa, por inexecução **parcial** do contrato quanto à entrega da nota de empenho abaixo:

Processo n.º: 27/000.989/2020

Nota de Empenho n.º: 3805/2020

Considerando que até a presente data a entrega não foi realizada, aguardamos nos próximos **05 dias úteis** oferecimento de defesa ou carta de prorrogação de prazo devidamente justificada que deve ser entregue na Diretoria Geral de Administração/DGA.

Na ausência de manifestação no prazo estabelecido o procedimento de penalização estará iniciado sendo os autos acima referidos remetido à Coordenadoria Jurídica/SES para prosseguimento.

Informamos que somente após autorização desta Secretaria, a empresa poderá efetuar a entrega.

Atenciosamente,

ANTONIO CESAR NAGLIS
Ordernador de Despesas/SES
Assinado Digitalmente

Aline Brandão
Mega Comércio de Prod. Hospitalares Ltda
Nesta

Elaborado por: aurlstelaf

Av. do Poeta - Parque dos Poderes - Bloco 7, Jardim Veraneio - CEP 79031902 - Campo Grande/MS - Telefone: (67)3318-1659 - Email:

Assinado digitalmente por ANTONIO CESAR NAGLIS (09/02/2018 ~ 08/02/2021) - Hora do servidor: 07/05/2020 11:23:02

Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.edoc.ms.gov.br, e informe o código 0F0114138 na opção "Valide aqui seu documento".

Protocolo:

Data:

Processo nº 27100 989 20
Data 07/05/20 Fis 49
Nome *Aline Ruas*

Assunto: Notificação

De: aline.ruas@saude.ms.gov.br

Para: "Aline" <aline.megaph@gmail.com>, "Vanessa Ferreira" <vanessa.megaph@gmail.com>, "Mega Hospitalar" <comercial.megaph@gmail.com>

Thu, 07 May 2020 12:06:58 -0400

Boa Tarde,

Segue em anexo OF/SGAF/SES/Nº378/2020, referente
notificação

da NE 3805/2020.

**"ATENÇÃO" - *SOLICITAMOS AINDA, CONFIRMAÇÃO
DE RECEBIMENTO DO E-MAIL.**

Aline Ruas

Gerente de Apoio Adm. e Operacional/SGAF/SES/MS
(67)3318-1719 / 1616

Uma ação

SES
Secretaria de Estado
de Saúde



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

Anexos (1)

- [0471_200507115918_001.pdf](#) PDF Document - 72 KB

A GAPP

fa utilização.


Aline Costa Rivas
Gerente de Apoio Adm. e Operacional
SGP/SES

02/05/20



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROCESSOS E PAGAMENTOS

| |
|---------------------------|
| Processo: 27/00 0989 / 20 |
| Data 08/05/20 Fls. 120 |
| Nome: MARCOS H |

ATESTADO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL - ARM Nº.: 322/2020

Dados do Documento Fiscal:

Firma: **MEGA COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Fonte: **0248000002**

Empenho: **2020NE003805**

Processo: **27/000989/2020**

DANFE Nº: **15.809**

Valor R\$: **299.900,00**

Data de Recebimento do Documento Fiscal na GAPP/CEOF: **05/05/20**



Campo Grande - MS, 08/05/20.

Marcos Roberto C Huguene
Gerência de Análise de Processos e Pagamentos

OBS: Esta Liquidação deve ser feita no prazo **máximo de 07 dias corridos**, após deverá ser verificado o prazo de validade das Certidões de **FGTS, CONJ. INSS, TRABALHISTA, MOBILIÁRIA e TRIBUTÁRIA**, caso esteja vencida, o servidor responsável pelo pagamento deverá imprimir nova certidão, para verificar se a empresa continua em dia com suas obrigações.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ADM. E FINANCEIRA
COORD. ADM. DE MATERIAL, SERV. TRANSPORTE
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

Processo: 27/00 0989 / 20
Data 08/05/20 Fls. 121
Nome: MARCOS H
Número da ARM:
322/2020

Unidade Orçamentária:27901.....

Recebimento

1. Parcial
2. Total

1

ATESTADO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

| Funcional Programática | Natureza de Despesa | Fonte | Nº do Empenho | Valor Total da Nota de Empenho R\$ |
|--------------------------------|---------------------|------------|---------------|------------------------------------|
| 20.27901.10.305.2043.4068.0014 | 33903036 | 0248000002 | 2020NE03805 | R\$ 599.800,00 |

| Fornecedor | CNPJ |
|------------------------------------------------|--------------------|
| MEGA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP | 07.729.499/0001-11 |

| Endereço |
|-------------------------------------------|
| RUA BUENOS AIRES, 288 - CAMPO GRANDE – MS |

| Nº do Processo | Tipo de Material | Item |
|----------------|------------------|---------------------------------------------------|
| 27/000989/2020 | CONSUMO | 36-MÁSCARA HOSPITALAR TIPO RESPIRADOR CLASSE PFF2 |

| Nº da Nota Fiscal | Data da Nota Fiscal |
|-------------------|---------------------|
| 15.809 | 28/04/2020 |

| |
|-------------------------------------------|
| Valor Total da Nota Fiscal R\$ 299.900,00 |
|-------------------------------------------|

Recebemos em ordem e na quantidade devida, o(s) material(is) acima discriminado, que satisfaz às especificações e demais exigências do empenho.

Campo Grande/MS 04 Maio de 2020.


Regina Lúcia Lemes Braz
GAF/CAMST/DAF/SES
ALMOXARIFADO/SES/MS

Jean Paulo Lopes dos Santos
Gestão e Assistência
Mat. 151024

Robson A. Martinez
Mat. 67067021
GAF/CAAST/DAF/SES



Processo: 27/00 0989 / 20
Data 08/05/20 Fis. 122
Nome: MARCOS H

|  Mega Hospitalar | | IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
MEGA COMERCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES
EIRELLI
RUA BUENOS AIRES, 288
Bairro: VILA LUCINDA
79023-210 Campo Grande - MS
Fone: (67)3025-2818 | | DANFE
DOCUMENTO
AUXILIAR DA NOTA
FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA <input checked="" type="checkbox"/>
Nº 15.809
SÉRIE: 1
FOLHA: 1/1 | | CO
CH
C
W
A
DA |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------|
| NATUREZA DA OPERAÇÃO
5102 VENDA DE MER ADQ REC D TERC | | | | | | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL
283377607 | | INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO | | CNPJ
07.729.499/0001-11 | | |
| DESTINATÁRIO / REMETENTE | | | | | | |
| NOME / RAZÃO SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE SAUDE DE MS | | | | | | |
| ENDEREÇO
AV DO POETA, s/n BL 07 | | | | BAIRRO/DISTRITO
PARQUE DOS PO | | |
| MUNICÍPIO
Campo Grande | | FONE / FAX
(067)3318-1783 | | UF
MS | INSCRIÇÃO E | |
| FATURA/DUPLICATAS
15809/1 - 08/05/20 - 299900,00 | | | | | | |
| CÁLCULO DO IMPOSTO | | | | | | |
| BASE DE CÁLCULO DO ICMS
0,00 | | VALOR DO ICMS
0,00 | | BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST
0,00 | | VALO |
| VALOR DO FRETE
0,00 | VALOR DO SEGURO
0,00 | DESCONTO
0,00 | | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00 | | |
| TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS | | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL | | | | FRETE POR CONTA
0-EMITENTE
1-DESTINATÁRIO <input checked="" type="checkbox"/> | CÓDIGO ANN | |
| ENDEREÇO | | | | MUNICÍPIO | | |
| QUANTIDADE | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | | PE | |
| DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | | | | | | |
| CODIGO
PRODUTO
NCMS | DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO | CST
CFOP | UNID | QTDE | VALOR
UNITÁRIO | |
| 1453
63079010 | MASCARA HOSPITALAR TIPO RESPIRADOR CLASSE PFF2 N95
Marca: NUTRIEX
Lote: 0000 - 01/04/2022 Qtde: 10000.00 | 041
5102 | UN | 10000,0000 | 29,9900 | |

FAVOR CONF
NO ATO
NÃO A



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MS - SES
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - SAF
COORD. ADMINIST. DE MATERIAL, SERV. E TRANSPORTE - CAMST
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - GAP

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO MATERIAL**EMPRESA: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI****EMPENHO Nº: 3805/2019****DANFE/NOTAL FISCAL Nº: 15809**

Declaro que recebi em caráter provisório os materiais constantes da DANFE/Nota Fiscal acima especificada.

() Dentro do prazo de validade;

() Embalagens e produtos íntegros;

() N.º do lote confere com DANFE/NF;

() Quantitativos em acordo com DANFE/NF;

(☒) Prazo de entrega em acordo com Nota de Empenho;

() Declara o fornecedor que o material acondicionado em isopor não necessita de gelo para resfriamento/conservação de kits testes laboratoriais que assina.

Autorizado Pela SOP. ADM Francisco Atundu COVID-19

LOTE: _____

VALIDADE: ____/____/____

O recebimento definitivo será feito após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação (art. 73 da lei 8.666/93).

Rivair Fernandes Colman
Assistente
Mat. 437438021

ALMOXARIFADOFORNECEDOR *Gabriel Sobri*CPF Nº *039.172.371-56*RG Nº *36.170.8567*ÓRGÃO EXPEDIDOR *SSP/SP**28* / *04* / *2020*



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MS - SES
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - SAF
COORD. ADMINIST. DE MATERIAL, SERV. E TRANSPORTE - CAMST
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - GAP

Processo: 27/000989/20

Data: 08/05/2020 Fis. 124

Nome: MARCOS H

VISTORIA TECNICA DEFINITIVA PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS

EMPRESA: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI.

MATERIAL: MASCARA HOSPITALAR...

Vr. NF EMP: R\$ 599.800,00

Vr. Nota Fiscal: R\$ 299.900,00

EMP Nº: 3805/2020

**ITEM:
01 A 02**

DANFE/N.F. 15809

PROCESSO Nº 27/000989/2020

Especificações técnicas conferem com o P. A. M.? Sim ☒ Não ().

Observações:

Declaro que o(s), Itens _____, do Empenho, acima identificado estão dentro da(s), especificações técnicas(s), quantidade e característica(s), solicitadas(s), conforme P. A. M., e/ou Nota de Empenho referente.

Campo Grande - MS: 30/04/2020

Nome e Matrícula do Técnico Vistoriante

Carlos Augusto da Silva Fontoura
Assistente de Serviços de Saúde
DGVS/SES/MS
Matrícula: 942900-22

| | | |
|-----------|----------|---------|
| Processo: | 27/00 | 0989120 |
| Data: | 06 | 10/5/20 |
| Fis.: | 125 | |
| Nome: | MARCOS H | |

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.729.499/0001-11**Razão Social:** MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L**Endereço:** BUENOS AIRES 288 / VILA LUCINDA / CAMPO GRANDE / MS / 79023-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020**Certificação Número:** 2020032201540650753883

Informação obtida em 05/05/2020 17:05:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

| | |
|-----------|---------------------|
| Processo: | 27/00 0989.120 |
| Data: | 08/10/2020 Fls. 126 |
| Nome: | MARCOS H |

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.729.499/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, Emitida às 11:46:07 do dia 03/02/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/08/2020.

Código de controle da certidão: **D29F.639A.A964.266D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

| | |
|-----------|-------------------|
| Processo: | 27/00 0989/20 |
| Data: | 08/05/20 Fls. 127 |
| Nome: | MARCOS H |

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certidão nº: 10340255/2020

Expedição: 05/05/2020, às 17:06:54

Validade: 31/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.729.499/0001-11**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



| | |
|-----------|-------------------|
| Processo: | 27/00 0989/20 |
| Data: | 08/05/20 Fls. 128 |
| Nome: | MARCOS H |

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS NÚM: 108716/2020

CNPJ: 07.729.499/0001-11

Certifico que, verificando os registros relativos aos controles de créditos do Estado, constatou-se, que até a presente data, **não constam débitos decorrentes de créditos tributários constituídos**, inscritos ou não em dívida ativa, pendentes de pagamento, de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima indicada. Fica ressalvado o direito de o Estado de Mato Grosso do Sul apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários e não tributários anteriores e posteriores, inclusive no período compreendido nesta certidão.

Fica acrescentado que o número do CNPJ acima indicado corresponde ao número informado, sob a responsabilidade do próprio solicitante da certidão, circunstância que torna necessária a sua conferência pelo destinatário da certidão.

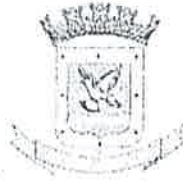
Esta certidão refere-se a situação fiscal do contribuinte do âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado.

Certidão expedida com base no art. 294 da Lei n. 1.810, de dezembro de 1.997, emitida às 09:22:53 horas do dia 27/04/2020 (hora e data - MS).

Certidão válida até sessenta dias a contar da data de sua expedição.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado de Fazenda (www.sefaz.ms.gov.br) ou da Procuradoria-Geral do Estado (www.pge.ms.gov.br).

| | |
|-----------------|---------------------|
| Processo: 27/00 | 0989/20 |
| Data | 08 05 / 20 Fls. 129 |
| Nome: | MARCOS H |



SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG

Nº 101972/ 20- 89

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: MEGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CPF/CNPJ: 07.729.499/0001-11
ENDEREÇO: RUA RUA BUENOS AIRES Nº:288
SUPLEMENTO: BAIRRO:VILA LUCINDA
CIDADE: CAMPO GRANDE/MS UF:MS CEP:79023-210

Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados, CERTIFICAMOS para fins de direito que esta Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restrita ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado.


NÃO CONSTATAMOS A EXISTÊNCIA DE DÉBITOS em nome do Contribuinte até a presente data para com a Fazenda Municipal.

O prazo de validade da presente CNDG será de 120 (Cento e Vinte dias) a contar da data a contar da data de sua emissão.

A presente certidão foi emitida de acordo com a denominação oficial do contribuinte, tem eficácia até a data de validade desde que sem rasuras, devidamente assinada pelos responsáveis e acompanhada da guia DAM paga.

Validade até: 12/06/2020

Campo Grande - MS, 13 fevereiro 2020


Wellington José de Facerda
Direção de Arrecadação
Secretaria Municipal da Receita

Certidão emitida em conformidade com o Decreto nº. 12124 de 22/04/13.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet,

no endereço eletrônico <http://capital.ms.gov.br/semre>
Código de Autenticidade: 2ECEE419745F775BF72B0E4B06D6B951



GOVERNO DO ESTADO DE MS
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORD. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROC. E PAGAMENTOS

Processo N.º 27/000989/2020

Data: 08/05/20

Fls.: 130

Rubrica: MARCOS H.

Ao Senhor (a) Ordenador (a) de Despesas,
Para **Autorizar** Pagamento.

Encaminhamos a DANFE/Nota Fiscal para pagamento, conforme
ARM n.º. 322/20.

Folhas de: 120 à 130.

Também informamos que às Certidões Negativas atualizadas de
**FGTS, INSS, TRABALHISTA, DÉBITOS ESTADUAL OU PGE (Tributária), DÉBITOS
MOBILIÁRIOS (Municipal)**, estão com válidas conforme abaixo relacionadas:

1- EMPRESA: MEGA COMÉRCIO.

-FGTS: válida até 19/07/20 Fls.: 125.

-INSS (ATIVA DA UNIÃO): válida até 01/08/20 Fls.: 126.

-Trabalhista (JUSTIÇA DO TRABALHO): válida até 31/10/20 Fls.: 127.


-Débitos Estaduais (SEC. FAZENDA): válida até 26/06/20 Fls.: 128.

-Débitos Mobiliários (MUNICIPAL): válida até 12/06/20 Fls.: 129.

**OBS: Também solicitamos *autorização para arquivamento* do presente
processo, após o pagamento da DANFE ou Nota Fiscal anexa, conforme folhas
acima.**

Atenciosamente,

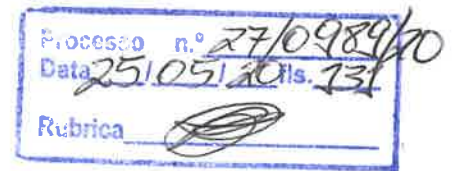
Campo Grande – MS, / / .


Ivone Aparecida Guimarães
Coord. de Gestão de Recursos do SUS


Antônio Cesar Naglis
Ordenador de Despesas/SES
Matrícula: 27896027

Recebido as 11:59 horas
Data: 18 / 05 / 20
Do setor: SESUAP
Ricardo
CEOP/DAF/SL3

Nota de Liquidação (LQ)



Número: 2020LQ008272

Unidade Gestora: 270901 - FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

CGC/CPF/UG Favorecida: 07729499000111 - MEGA COMERCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA-EPP

Data da Emissão: 29/04/2020

Data do Lançamento: 29/04/2020

Usuário: SES.MS\rehderb

Itens da Liquidação

| Evento | Inscrição do Evento | Nº Retenção | Classificação | Fonte | Valor Bruto | Valor Retido | Valor Líquido |
|------------------------------------------|---------------------|-------------|---------------|------------|-------------|--------------|---------------|
| 510100 - LIQUIDAÇÃO DESPESA ORÇAMENTÁRIA | 2020NE003805 | | 33903036 | 0248000002 | 299.900,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Total da Liquidação: | | | | | 299.900,00 | 0,00 | 299.900,00 |

Mês/Ano Competência: 04/2020

Observação:

Liquidação despesa conforme nf.15778 arm.304/2020 aquisição material hospitalar/abr2020. proc.27/000989/2020 - (máscara N95 - Covid)



Governo do Estado do Mato Grosso do Sul - MS
Secretaria de Fazenda - SEFAZ
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
Ordem Bancária - OB



Valores na escala de R\$ 1,00

Nº do Documento: 2020OB08843

Data da Emissão: 30/04/2020

Data de Lançamento: 30/04/2020

Pagadora

UG/Gestão: 270901/27901
Unidade Gestora Emitente: FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

Domicílio Bancário da Unidade Gestora:

| | | | | |
|--------|---------------------|----------|------------------|--------|
| Banco: | Nome do Banco: | Agência: | Nome da Agência: | Conta: |
| 001 | BANCO DO BRASIL S/A | 25763 | AGENCIA PANTANAL | 68454 |

Favorecido

CNPJ/CPF/UG/IG:
07.729.499/0001-11 - MEGA COMERCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA-EPP

Domicílio Bancário da Favorecida:

| | | | | |
|--------|---------------------|----------|------------------|--------|
| Banco: | Nome do Banco: | Agência: | Nome da Agência: | Conta: |
| 001 | BANCO DO BRASIL S/A | 42110 | AG.CTO.COMERCIAL | 162574 |

Finalidade: pagamento/despesa conforme nf.15778 arm.304/2020 aquisição material hospitalar/abr2020. (máscara N95 - Covid)

Número do Processo: 27/000.989/2020

Número da PD: 2020PD010287

| Evento | Inscrição do Evento | Classificação | Fonte | Valor |
|-------------------------------------------------|---------------------|---------------|------------|------------|
| PAGAMENTOS DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 70.0.314 | 2020NE003805 | 33903036 | 0248000002 | 299.900,00 |

Situação:

PG - OB paga pelo Banco

Valor do Documento: 299.900,00

Nota de Liquidação (LQ)

Processo n.º 27/0989/20
Data 25/05/2015 133
Rubrica

Número: 2020LQ009467

Unidade Gestora: 270901 - FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

CGC/CPF/UG Favorecida: 07729499000111 - MEGA COMERCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA-EPP

Data da Emissão: 18/05/2020

Data do Lançamento: 18/05/2020

Usuário: SES.MS\osvaldos

Itens da Liquidação

| Evento | Inscrição do Evento | Nº Retenção | Classificação | Fonte | Valor Bruto | Valor Retido | Valor Líquido |
|------------------------------------------|---------------------|-------------|---------------|------------|-------------|--------------|---------------|
| 510100 - LIQUIDAÇÃO DESPESA ORÇAMENTÁRIA | 2020NE003805 | | 33903036 | 0248000002 | 299.900,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Total da Liquidação: | | | | | 299.900,00 | 0,00 | 299.900,00 |

Mês/Ano Competência: 05/2020

Observação:

Liquidação despesa conforme nf.15809 arm.322/2020 aquisição material hospitalar/abr2020. (máscara PF2 N95 - Covid-19)



Governo do Estado do Mato Grosso do Sul - MS
Secretaria de Fazenda - SEFAZ
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
Ordem Bancária - OB



Valores na escala de R\$ 1,00

Data da Emissão: 19/05/2020

Data de Lançamento: 19/05/2020

Nº do Documento: 2020OB10019

Pagadora

UG/Gestão:
270901/27901

Unidade Gestora Emissora:
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

Domicílio Bancário da Unidade Gestora:

| | | | | |
|--------|---------------------|----------|------------------|--------|
| Banco: | Nome do Banco: | Agência: | Nome da Agência: | Conta: |
| 001 | BANCO DO BRASIL S/A | 25763 | AGENCIA PANTANAL | 68454 |

Favorecido

CNPJ/CPF/UG/IG:
07.729.499/0001-11 - MEGA COMERCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA-EPP

Domicílio Bancário da Favorecida:

| | | | | |
|--------|---------------------|----------|------------------|--------|
| Banco: | Nome do Banco: | Agência: | Nome da Agência: | Conta: |
| 001 | BANCO DO BRASIL S/A | 42110 | AG.CTO.COMERCIAL | 162574 |

Finalidade: pagamento/despesa conforme nf.15809 arm.322/2020 aquisição material hospitalar/abr2020. (máscara PF2 N95 - Covid-19)

Número do Processo: 27/000.989/2020

Número da PD: 2020PD011436

| Evento | Inscrição do Evento | Classificação | Fonte | Valor |
|-------------------------------------------------|---------------------|---------------|------------|------------|
| PAGAMENTOS DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 70.0.314 | 2020NE003805 | 33903036 | 0248000002 | 299.900,00 |

Situação:

PG - OB paga pelo Banco

Valor do Documento: 299.900,00



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SGAF
COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE / CFC
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROCESSOS E PAGAMENTOS / GAPP

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.27901.10.305.2043.4068.0014

CONTROLE DE NOTA DE EMPENHO / NOTAS FISCAIS

NAT. DE DESPESA 33903036

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------------------|---------------|-----------------|--------|----------------------|-------|-------------------|------------|---------------------------------------|--|---------------|-------|----------------------|--|
| PROCESSO Nº: | | 27/00 0989/2020 | | CI DE ABERTURA: | | 063/20 | | DATA: | | 02/04/20 | | SISTEMA DE PLANEJ. E FINANÇAS - SPF - | | | | | |
| NOTA DE EMPENHO | | FONTE | | FORNECEDOR | | ARM Nº | | DADOS DA NOTA FISCAL | | SALDO DO EMPENHO | | DEST. | | DATA DA SAÍDA | | ORDEM DE PAGAMENTO | |
| NÚMERO | DATA EMISSÃO | VR. DA NE | | | | | | | Nº NF | DATA EMISSÃO | VR. DA NF | | | LQ | PD | OB | |
| 3805/20 | 08/04/20 | 599.800,00 | 0248000002 | | MEGA COMERCIO | | 304/20 | | 15778 | 17/04/20 | 299.900,00 | CEOF | | 08272 | 10287 | 08843 | |
| | | | | | | | 322/20 | | 15809 | 28/04/20 | 299.900,00 | CEOF | | 09467 | 11436 | 10019 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL EMPENHADO R\$ | | 599.800,00 | | TOTAL PAGO NF'S R\$ | | | | 599.800,00 | | SALDO NE: | | 0,00 | | SOLICITANTE: | | DGVS | |
| ASSUNTO: | | AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO. | | | | | | | | | | | | | | | |
| DISP. DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE. | | ART. 25, INCISO I, DA LEI FEDERAL 8.666/93 C/C O DISPOSTO NO ART. 4º DA LEI 13.979 DE 2020. | | | | | | | | | | | | | | | |
| ÓRGÃO DE DESTINO: | | CEOF | | MUNICÍPIO DE DESTINO: | | CAMPO GRANDE-MS | | PORTARIA/CONVÊNIO: | | 1378/13 - ART. 9º | | MODALIDADE DA DESPESA: | | GLOBAL | | | |
| VIGÊNCIA: | | 13/04/20 à 12/10/20 | | CTO Nº: | | 057/20 | | GCONT Nº: | | 13429-SES/MS | | EMPENHO Nº: | | 3805/20 | | PERÍODO DE: 06 MESES | |

Processo 27/00 989/20
Data 26/5/20 Pp. 135
Nome: CELIA VIDO



GOVERNO DO ESTADO DE MS
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORD. DE EXEC. ORÇAM. E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE PROC. E PAGAMENTOS

| | | |
|----------|------------|----------|
| Processo | 27/50 | 989/20 |
| Data | 26/5/20 | Fol. 136 |
| Nome | CELIA VIDO | |

A Gerencia de Contabilidade (GC)

Para verificar providencias necessárias no GCONT , referente ao contrato de Nº **104/2020** GCONT Nº **13429/MS** que tem a vigência até **09/10/20**, após encaminhar para a **CEOF** para providenciar o **arquivamento** do processo.

Informamos também que às DANFE ou Notas Fiscais anexadas ao processo estão todas com Ordem Bancária de pagamento.

Atenciosamente.

26/05/2020


Célia Maria Vido

Assistente de Serviços de Saúde



Gestão de Contratos - Manter Dados do Contrato

Voltar para Listagem

| Instr. Contratual | Número | Situação | Vigência | Prazo de Execução | Valor | Data Assinatura | Data Publicação |
|-------------------|--------|-----------|-------------------------|-------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Contrato | 13429 | Encerrado | 13/04/2020 à 09/10/2020 | 179 Dias | R\$ 599.800,00 | 13/04/2020 | 17/04/2020 |

Contratante

Órgão * FESA

Ordenador de Despesas * GERALDO RESENDE PEREIRA

Unidade Orçamentária FESA.

Processo

Tipo Processo Licitatório Utilização

Número do Processo Licitatório * 27/000.989/2020

Modalidade do Processo DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13979/2020

Número da Minuta

Número do Edital

Aquisição de correlatos hospitalares para atender a demanda da Secretaria de Estado de Saúde, em razão de se cuidarem de equipamentos de proteção individual (EPIs)

Objeto *

Fornecedor

Lista de Fornecedores

| CNPJ/CPF/Número do Documento | Razão Social/Nome | Telefone | Principal | Editar |
|------------------------------|-----------------------------------------------|----------|-----------|--------|
| 07.729.499/0001-11 | MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | 0 | | |

Dados Gerais

Tipo do Documento * Contrato

Tipo de Aquisição * Locação e Fornecimento de Bens

Subtipo * Compras

Exercício * 2020

Possui Versões Anteriores
Contrato sem Valor

Nº Contrato Órgão * 104/2020

Período de vigência * 13/04/2020 a 09/10/2020 180 dias

UF * MS

Município de Execução Contratual * Campo Grande

Elaboração

Informações do Contrato

- ✓ Dados Gerais
- ✓ Dados Orçamentários

Planejamento Físico-Financeiro

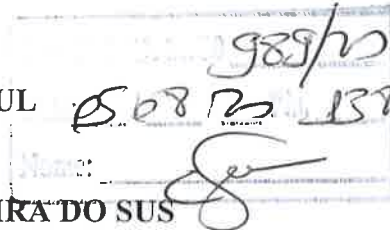
- ✓ Itens e Serviços
- ✓ Cronograma de Parcelas
- ✓ Cronograma Financeiro

Formalização

- ✓ Garantia Contratual



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORD. DE EXEC. ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO SUS
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE DO SUS



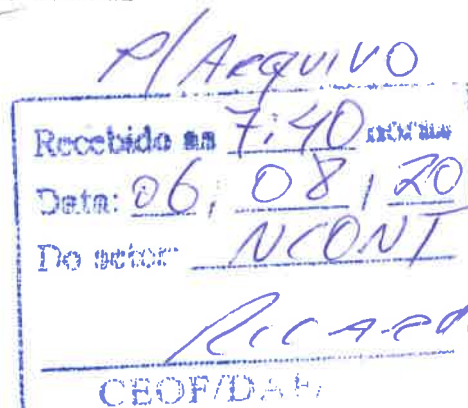
À Coordenadoria de Execução Orçamentária Financeira – GCOEX/SES

Para arquivo.

Com G-Cont nº 13429, referente aos Contratos nº 104/2020, encerrado, conforme página 137, em atendimento a solicitação contida na página 136, do processo supra.

Atenciosamente,

Campo Grande-MS, 05 de agosto de 2020.



Al Arquivo
Recebido em 10:08 AVO/DAF
Data: 13, 08 / 20
Do setor DAF
Ricardo
CEO/DAF/SES

Al Arquivo
Recebido em 9:43 AVO/DAF
Data: 30, 10 / 20
Do setor DAF
Ricardo
CEO/DAF/SES

| ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS | | S/N/NA | Fis. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|
| 1. | Autuação, protocolo e numeração do processo administrativo (artigo 38, "caput", da Lei 8.666/1993) | S | 21 |
| 2. | Solicitação de serviços, elaborada pelo agente ou setor competente, indicando o objeto do contrato (artigo 38, "caput", da Lei 8.666/1993) | S | 2 |
| 3. | Justificativa de que a contratação a ser realizada objetiva atender necessidade pública relacionada ao enfrentamento da situação de emergência em saúde da pandemia de coronavírus | S | 7-30 |
| 4. | Termo de referência simplificado assinado pela autoridade competente (art. 4º-E, da Lei 13.979/20) que contenha: | S | 7-28 |
| 4.1. | Declaração do objeto ✓ | | |
| 4.2. | Fundamentação simplificada da contratação ✓ | | |
| 4.3. | Descrição resumida da solução apresentada ✓ | | |
| 4.4. | Requisitos da contratação ✓ | | |
| 4.5. | Crítérios de medição e pagamento ✓ | | |
| 4.6. | Estimativa de preços ✓ | | |
| 4.6.1. | Inexistindo estimativa de preços, justificativa da autoridade competente (artigo 4º-E, § 1º, VI, e § 2º, da Lei Federal n. 13.979/2020) | NA | |
| 4.6.2. | Havendo contratação por valor superior ao estimado, justificativa da autoridade competente (art. 4º-E, §3º, da Lei Federal n. 13.979/2020) | NA | |
| 4.7. | Adequação orçamentária (art. 4º-E, § 1º, VII, da Lei Federal n. 13.979/2020) | S | 51 |
| 5. | Regularidade do Fornecedor (REGRA): | | |
| 5.1. | Regularidade quanto à documentação de habilitação jurídica | S | 31-44 |
| 5.2. | Regularidade quanto à documentação de qualificação econômico-financeira | S | |
| 5.3. | Regularidade quanto à documentação de qualificação técnica, se existente | - | |
| 5.4. | Regularidade fiscal | S | 48 |
| 5.5. | Regularidade trabalhista (CNDT) | S | 49 |
| 5.6. | Regularidade com a Seguridade Social (INSS ou equivalente) | - | |
| 5.7. | Regularidade com o FGTS | - | |
| 5.8. | Declaração de que a contratada não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (artigo 7º, XXXIII, da Constituição) | NA | |
| 5.9. | Consulta de registro de penalidades: (i) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br); (ii) Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, em nome da empresa e do sócio majoritário (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) | NA | |
| OU | | | |
| 6. | Regularidade do Fornecedor (PARCIAL OU EXCEPCIONAL): | | |
| 6.1. | Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS ou equivalente) | | |
| 6.2. | Declaração de que a contratada não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (artigo 7º, XXXIII, da Constituição) | | |
| 6.3. | Justificativa da autoridade competente sobre a situação de restrição de fornecedores ou de prestadores de serviço, de modo a dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação (artigo 4º-F, da Lei Federal n. 13.979/20) | | |
| Nota: No caso do item 6.3., deverá ser feita a verificação conforme documentação exigida pela Contratante | | | |
| 6.4. | Na hipótese de contratação de empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso (artigo 4º, § 3º, da Lei Federal n. 13.979/20), prova de que se trata da única fornecedora de bem, serviço e insumo necessário ao enfrentamento do coronavírus (artigo 4º, § 3º, da Lei Federal n. 13.979/20) | NA | |
| 7. | Juntada da minuta de termo de contrato, conforme adaptação da minuta padronizada confeccionada pela PGE-MS | S | 52-60 |
| 8. | Juntada do Parecer Jurídico quanto à dispensa de licitação, emitido pelo setor jurídico do órgão solicitante | | |
| 9. | Disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei 13.979/2020) | | |

Identificação do servidor responsável pela análise do processo:

Órgão/unidade administrativa: [...]

Nome: [...]

Cargo: [...]

Campo Grande, [data]

Assinatura: _____



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul



**DOCUMENTO
ASSINADO
ELETRONICAMENTE**

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>

Certidão de utilização das minutas padronizadas de Termo de Referência Simplificado e de Contrato e de preenchimento da Lista de Verificação

AQUISIÇÃO DE BENS

CERTIDÃO

Certifico que:

1) Foram utilizadas as minutas de Termo de Referência Simplificado e de Contrato, padronizadas pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e disponibilizadas no sítio eletrônico da PGE/MS.

2) Fora preenchida e juntada nos autos a Lista de Verificação de regularidade processual proposta pela Procuradoria-Geral do Estado, com a ciência de que esta representa os requisitos mínimos a serem analisados pela área técnica e não dispensa a necessidade de se verificar as peculiaridades do caso concreto para tratamento de questões as quais, pela sua especificidade, não poderiam ser abordadas em uma lista geral.

Por ser verdade, dou fé.

Campo Grande (MS), de de


Bruno de Pádua Leite
Gestão Operacional e Assistência

Matrícula n.º 473448021

